

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 590,00

cadernos do

terceiro mundo

**ANGOLA:
revolução
também
na cultura**

Junho - 1983 - Cr\$ 450,00 - Ano VI - Nº 55

Peru o desafio do SENDERO LUMINOSO



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

★
ANGOLA AIRLINES

aos leitores

Responsabilidades históricas...

O processo democrático que em alguns países latino-americanos marcou progressos nos últimos anos, ainda avança tropegamente em muitos outros. As matérias que publicamos nesta edição sobre o Peru, Argentina, El Salvador, Guatemala — com exceção da Venezuela — revelam que as velhas oligarquias locais e os setores econômicos e financeiros ligados às transnacionais, continuam não apenas resistindo às transformações democráticas, mas alcançando êxitos (ainda que na nossa ótica otimista, os consideremos êxitos temporários). A nossa matéria de capa é um mergulho profundo na situação peruana, sua geografia econômica, seu passado, os movimentos recentes para romper não apenas com o imobilismo e a marginalização social, mas também, com a dependência.

Porém a crítica situação atual daquele país impõe a todos uma reflexão e aos peruanos um exame de consciência: depois de importantes avanços econômicos e sociais realizados no período revolucionário do general Velasco Alvarado, o Peru faz um retrocesso político: retorna aos conflitos, aos enfrentamentos, à guerra civil que marcaram a década de sessenta.

O trabalho de Beatriz Bissio sobre "O desafio do Sendero Luminoso" permite aprofundar essas reflexões. Sobretudo quando um presidente conservador como Belaúnde Terry insiste em voltar aos mesmos métodos que usou no seu primeiro governo e pelos quais foi deposto em 1968. Tanto quanto Reagan, Pinochet e outros dirigentes de cunho autoritário e sem nenhuma sensibilidade social, Belaúnde continua se iludindo ao pensar que a simples repressão pode eliminar fenômenos cujas causas não são atacadas.

Por último, uma constatação: no meio de uma guerra de agressão que não cessa, Angola não renuncia à criação cultural, como fica patente nas notas e entrevistas que publicamos no nosso Especial.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal nº 55
Junho — 1983
Preço de Capa: Cr\$ 450,00
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

• **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Antônio Neiva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sônia Freitas

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lidia Freitas
Eunice H. Senna,

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos
Maria José S. Santos

Divulgação
Henrique Menezes

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 — CEP 05033

Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th Street ap. 3E
Nova York — NY 10003
Tels.: (212) — 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão
Ébano Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Senado, 349
Tels.: 250-2505/232-0123

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 — P. 209/73

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editoria ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 — Lisboa — 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui — Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 — Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito — João Escadinha
Rua do Kongwa, 153 — Maputo

• **Edições em espanhol**
MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL,
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLÔMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Telefone: 724-712

• **Edições em inglês**
ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BE-LIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendipex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ BRETA-NHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** IMELSA, Managua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Parameña, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runemarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Diurnal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave. González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. **S. TOMÉ e PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFPA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).



Numeiry em dificuldades



A cultura angolana

- 4 *Cartas*

- 6 *Panorama Tricontinental*

- 14 *Editorial – O sombrio horizonte dos anos 80*

- 19 *Matéria de capa – Peru em estado de guerra*

- 20 O desafio do Sendero Luminoso, *Beatriz Bissio*
- 33 Cisneros Visqueria: “A solução tem que ser global”
- 34 “Um movimento dogmático e autoritário”
- 37 A sexta dívida externa da América Latina

América Latina

- 40 Argentina: Democratizar todos os aspectos da vida nacional, *Micaela Ramadã*
- 45 Venezuela: Ação Democrática se prepara para retornar ao poder
- 50 Pompeyo Márquez: “Fortalecer o setor agrícola”
- 54 El Salvador: A última entrevista de Cayetano Carpio, *Ralf Leonhard*
- 61 Guatemala: O Verbo se fez presidente

Oriente Médio

- 64 Os riscos de um confronto entre Síria e Israel, *Mohamed Salem*

África

- 68 Sudão: O cheiro da rebelião está no ar, *Carlos Castilho*

Ásia

- 72 Tailândia: Uma democracia blindada, *Narinder Koshla*

Norte/Sul

- 75 As transnacionais preferem guardar segredo, *Agustín Castaño*

Comunicação

- 77 Notas
- 79 *Especial – Angola: Revolução na cultura*

- 80 O pescoço da gazela, *Orlando Senna*
- 89 Pepetela: “Estamos apenas começando”, *José C. Gondim*
- 95 Notas

- 96 *Humor: Wasserman*



Apoio à causa indígena

(...) Continuo acompanhando o trabalho de vocês e mando-lhes um exemplar de um fascículo sobre a campanha em apoio aos *waimiri-atroari*. Acho que seria importante que vocês reservassem um espaço também para a causa indígena. **Benedito Prezia, Conselho Indigenista Missionário, Brasília, DF, Brasil.**

Melhoria na distribuição

Enviei, no início do ano, carta a esta editora, reclamando das falhas da distribuição da revista **cadernos do terceiro mundo**. Fiz severas críticas ao descaso desta empresa no trato com os seus clientes. Pois bem, quatro meses

após esta carta, envio-lhe esta para informar que tenho recebido, desde então, os exemplares com uma pontualidade exemplar. Reconheço que a distribuição melhorou, e muito. Satisfaz-me observar esta mudança. (...) É um prazer receber a revista em dia. (...) Espero que recebam outras cartas como a minha, elogiando a organização. E continuem com esta excelente revista. **Ana Márcia Souza, Belém, Pará, Brasil**

Apoio efetivo a El Salvador

(...) Gostaria que os editores de **caderno do terceiro mundo** se articulassem com os editores de publicações do seu estilo e abris-

sem uma conta em qualquer banco (de preferência o Banco do Brasil, que tem mais agências), e fizessem, conjuntamente, uma ampla divulgação desta conta bancária. Os fundos arrecadados, depois de seis meses, seriam, em sua totalidade, doados aos guerrilheiros de El Salvador. Tenho certeza de que vários brasileiros, que querem a vitória do povo naquele país irmão, contribuiriam para arrecadar esta importância. **Ivaldo Lucena, Bananeiras, Paraíba, Brasil.**

Malvinas

(...) Achei muito oportuna a reportagem sobre as Malvinas, publicada no nº 53, e sobretudo a do sr. Juan Cardozo contando cruamente sua decepção com a guerra e com o seu exército que ele servia há tanto tempo. Admiro sua coragem em dar baixa com o grau de tenente, deixando de ganhar um bom ordenado mensal, para voltar à vida civil, quase sem nada e para começar tudo de novo (...). **Rubens Bonetti, Nova Esperança, Paraná, Brasil.**

Pedido urgente

Leitor há bastante tempo dos **cadernos**, venho solicitar-lhes o envio urgente do nº 51 pelo reembolso postal. Eu não quero perder nenhum número destes magníficos cadernos. **Denimar Marques Galvão, João Pessoa, PB, Brasil.**

CARTAS



Israel e a questão palestina

Como sei que vocês são abertos a críticas, gostaria de sugerir um pouco de imparcialidade nas matérias sobre o conflito de Israel/palestinos. Não que eu concorde com o governo racista de Menahem Begin e Sharon, mas uma moeda tem sempre duas faces. (...) Quando a revista se refere aos palestinos, eu percebo uma tendência anti-sionista, talvez omitindo certos detalhes que, se não justificam as atitudes israelenses, pelo menos as amenizam e fazem dos palestinos um povo como os outros, inclusive como o de Israel. Não estou aqui julgando nem defendendo ninguém, apenas anseio pela verdade absoluta para formar uma boa consciência crítica. **Éliciane Mendonça, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.**

CLUBE DE AMIGOS

Aos participantes do 3º Congresso de Cultura Negra nas Américas:

A S. MALÊ-CAN solicita a gentileza de nos enviar uma cópia dos trabalhos apresentados no referido congresso para enriquecer o acervo da biblioteca "Olímpio Marques dos Santos". Endereço — Av. 2 de Julho, nº 29, I - A, Centro — 48.970 — Senhor do Bonfim - BA — Brasil.

Pensamento Mundial

O deputado José Lourenço nos envia carta em que sugere que publiquemos entrevistas com personalidades internacionais como Willy Brandt, Mário Soares, Helmut Schmidt, Felipe Gonzales, Edward Kennedy e

outros líderes.

Agradecemos a sugestão. Embora nosso campo de ação seja, prioritariamente, o Terceiro Mundo, consideramos importante entrevistar aqueles líderes, sobretudo por suas relações com os países emergentes.

INTERCÂMBIO

Troco selos e postais com os leitores do Brasil e exterior. Sou estudante e tenho 18 anos de idade.

Sérgio Inácio Hobi.

R. Mário Beni, 148, apt. 01 — Itanhaém — São Paulo — CEP: 11740 — Brasil

Sou membro do Centro de Estudos da Cultura Negra, e gostaria de manter intercâmbio cultural com outros povos.

Luis Carlos Oliveira.

Caixa Postal 1990 — Vitória — Espírito Santo — CEP: 29.000 — Brasil

Gostaria de manter correspondência. Coleciono moedas e cédulas.

Rubens Bonetti.

Caixa Postal, 289 — Nova Esperança Paraná — CEP: 87.600 — Brasil

Paulo Rangel

CP 16025, Luanda — Rep. Pop. de Angola

Rufino Luis Simões

CP 3457, Luanda — Rep. Pop. de Angola

Luis Carlos da Silva

R. Afonso Pena 1.986 — Caixa Postal, 48 — Governador Valadares — CEP: 35.100 — Minas Gerais — Brasil

Antonio Chirima André

a/c de Antonio Francisco Muasanga CP 2 — Chitato — Lunda Norte — Rep. Pop. de Angola

Dario Antonio P. Marchesini

Av. José Barros Reis, nº 22 — Dois Leões — Salvador — Bahia CEP: 40.000 — Brasil

Neide Beatriz de C. Dornelles

R. Lima e Silva, 445/705 — Cidade Baixa — CEP: 90.000 — Porto Alegre RS — Brasil

Tomás do Amaral

CP 4595 — Maputo — Rep. Pop. de Moçambique

Marta Regina Caldato

Caixa Postal 173 — Novo Horizonte CEP: 14.960 — SP — Brasil

ARGÉLIA-TUNÍSIA-ITÁLIA: O GASODUTO SAARIANO

□ A inauguração do gasoduto que, passando pela Tunísia, transporta o gás argelino desde Hassi R'Mel, no Saara, até Minerbio, próximo a Bolonha, no norte da Itália, é um êxito econômico e tecnológico e, igualmente, um acontecimento político marcante.

Pela primeira vez, a ligação Sul-Norte, pelo menos no campo energético, deixa de ser uma aspiração para se tornar uma realidade concreta. O gasoduto de 2.500 quilômetros leva à Itália mais de 12,5 bilhões de metros cúbicos de gás argelino por ano, com alto rendimento econômico para os três países.

A Argélia que, em 1982, viu sua receita petrolífera cair a pouco mais de quatro bilhões de dólares, como resultado da baixa dos preços internacionais, receberá mais de dois bilhões de dólares pela exportação do gás saariano. Por seu turno, a Tunísia, por cujo território passa o gasoduto, receberá 5,25% do valor do gás exportado à Itália, um pouco mais de 21 milhões de dólares neste fim de ano e mais de cem milhões a partir de 1986.

Quanto à Itália, além de assegurar o fornecimento regular desse combustível vital à sua economia, verá o seu intercâmbio comercial com a Argélia muito incrementado.

Duas outras importantes notícias no campo energético: o gasoduto transiberiano, que le-

vará o gás soviético à Europa ocidental, está prestes a ser concluído. Dos 4346 quilômetros previstos só falta estender os tubos em cem quilômetros, o que assegura a meta programada de abastecer os países europeus até o fim de 1983.

A outra notícia é sobre o projeto de um novo gasoduto africano que, partindo da Nigéria, se conectará sobre o Atlântico com o gasoduto argelino em Hassi R'Mel, atravessará o Marrocos e o Mediterrâneo levando o gás dos dois países à Espanha, com a perspectiva de uma expansão a outras nações européias.

O gasoduto argelino é a primeira ligação física entre a África e a Europa, o que supera, com um fato concreto, a retórica do diálogo Norte-Sul até hoje infecundo. O seu alcance estratégico é ainda maior: juntamente com o gás soviético, liberta a Europa ocidental da dependência energética dos Estados Unidos, pelo menos nesse setor.

Assinale-se que o gasoduto argelino é uma obra técnica audaciosa. Atravessa o deserto, as montanhas e o Mediterrâneo até chegar à Itália. Um velho sonho do presidente argelino Huari Bumediene que se concretiza.



BOLÍVIA: REPATRIAÇÃO DOS RESTOS DO GENERAL TORRES

□ Sete anos depois de ter sido assassinado em Buenos Aires (possivelmente pela "Tríplice A", em conluio com setores militares bolivianos), os restos mortais do ex-presidente boliviano Juan José Torres foram repatriados, cumprindo-se assim a decisão de sua família, de que sua volta só se processaria em plena vigência de um governo democrático.

Os restos do general Torres chegaram a La Paz a 29 de maio, depois de permanecerem sepultados no México, para onde foram levados pela sua viúva com todo o apoio do ex-presidente Echeverría, após o assassinato.

No aeroporto de La Paz o corpo foi recebido por altos funcionários do Estado, autoridades militares, parlamentares, representantes de praticamente todos os partidos políticos de esquerda. As honras militares foram rendidas por destacamentos das três armas.

A iniciativa para a repatriação dos restos do general Torres partiu, simultaneamente, da Central Operária Boliviana (COB) e do governo presidido por Hernán Siles Zuazo.

O comandante-em-chefe do exército, general Simón Sejas Tordoya, afirmou que o "governo constitucional realizou um ato de justiça ao atender ao pedido do povo boliviano, especialmente da classe trabalhadora, permitindo a repatriação dos restos do general".

"Neste momento em que as forças armadas estão à procura de um sincero reencontro com nosso povo, através do respeito irrestrito à Constituição do Estado e da ajuda ao desenvolvimento das potencialidades do país, é uma honra para nós,

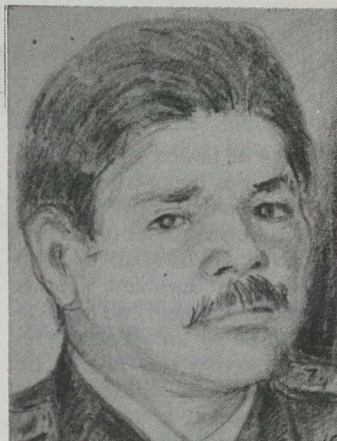
militares, o fato de que os restos mortais do general Torres descansam em nossa pátria", afirmou Sejas Tordoya. E acrescentou que "as forças armadas rendem honras a Juan José Torres não só em sua qualidade de general mas como um ex-presidente da República".

O general Torres assumiu a primeira magistratura a 7 de outubro de 1970 depois de uma rápida sucessão de golpes de estado que resultaram na derrubada do general Alfredo Ovando Candia.

Seu governo, autoqualificado como "nacionalista e popular", promoveu uma ampla participação das organizações sindicais na vida política do país, especialmente através da Assembleia Popular que se transformou no instrumento político da COB.

Devolveu-se também aos trabalhadores mineiros seus salários que haviam sido reduzidos em anos anteriores pela administração do general René Barrientos.

O general Torres foi deposto por um cruento golpe comandado pelo general Hugo Bán-



Juan José Torres

zer. Ele asilou-se no Chile até a queda de Salvador Allende e, posteriormente, transferiu-se para a Argentina, onde foi sequestrado e morto.

Emma Obleas de Torres, viúva do general, afirmou: "A repatriação dos restos de meu marido constitui um fato muito significativo para o povo boliviano, que deve traduzir-se na união de todas as forças progressistas do país, visando à consolidação e ao aprofundamento do processo democrático".

A COB ordenou que as diferentes organizações trabalhistas se alternassem para montar guarda diante dos restos do ex-chefe de Estado.

Nicarágua: cooperação internacional

Sergio Ramírez, membro da Junta da Nicarágua, anunciou que a Argélia comprou 52.800 toneladas métricas de açúcar desse país, cota que fora suspensa recentemente pelos Estados Unidos. Essa medida foi adotada por Washington como represália pelo suposto apoio da Nicarágua aos guerrilheiros da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional

(FMLN) de El Salvador.

O dirigente afirmou que os argelinos pagarão melhores preços que os norte-americanos. Atualmente a Nicarágua vende parte de sua produção à Europa e a outros países latino-americanos. Até 1979, os Estados Unidos constituíam o único mercado comprador do açúcar nicaraguense, pois consumiam a totalidade da produção para exportação.

A cota de exportação dos norte-americanos foi reduzida em 90%.

SURINAME: ANTES E DEPOIS

□ Até há pouco tempo, o clima, nos meios oficiais e na grande imprensa no Brasil, como em outros países da América Latina, era de hostilidade ao governo do Suriname (antiga colônia holandesa), ao qual se acusava de ser uma ditadura ferroz, a serviço de Cuba e da União Soviética. Subitamente, o tom mudou e, também, as práticas diplomáticas.

O governo brasileiro enviou a Paramaribo um dos seus ministros mais destacados, o general Danilo Venturini e, desde então, vários funcionários do governo daquele país, inclusive

o seu primeiro-ministro, Erroll Alibux, têm visitado o Brasil.

Celebraram-se acordos econômicos e se realizaram negociações para a venda de tanques e aviões.

Não há nada de negativo em uma política destinada a intensificar as relações entre países da região. Também, dentro da lógica diplomática, não é estranho que o governo brasileiro deseje ampliar sua presença no Suriname, um país fronteiriço. O estranho é que entre os acordos figure o fornecimento de armas, exatamente o que o governo brasileiro condenava

quando, numa exagerada avaliação das tendências políticas do governo de Paramaribo, o acusava de estar recebendo material de guerra de Cuba e do bloco socialista.

A visita do primeiro-ministro Ruud Lubbers ao Brasil permitiu ao Itamarati conhecer, diretamente, o ponto de vista do governo holandês sobre a situação no Suriname. Os holandeses retiraram seu apoio econômico ao Suriname acusando-o de violação dos direitos humanos e das liberdades democráticas. Nas suas declarações em Brasília, o primeiro-ministro holandês Ruud Lubbers disse que só com "provas concretas" do restabelecimento das franquias democráticas, com a volta das plenas funções do Judiciário e o restabelecimento da liberdade de imprensa e de expressão poderia ser retomada a ajuda financeira ao Suriname.

Sobre o fornecimento de armas pelo Brasil, Lubbers disse que espera uma atitude "prudente" nesse aspecto, pois "a entrega de armas não é a contribuição mais importante que se possa oferecer ao desenvolvimento de um regime democrático".

Uma coincidência: o chefe do estado-maior do Suriname estava no Rio de Janeiro quando da visita do primeiro-ministro holandês, exatamente tratando desse controverso problema: conseguir armas. O exército do Suriname tem menos de mil homens e não chega a uma centena o número de seus oficiais e soldados. O curioso é que esse exército — nos tempos em que o Suriname era acusado de estar a serviço de Cuba — era "o perigoso inimigo" que ameaçava nossa fronteira norte, apesar da densa floresta que nos separa, impetrável ao cubano mais habilidoso nas artes da guerra nas selvas. (Neiva Moreira).



Desi Buterse (acima): acordos com o Brasil

Guiana: detenção de líderes mineiros

Foram detidos recentemente quatro dirigentes sindicais mineiros no principal centro industrial da Guiana (Linden), durante uma manifestação de protesto, violentamente reprimida pela polícia e organizada pelos trabalhadores da empresa Guy mine.

Os operários reivindicavam

uma melhoria no fornecimento de alimentos ao centro industrial, que reúne mais de seis mil trabalhadores.

Segundo fontes do governo, as autoridades foram obrigadas a suspender drasticamente as importações — o que provocou o desabastecimento — pela falta de divisas, decorrente da redução da receita proveniente das exportações dos principais produtos do país: bauxita, açúcar e arroz.

MOÇAMBIQUE: REESTRUTURAÇÃO MINISTERIAL

□ O governo de Moçambique promoveu no fim do mês de maio a maior reforma de gabinete após sua independência — junho de 1975 —, poucos dias depois de uma incursão de tropas militares sul-africanas em seu território, que destruiu diversas instalações na periferia da capital do país.

O presidente Samora Machel, assumiu o Ministério da Defesa Nacional e foram reestruturadas outras áreas governamentais.

Um comunicado oficial da presidência assinalou que a medida relacionada ao Ministério da Defesa foi adotada diante da "ação do imperialismo e de uma guerra não declarada", que exigem que a direção desse órgão seja "centralizada ao mais alto nível".

O ex-ministro da Defesa, tenente-general Alberto Chipando, continua com nível ministerial, mas em qualidade de membro do birô político da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) — que governa o país desde sua independência — foi nomeado governador da província de Cabo Delgado, na fronteira da Tanzânia.

Essa reforma, assinalou a agência oficial de notícias AIM, é o resultado das decisões tomadas durante o IV Congresso da Frelimo, que se reuniu em Maputo no mês de abril e onde foram debatidas, prioritariamente, a defesa do país e a luta contra a fome.

Segundo a AIM, as transformações ocorridas visam "fazer viver o partido e o Estado nos setores decisivos para assegurar que o governo seja o instrumento que materializa, com

eficácia, as grandes decisões do IV Congresso".

Além da reestruturação na pasta da Defesa, o comunicado informou sobre a criação do Ministério de Assuntos Econômicos — que depende da presidência — sendo nomeado para o cargo o ministro de Segurança, Jacinto Veloso.

O Ministério de Segurança foi eliminado. Continuará funcionando em seu lugar o Serviço Nacional de Segurança Popular, sob a direção de Mariano Matsinhe, que ocupava a pasta do Interior.

Foi nomeado para o Minis-

rio de Recursos Minerais visará "impulsionar a prospecção geológica e garantir uma eficaz administração da exploração mineral", segundo o decreto de reestruturação governamental.

As áreas da indústria leve e alimentar foram separadas do Ministério da Indústria e Energia, e passarão a ser dirigidas por um secretário de Estado subordinado ao Conselho de Ministros, assim como as secretarias de Pesca, Turismo e Transporte Rodoviário.

O Ministério dos Transportes deverá instrumentar, a partir de agora, a política de portos, estradas de ferro e marinha mercante.

Foi separada do Ministério de Telecomunicações e Correios a Aviação Civil, setor que adquiriu status de secretaria de

Samora Machel



tério da Agricultura um vice-ministro, com o objetivo de "elevar rapidamente a produção agrária e desenvolver a socialização do campo", assinala a mensagem presidencial. Foi criada nesse ministério a secretaria de Estado de Hidráulica Agrícola, que substitui a Secretaria de Estado para o Desenvolvimento de duas regiões litorâneas do sul. Por sua vez, a Comissão Nacional de Aldeias Comunitárias foi integrada ao Ministério da Agricultura.

A criação do novo Minis-

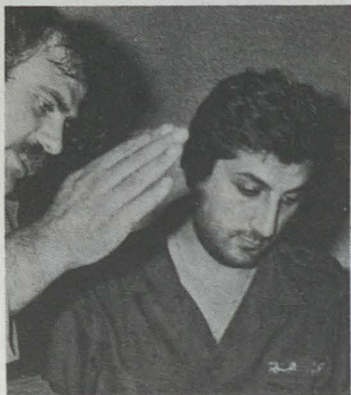
Estado, sob a supervisão do Conselho de Ministros.

Foram criados a partir do Ministério do Comércio Exterior, o Ministério de Comércio Interno e uma secretaria de Estado de Abastecimento.

Dentro da Comissão Nacional de Planeamento foi criada a secretaria de Estado para a Cooperação Internacional e o Instituto Nacional de Planeamento Físico. Também foi criada uma secretaria de Estado para a área de Educação Tecnológica e Profissional.

LÍBANO: PRESO SUPOSTO ASSASSINO DE GEMAYEL

□ O suposto assassino do presidente eleito Bachir Gemayel e mais cinco pessoas acusadas de outros atentados nos últimos anos, foram entregues às forças armadas libanesas. Os seis homens foram capturados pelo Partido Falangista, de direita, fiel à família do atual presidente Amin Gema-



Bachir Gemayel (à direita)

yel. Os presos ficaram à disposição do governo na sede do Partido Falangista na cidade de Jounieh.

O homem que supostamente foi o autor material do atentado contra o presidente eleito a 14 de setembro de 1982, chama-se Habib Chartouni, de 25 anos de idade, cristão da localidade maronita de Charoun, situada a uns 24 quilômetros a sudeste de Beirute.

Outros dois indivíduos foram acusados de assassinarem em 1980 a filha de Gemayel, Maya, de 18 meses de idade. Os três restantes são acusados de colocarem explosivos em diversas áreas de Beirute Oriental.

Segundo uma reportagem sobre Chartouni, publicada pelo jornal *An Nahar* de Beirute, o suposto assassino de Gemayel foi membro do Partido Nacional Socialista Sírio (NSSP), a partir de 1977.

De acordo com a versão dos falangistas, Chartouni colocou a 13 de setembro entre 40 e 50 quilos de TNT no telhado da sala de conferências, onde Gemayel ia pronunciar um discurso para os dirigentes de seu partido. No dia seguinte ele se dirigiu a um apartamento alugado em Nasrah, próximo a Ashrafiyeh, onde se encontra a sede dos falangistas, e detonou os explosivos por controle remoto. Gemayel morreu juntamente com outras 20 pessoas, entre elas vários dirigentes chaves de seu partido.

Chartouni já confessou seu crime. "Esse episódio foi parte da guerra que assolava, naqueles dias, o território libanês. Eu não sou um agente e ninguém me pagou pelo que fiz", disse. Ao ser perguntado sobre o que pretendia com o atentado, ele respondeu: "Foi minha contribuição pessoal para a guerra. Estou convencido de que o que aconteceu depois da invasão israelense do Líbano foi ilegal, incluindo a eleição presidencial".

Quênia: eleições legislativas em setembro

O presidente Daniel Arap Moi, do Quênia, anunciou em Nairóbi sua decisão de convocar eleições legislativas no próximo mês de setembro, antecipando em um ano o fim da atual legislatura.

Segundo versões que circulam na capital do país existem boatos de um possível complô, e a medida visaria "limpar o sistema".

Por outra parte, o presidente Moi assinalou que "nossas forças de segurança são leais e estão vigilantes. E continuam dispostas a defender o país, a qualquer momento".

A decisão de antecipar as eleições coincidiu com a pre-

sença em Nairóbi de 800 banqueiros e financistas estrangeiros que participavam da sessão anual dos bancos africanos de desenvolvimento.

Egito: acordo comercial com a URSS

Egito e União Soviética firmaram o primeiro convênio bilateral de comércio desde 1967, segundo informes divulgados em Moscou em fins de maio último. A agência de imprensa soviética *Tass* assinalou que o acordo foi assinado em Moscou pelos vice-ministros de Comércio Exterior de ambos os países.

O vice-ministro do Comércio Exterior soviético, Ivan Grishin, afirmou que "por ra-

zões fora do controle soviético", não se realizavam negociações oficiais sobre comércio desde que se firmou o último protocolo, há seis anos atrás. No entanto, o comércio continuou, na base de acordos extra-oficiais. Em 1978, o volume do comércio ascendeu a 345 milhões de *rublos* (460 milhões de dólares) e em 1982 chegou a 521 milhões de *rublos* (quase 700 milhões de dólares).

Os observadores consideram que a assinatura do acordo é uma evidência de que estão melhorando as relações entre ambos os países, que se deterioraram depois da morte do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser em 1970 e permaneceram frias ou tensas durante o governo de Anwar Sadat.

ESTADOS UNIDOS: ENQUETE SOBRE A AMÉRICA CENTRAL

□ Como resultado do pronunciamento do presidente Ronald Reagan perante uma sessão conjunta do Congresso norte-americano — a 27 de abril passado — o jornal *The Washington Post* e a cadeia de rádio e televisão *American Broadcasting Company* (ABC), promoveram uma pesquisa de opinião pública. Em linhas gerais, os resultados foram os seguintes: a grande maioria do povo desse país é contrária à política norte-americana para a América Central e se opõe às ações clandestinas de Ronald Reagan, que visam à desestabilização do governo sandinista da Nicarágua, assim como ao fornecimento de ajuda militar adicional ao governo de El Salvador.

Por outra parte, o Congresso norte-americano considera atualmente a possibilidade de interromper os programas

de ações clandestinas do governo Reagan na região centro-americana. Por isso, altos funcionários do governo assinalaram que "se El Salvador cair em poder da guerrilha, a responsabilidade caberá ao partido democrata".

Outras das conclusões que se despreendem da pesquisa do

Post-ABC é que a opinião pública norte-americana é (por uma margem de 63 a 24) contra a participação secreta do seu governo na derrubada de qualquer regime latino-americano.

Os resultados da enquete indicam também que a América Central poderia se transformar em um dos principais pontos da campanha de 1984, assunto que poderá ser explorado com sucesso pelo próximo candidato do partido democrata.



TERCEIRO MUNDO: COBAIA DAS TRANSNACIONAIS

□ É muito conhecida a prática das transnacionais farmacêuticas de transformar os países do Terceiro Mundo em cobaias dos seus experimentos científicos ou no campo da comercialização dos produtos recusados pelos próprios países onde são fabricados. Os exemplos dessa prática criminosa são muitos e frequentes.

Uma nova denúncia acaba de ser feita pela revista *Ecoforum*, editada pelo Centro de Defesa do Meio Ambiente, com sede em Nairóbi, capital do Quênia. Segundo essa revista, a transnacional de origem suíça *Ciba-Geigy* fumigava com pesticida meninos pobres do Egito para comprovar a eficácia

do seu produto denominado *Galecron*, que tem sido vinculado a alguns tipos de enfermidades cancerígenas.

Os meninos foram fumigados com a droga para comprovar a quantidade de determinada substância retida na urina. Ocorre que entre seis e doze horas depois de serem fumigados, os meninos apresentaram problemas de urina, vômitos e fortes dores de cabeça.

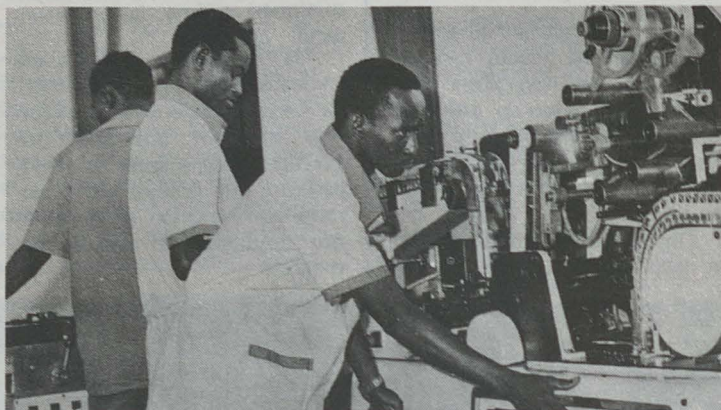
A denúncia foi feita por um grupo de suíços empenhados no apoio ao Terceiro Mundo e que se reuniram em torno de um documento chamado a "Declaração de Berna". Segundo sua denúncia, o produto foi

retirado dos mercados em 1976, mas logo reapareceu, sem modificações na fórmula, em 1978.

A empresa *Ciba-Geigy* admitiu aquela prática criminosa e declarou "lamentar profundamente que se houvesse usado os meninos como 'voluntários' ". O relatório cita declarações de um porta-voz da transnacional de que "não foi correto de parte da empresa *Ciba-Geigy* haver realizado essas experiências já que não se devem usar meninos para esse tipo de provas".

A confissão de culpa não terá modificado as consequências nocivas à saúde dos meninos usados como "voluntários", nem tampouco indica as medidas tomadas para que esse tipo de crime seja não apenas evitado mas combatido.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA AFRICANAS



□ Não só na área econômica os governos africanos estão realizando progressos na coordenação de programas de desenvolvimento de caráter multinacional. Algumas iniciativas fracassaram ou continuam tropeçando em dificuldades insuperáveis, mas outras avançam satisfatoriamente. Também no campo da cooperação científica são numerosas as iniciativas comuns, algumas particularmente de sucesso.

Essa nova e auspiciosa realidade foi recentemente examinada na Terceira Reunião sobre Cooperação Técnica no Terceiro Mundo que se realizou em Nova Iorque, sob os auspícios da ONU.

Vários países africanos estão desenvolvendo iniciativas conjuntas com resultados positivos. A Tanzânia, precursora dessa política de unidade (formou na década de 70, com Uganda e Quênia, a Comunidade da África Oriental, hoje virtualmente desativada), está desenvolvendo com a Zâmbia um vasto programa de desenvolvimento rural nas suas províncias do norte. Estão sendo realizadas por técnicos dos dois países pesquisas sobre pecuária,

controle das infecções bovinas e estudos sobre novas técnicas para a melhoria de cultivos.

Num campo científico moderno como a exploração da energia solar, Níger e Togo estão trabalhando em conjunto na construção de bombas operadas por esse novo tipo de energia.

Burundi e Quênia estão a ponto de pôr em funcionamento um instituto para a pesquisa sobre o café ao mesmo tempo que Seychelles e Benin, com afinidades políticas conhecidas, ampliam sua cooperação também no campo agrícola, particularmente no intercâmbio de híbridos de coco, importante para a economia dos dois países. Um amplo programa de intercâmbio de professores universitários está sendo desenvolvido pela Universidade do Togo com outros países da área. Vários projetos de aperfeiçoamento científico e técnico de caráter binacional, destinados a estudantes sobretudo nos campos da indústria, agricultura e mineração se estão realizando com êxito. Naturalmente que esse intercâmbio científico e técnico facilita o melhor conhecimento das experiências

e iniciativas dos países africanos e os ajuda a superar suas dificuldades econômicas e sociais.

Embora a cooperação dos países avançados desempenhe um papel destacado nessas pesquisas, o importante é que as mesmas se realizam no marco dos interesses e realidades nacionais e regionais, com um aspecto novo, que é a africanização dos conhecimentos de cada país.

Saara: blindados para a Swapo

A República Árabe Saaraui Democrática deverá enviar, através da Organização da Unidade Africana (OUA), blindados *Panhard* leves e outras armas à Organização do Povo da África do Sudoeste (Swapo) e ao Congresso Nacional Africano (ANC).

Durante recente discurso, o ministro das Relações Exteriores saaraui, Ibrahim Lhakim, afirmou que o armamento é de fabricação sul-africana e foi capturado em 1979 durante combates travados entre a Frente Polisario e as forças de ocupação marroquinas.

Acordo Irã-Iraque

O governo iraquiano anunciou estar disposto a assinar um "acordo de paz com o Irã", sob a supervisão das Nações Unidas, visando à pacificação das cidades, das aldeias e da população desses Estados em guerra, apesar do prosseguimento das atividades bélicas.

O vice-primeiro ministro e ministro de Relações Exteriores iraquiano, Tareq Aziz, explicou que o acordo serviria para preservar as cidades e a população civil de ambos os países.

TANZÂNIA IMPULSIONA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

□ A Tanzânia, um dos 25 países mais pobres do mundo, está impulsionando uma firme política de desenvolvimento, apesar do impacto que sofre com a recessão mundial, o aumento dos preços do petróleo e a instabilidade das cotações dos produtos básicos.

Os seus programas de desenvolvimento têm recebido apoio de diversos países, entre os quais os escandinavos. A Noruega, por exemplo, está fornecendo uma substancial ajuda a esse país africano nas áreas de educação, saúde, pesca, moradia, formação profissional técnica, transporte e energia, e vem apoiando o desenvolvimento do transporte marítimo e da infra-estrutura portuária da Tanzânia. Além disso, cofinanciará a usina hidrelétrica de Mtera — com um custo estimado em 300 milhões de dólares — e os projetos energéticos no delta do rio Rufiji e no alto Rufiji.

Entre os projetos de desenvolvimento mais importantes, está a construção de uma ferrovia, de 850 km de extensão, entre Arusha, no norte, e Makambako, no sul, como parte do plano de criação de uma nova capital.

A transferência da capital de Dar-es-Salaam para Dodoma, foi determinada, como em outros países — Brasil, por exemplo — pela necessidade de construir um pólo de desenvolvimento na região central do país, tradicionalmente abandonada durante o período colonial em favor da faixa costeira. Apesar de não se poder inaugurar a capital ainda este ano — como era previsto (ver *cader-nos* nº 47) — as obras já estão bastante avançadas, e muitas



Nyerere: presidente da Tanzânia

repartições públicas e inclusive alguns ministérios e a sede do partido único, o *Chama Cha Mapinduzi* já estão funcionando em Dodoma.

A nova ferrovia que atravessa o país significa uma modificação fundamental na rede ferroviária herdada da época colonial, constituída por rotas paralelas entre a costa e o interior.

Essa linha, Arusha-Makambako, unirá a ferrovia Tanzânia-Zâmbia (Tanzan), no sul, com a nova linha Musoma-Tanga, ambas construídas como corredores para as exportações e importações zambianas e ugandeses.

Trata-se de assegurar uma conexão permanente desde Kilembem, em Uganda, até Maputo, capital de Moçambique — passando por Quênia, Tanzânia Zâmbia e Zimbábue — e desde Mombasa, no Quênia, até Lobito, em Angola.

O projeto é considerado o mais importante apresentado à Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento do Sul da África (SADCC), cuja meta neste terreno consiste no estabelecimento de uma rede que liberte a região de sua dependência em relação à África do Sul.

CHILE: FUNDADO O COMANDO NACIONAL DE TRABALHADORES

□ Dez dias após a celebração do "Dia Nacional de Protesto" — 11 de maio último — convocado pela Confederação de Trabalhadores do Cobre (CTC) e outras organizações, ficou constituído no Chile o Comando Nacional dos Trabalhadores (CNT), cujo objetivo principal foi definido como "o restabelecimento da democracia no país e o livre exercício dos direitos sindicais".

Compareceram ao lançamento na sede da CTC mais de 50 entidades que passaram a integrar o novo organismo que, segundo seus dirigentes, "cobre todos os setores ou áreas produtivas" do Chile e representa "quase 100% da opinião dos trabalhadores organizados do país".

"O protesto nacional deixou em evidência o profundo descontentamento existente no país, diante da grave crise econômica, social, moral e política que estamos sofrendo", informa o comunicado lançado na mesma ocasião.

Por outra parte, o documento se solidariza com os "trabalhadores, os presos, os confinados, os exilados, a população em geral e com os dirigentes e os militantes de base da CTC acusados por defenderem seus direitos de associação".

O organismo é o resultado de um amplo processo de reunificação da classe operária cuja entidade máxima, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fora dissolvida em setembro de 1973 depois do golpe de estado que derrubou o presidente constitucional do Chile, Salvador Allende.

O sombrio horizonte dos anos oitenta



Há vários meses a imprensa internacional registra numerosos diagnósticos e prognósticos acerca do próximo fim da recessão econômica nos Estados Unidos.

A partir dos indícios que acalentam essa esperança, numerosos comentários se apressam em vaticinar para breve o fim da recessão nas nações capitalistas industrializadas e, em consequência, a recuperação econômica mundial, que incluiria o conjunto do Terceiro Mundo.

Busca-se, assim, fazer crer que se aproxima o término do último e mais grave ciclo recessivo desde a 2ª Guerra Mundial, e que ocorrerá em breve uma nova era de expansão e abundância. O próprio ponto de partida dessas análises não constitui ainda uma certeza. No ano passado, a economia norte-americana apresentou alguns índices positivos, junto à persistência de outros negativos, e, dentro da superpotência, as opiniões não coincidem. São muitos os analistas e os empresários para os quais os dados conhecidos não permitem o otimismo das autoridades norte-americanas que insistem em anunciar a "luz no fim do túnel".

Em todo caso, os efeitos da recuperação nos Estados Unidos — se for confirmado o diagnóstico otimista — só começariam a se fazer sentir no segundo semestre de 1983.

Entretanto, na maior parte das demais potências capitalistas desenvolvidas ainda não se percebem sintomas de convalescença, e algumas indicações negativas — como o alto índice de desemprego na Europa — poderiam continuar aumentando no decorrer deste ano.

Ao que parece, seriam muito poucos os países com perspectivas de recuperação no segundo semestre. É muito relativa a tese segundo a qual uma vez em marcha, a "locomotiva" norte-americana — isto é, o centro-motor da economia capitalista — arrastaria atrás de si o resto do mundo para a expansão.

Mas quando se examina a questão do ponto de vista dos países do Terceiro Mundo, o quadro é substancialmente diferente, e as conjecturas acerca da expansão universal que seria rapidamente gerada pelo centro capitalista só podem ser explicadas como opiniões irresponsáveis ou interessadas.

É óbvio que se a crise capitalista continuar, a situação nos países subdesenvolvidos e dependentes também continua se agravando. E mesmo em caso de uma rápida recuperação norte-americana, o restabelecimento para estas nações será prolongado

e penoso, e deverá acontecer após a mais grave deterioração global dos últimos anos. Diante das crises recessivas anteriores, alguns analistas consideravam que seus efeitos se faziam sentir com menos intensidade nas economias centrais do que nas periféricas, mas o aumento da dependência do Terceiro Mundo em relação ao centro capitalista mudou o rumo dos acontecimentos.

Na atual crise, não são só os custos pagos pelo Terceiro Mundo que ficam incomparavelmente maiores. Além da incerteza sobre quando poderia começar a inversão da tendência no sul do planeta, é imprevisível o horizonte econômico que encontrarão, nessa ocasião, os países subdesenvolvidos e qual o grau de eficácia que terão as estratégias de desenvolvimento que estes vinham aplicando.

Para comprovar a veracidade dessa afirmação, é preciso levar em conta um único e importante fator: o financeiro.

Na década passada, os países do Terceiro Mundo tiveram acesso a um importante fluxo de créditos. A incorporação dos bancos privados internacionais a esse fluxo em forma preponderante — através da chamada reciclagem dos petrodólares — determinou um crescimento vertical da dívida e de seu custo, que resultou proibitivo, ao aumentarem as taxas de juros bancários em decorrência da política econômica de Washington.

É evidente que, em consequência dessa situação, um grande número de países viu-se diante da impossibilidade de saldar a dívida e que o sistema transnacional temeu a bancarrota. Também é conhecida a instrumentação de medidas de emergência para que as nações mais endividadas pudessem planejar rígidos e onerosos planos de pagamento, de cujos frutos ainda não há evidências. Pois bem: mesmo que a recessão central tivesse um fim imediato e mesmo que chegassem a bom termo as medidas de emergência conduzidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pode-se ter certeza de que:

- 1) os países mais endividados terão pela frente longos anos de sacrifício, durante os quais não poderão contar com créditos adicionais em quantidades comparáveis ao período anterior;
 - 2) os países menos endividados, que em sua maioria são os mais pobres, também sofrerão uma diminuição das disponibilidades nos próximos anos, por causa das restrições creditícias.
- Imagine-se o que significará o estrangulamento

financeiro em termos de planos de desenvolvimento e investimentos públicos. Para muitos países, trata-se de uma conjuntura nova e contrária à existente durante os últimos 30 anos.

O que está acontecendo obriga, pois, a uma revisão das posições da estratégia econômica vigente até agora.

Em linhas gerais, nas décadas de 60 e 70, graças a grandes esforços para incrementar suas exportações, os países do Terceiro Mundo tiveram alguns progressos econômicos. É verdade que tais avanços não impediram que se ampliasse a brecha entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Não obstante, assistia-se ao crescimento quantitativo dos produtos nacionais brutos (PNB), que sofreram oscilações, mas dentro de uma elevação constante.

Nesse contexto, os economistas tradicionais dividiram o Terceiro Mundo em grupos de países: a) os "menos avançados", sem esperança de saírem do subdesenvolvimento e precisando, por isso, de uma assistência externa substancial; b) os países intermédios, um conjunto bastante complexo, mas em geral menos necessitado e com um crescimento moderado; c) os países exportadores de petróleo; d) os chamados "novos países industrializados", que apresentaram constantes e rápidos aumentos de suas exportações e de seu PNB e que, de acordo com os mais otimistas, se encaminhavam para o desenvolvimento.

Em suma, minimizam-se os problemas globais do Terceiro Mundo. Segundo o raciocínio que prevalecia nos altos círculos ocidentais, os exportadores de petróleo não teriam problemas, pelo contrário, deveriam incrementar sua ajuda econômica aos demais países subdesenvolvidos; os novos países industrializados caminhavam para uma solução definitiva. E não teriam dificuldades tão dramáticas como os "menos avançados". Sobre estes, a mais miserável parcela da humanidade — entre 600 e 800 milhões de habitantes, menos de 20% da população do planeta —, teria de concentrar-se a ajuda internacional a fim de aliviá-los de sua pobreza absoluta.

Esses argumentos, mais interessados que objetivos, mas extremamente difundidos, serviram, dentro do centro capitalista, para justificar a rejeição das solicitações do Terceiro Mundo por uma Nova Ordem Econômica Internacional, e, no seio dos países dependentes, para não levar em conta as reivindicações em favor de profundas reformas de estrutura, correção das estratégias de

desenvolvimento e modificação das alianças externas pró-ocidentais.

A crise que se abate há três anos sobre o Terceiro Mundo e cujos efeitos continuarão a se fazer sentir no futuro imediato, alterou profundamente aquele panorama.

Os países exportadores de petróleo enfrentam sérios problemas, que comprometem suas aspirações de desenvolvimento, com exceção de um punhado de principados do golfo Árabe, inundados de petróleo e com menos de 15 milhões de habitantes, no total.

Os maiores dentre os novos países industrializados, como o Brasil e o México, conheceram a mais espetacular crise dos tempos atuais. E tanto os países intermediários como os mais atrasados tiveram sua situação agravada, enquanto diminuem os fundos de cooperação. O horizonte é, portanto, sombrio.

E observe-se o caso do Brasil, talvez o mais ilustrativo, já que até se falou de um "milagre brasileiro". Este país cresceu ininterruptamente a partir do pós-guerra, e, até pouco tempo atrás, a uma média de sete por cento anuais. Em 1981, o avanço transformou-se em um retrocesso que perdura até hoje. Calcula-se entre menos três e meio e quatro por cento o decréscimo que deverá sofrer este ano.

A queda do PNB é acompanhada de outros sintomas alarmantes. Em São Paulo, coração econômico do país, no primeiro trimestre deste ano os empregos caíram em quase três por cento e, se consideramos os últimos 27 meses, a queda é de 19%.

Dado que o Brasil deve ao exterior cerca de 90 bilhões de dólares e sua dívida a curto prazo atinge uns 20 bilhões de dólares, o governo procura desesperadamente mais créditos, apenas para enfrentar os compromissos dos créditos anteriores; e a esse objetivo, dedicará o grosso de suas exportações nos próximos anos.

As condições que vão surgindo em todo o Terceiro Mundo obrigam a uma atualização dos enfoques e previsões dos anos 60. O corte das importações e o estrangulamento transitório envolvem uma deterioração das economias cujos efeitos repercutirão a longo prazo. Os cortes no orçamento não estão somente atingindo investimentos produtivos, como também programas sanitários e sociais, enquanto aumenta velozmente o desemprego, especialmente entre a juventude. Tudo isso significa que as consequências sociais e econômicas da recessão e da política econômica instrumentadas pelo centro capitalista far-se-ão

sentir constantemente, e no decorrer deste século a brecha entre ricos e pobres será maior ainda. Essa realidade, para o Terceiro Mundo e sobretudo para as camadas mais desfavorecidas, envolve um preço humano gravíssimo. Atualizar a realidade e suas projeções, abandonando as vãs ilusões dos anos 70, implica o seguinte:

- reconhecer que toda política que não for orientada a reduzir a dependência dos países subdesenvolvidos em relação ao centro capitalista os exporá cada vez mais à crise daquele;

- não há crescimento econômico sadio que não esteja ligado principalmente ao mercado interno, isto é, que não seja paralelo ao aumento do emprego e do consumo nacional. O fracasso da fórmula brasileira reside precisamente em ter aumentado sua dependência ao incrementar sua vulnerabilidade externa;

- os estados nacionais devem contar com instrumentos para dirigirem as próprias economias, e isso implica, tanto no que se refere a este ponto como aos anteriores, o controle efetivo das atividades das empresas transnacionais;

- a penetração das transnacionais, tanto no campo financeiro como no industrial e comercial, anulou ou diminuiu sensivelmente a capacidade de controle dos Estados. A reversão deste processo é, portanto, indispensável;

- não pode haver desenvolvimento sem uma modernização real, e isso inclui as reformas de estrutura que eliminem as formações arcaicas, em primeiro lugar a reforma agrária;

- assim como o desenvolvimento nacional deve estar dirigido "para dentro", os países do Terceiro Mundo devem dar prioridade ao intercâmbio entre eles. Tanto o comércio como todas as formas de cooperação e integração entre os países do Sul deveriam ser estimuladas em grau muito acima do observado até hoje;

- já que o cerne do problema internacional é o intercâmbio, a única forma de corrigi-lo consiste na articulação de uma Nova Ordem Econômica Internacional a que os Estados Unidos e um pequeno grupo de nações desenvolvidas têm resistido por todos os meios. Somente a força negociadora que proporciona uma união firme e coerente entre os países subdesenvolvidos poderá impor e concretizar a nova ordem.

As consequências penosas que a crise originada no Ocidente fez desabar sobre os povos do Sul deveriam estimular a tomada de consciência sobre a necessidade de combater a dependência, e a promover a férrea união desses povos em torno da bandeira de um reordenamento mundial. ●

*LEITOR: Você é indispensável
na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS
aos amigos e participe desta promoção.*

ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

Escolha entre: ● uma assinatura grátis para você ou de presente a um amigo(a), ou ● um livro da "Estante do Terceiro Mundo" constante desta edição.

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou va le postal no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher seu brinde no cupom próprio.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 4.600,00). Remeto ☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ☐ **vale postal** no valor acima.

55

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 4.600,00). Remeto ☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ☐ **vale postal** no valor acima.

55

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 4.600,00). Remeto ☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ☐ **vale postal** no valor acima.

55

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Por conseguir mais três assinaturas de **cadernos**, pelas quais remeto Cr\$ 13.800,00 em ☐ **cheque nominal** ou ☐ **vale postal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: () Uma assinatura anual de **cadernos** ou () Um livro da Estante do Terceiro Mundo: código:

55

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

estante do **terceiro mundo**

O reembolso

que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Estante do Terceiro Mundo

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

- Comprador: ☐ não-assinante
☐ já assinante
☐ assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 20% para "assinantes" na compra de até 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito aodesconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



VOCÊ X A CRISE NO JOGO DA ECONOMIA

de Moysés Resnitzky

A crise que estamos enfrentando é analisada não apenas em seus fatores técnicos, mas, sobretudo, nos seus vários aspectos práticos que afetam o dia-a-dia do cidadão. O livro contém uma crítica penetrante aos pontos de vista tradicionais e expõe um concepção pessoal da teoria monetária. Enfim, é um livro sobre dinheiro para aqueles que desejam compreender melhor este fenômeno chamado inflação.

Código E-10 Cr\$ 2.200,00



OS CONDENADOS DA TERRA

de Frantz Fanon

O depoimento de Fanon se constitui hoje uma das pedras angulares da luta anticolonial e pela construção de uma sociedade melhor. Como médico psiquiatra do exército francês, no hospital de Blida, na Argélia, testemunhou as mazelas da guerra colonial: os métodos de tortura dos prisioneiros e a degenerescência espiritual, física e moral a que são levados torturados e torturadores. Mais que um livro, é um "testemunho-testamento".

Código: E-11 Cr\$ 2.400,00



A DINÂMICA DA VIDA

de Benjamin de Carvalho

Além dos conceitos usuais, expostos com clareza, o livro revela novas facetas do processo ecológico, como as distâncias de fuga e ataque dos animais, estudo dos tempos psicológico, fisiológico e meteorológico, bem como as surpreendentes soluções aplicadas pela Natureza no complexo vital.

Código E-12 Cr\$ 1.600,00

Peru em estado de guerra

Beatriz Bissio

A decretação do estado de emergência (ou estado de guerra interno) a 31 de maio passado marcou mais um elo na cadeia de atos governamentais de combate ao "Sendero Luminoso" (Caminho Luminoso) que demonstram que está o presidente Belaúnde muito longe de poder controlar a situação.

A verdade é que quase um ano e meio após a retomada das operações guerrilheiras, o "Sendero Luminoso" não só não foi aniquilado como demonstra cada dia maior capacidade militar, maior agressividade e maior penetração, em diferentes departamentos do país.

O presidente Belaúnde tinha chegado inclusive a anunciar de forma triunfal a próxima retirada do exército das operações anti-subversivas, quando poucos dias depois uma série de atentados com dinamite deixaram sem luz a capital do país e causaram incêndios que acarretaram perdas milionárias na indústria e danos vultosos e sérios na infra-estrutura. Assim o governo decidiu decretar o estado de emergência, suspender todas as garantias constitucionais em todo o território nacional, bem como encaminhar ao Congresso um projeto de lei que estabelecerá a pena de morte para os responsáveis por atos de terrorismo contra instalações públicas. Estão proibidas as reuniões em locais públicos e particulares e ninguém pode escolher livremente o local de residência, nem transitar pelo território nacional, nem entrar ou sair do país.

Mais de 50 mil policiais foram mobilizados para se integrar no dispositivo de "caça aos senderistas", e tudo indica que em breve o exército deverá assumir a completa responsabilidade da direção e execução do combate aos rebeldes. Na primeira semana de vigência do estado de emergência, mais de 1.000 pessoas foram presas e invadidos os locais de várias organizações de esquerda.

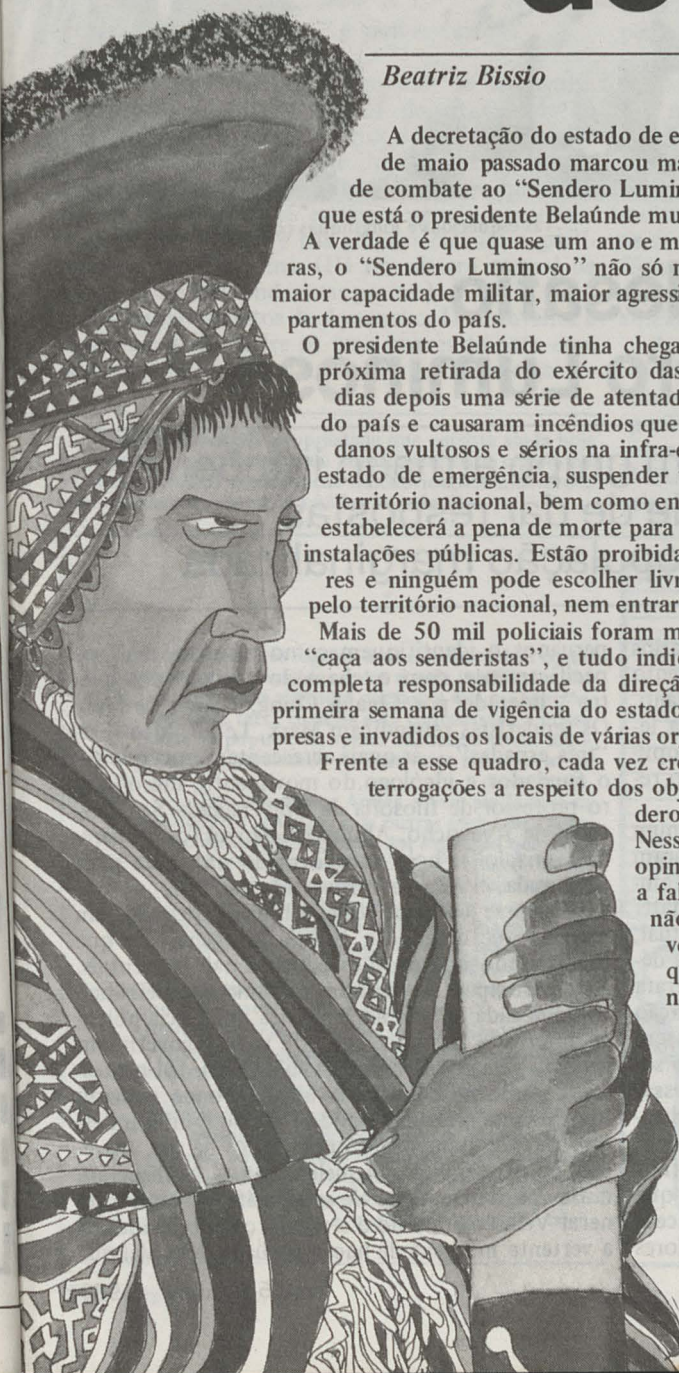
Frente a esse quadro, cada vez crescem mais — dentro e fora do Peru — as interrogações a respeito dos objetivos, metas e propostas políticas do "Sendero Luminoso".

Nessa crítica conjuntura, são muitas também as opiniões que acham que o temperamento fraco e a falta de suporte social do presidente Belaúnde, não lhe permitirão sobreviver ao embate cada vez mais temerário do movimento armado, e que o país novamente poderá se encaminhar no rumo de um governo militar.

A nossa matéria de capa tenta dar uma visão global do fenômeno senderista e o contexto no qual ele está inserido; do desafio que ele coloca ao governo e aos partidos políticos e das respostas que até agora têm surgido.

Ilustração: Mariano

Fotos: B. Bissio





A violência chega...

Foto: Lora/Net/Gamma



... às esquecidas e longínquas comunidades andinas

O desafio do Sendero Luminoso

As operações de um grupo armado impõem a necessidade de dar respostas urgentes a uma população marginalizada

“ Por el Sendero Luminoso de José Carlos Mariátegui”, é o nome de um movimento armado que põe em xeque o governo peruano, compromete a estratégia política da esquerda legal, provoca uma virtual guerra civil entre a população andina e atrai a atenção mundial para o remoto e esquecido departamento de Ayacucho.

“Sendero Luminoso” tem pouco em comum com os movimentos guerrilheiros que surgiram na década de 60 nos vales e cidades do Peru. Também não se assemelha à Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, de El Salvador atual, ou ao movimento “Tupamaro” do Uruguai, na década passada. E não se poderia dizer que se trata de um simples grupo de bandoleiros — definição usada por alguns setores políticos peruanos, sem aprofundar muito na sua origem ou expressão social — e, embora tenha realizado ações com essas características, não pode ser enquadrado exclusivamente sob esse rótulo de “terrorista”.

Contudo, até agora ninguém conseguiu definir exatamente o que é o “Sendero Luminoso”, o que se propõe e a quem representa. Não se conhecem suas posições políticas, embora os observadores

peruanos o identifiquem como maoísta, mais especificamente com o chamado “bando dos quatro”, liderado por Chiang Ching, a viúva de Mao. Os senderistas reivindicam Marx, Lênin, Mao — as “três espadas” — às quais acrescentam uma quarta: o fundador e ideólogo do movimento, um obscuro professor de filosofia da Universidade San Cristóbal de Ayacucho, Abimael Guzmán (o “camarada Gonzalo”), hoje transformado na figura mais procurada, citada e controvertida do Peru.

Pouco se conhece sobre Abimael Guzmán, um mestiço que defende a cultura indígena mas que foi formado nos padrões educacionais ocidentais. Não participou de nenhum movimento guerrilheiro da década de 60, nem registra militância política anterior a Sendero. Durante todo o governo do general Velasco Alvarado (1967-1975), foi professor da universidade de Ayacucho, onde realizou um paciente trabalho clandestino ou semi-clandestino de recrutamento e organização de um aparelho político-militar. Aqueles que o conheceram nessa época dizem que ele se identificava com o general Velasco em todo o seu esforço em reivindicar a vertente indígena da nação peruana. Mas Velasco

projetou as figuras de Túpac Amaru e sua mulher, Micaela Bastidas, como inspiradoras do processo revolucionário, enquanto que Guzmán, em sua restrita produção doutrinária, não se refere nem uma só vez a esses rebeldes anticolonialistas executados em 1871, mas aos fundadores do pensamento marxista-leninista e a Mao, do qual incorpora a tese de que a "revolução se faz com o campo cercado a cidade".

Terra de "gamonalismo"¹ e semi-escravidão

A ação do "Sendero Luminoso" se desenvolve basicamente em três dos 24 departamentos do Peru: Ayacucho, Huancavelica e Apurímac, a uns 500 quilômetros a sudeste de Lima. Contudo, as autoridades governamentais reconhecem que células do movimento já estariam agindo em quase todo o país, inclusive nas grandes cidades e, particularmente, em Lima. (Há no cárcere central de Lima quase 400 senderistas presos.)

Os departamentos de Ayacucho, Huancavelica e Apurímac estão entre os mais pobres do país, com uma população majoritariamente indígena cujas re-

ceitas estariam na casa dos 30 dólares anuais per cápita. Grande parte deles vive à margem da economia de mercado, produzindo para o autoconsumo. As culturas e o pastoreio de subsistência são a principal atividade econômica das comunidades indígenas da serra, situadas a altitudes superiores aos quatro mil metros. Os comuneiros falam *quêchua* ou *runasimi*, são proprietários de algumas lhamas ou cabras, e enfrentam a fome e o frio mastigando coca. Suas moradias são construídas de barro e pedras. Não têm luz elétrica nem infra-estrutura sanitária. Algumas comunidades são acessíveis a cavalo e outras somente a pé. Muitos camponeses não sabem nem sequer que são peruanos. Sua noção de Pátria é limitada ao universo da cordilheira.

Essa é a principal explicação da sua atitude durante a guerra do Pacífico (1879-1883) quando muitas comunidades se aliaram aos chilenos contra os seus compatriotas, em troca de eventuais benefícios regionais. Os governos de Santiago do Chile e de Lima eram para eles igualmente longínquos e alheios.

A vida interna da comunidade é regida por hábitos e leis ancestrais. A Justiça é aplicada pelos comuneiros e os chefes de família elegem o *varayoc* (prefeito), em geral entre os mais velhos, considerados como na cultura oriental, os mais sábios. Muitas comunidades ainda fazem justiça pelas próprias mãos, não só em assuntos internos (distribui-

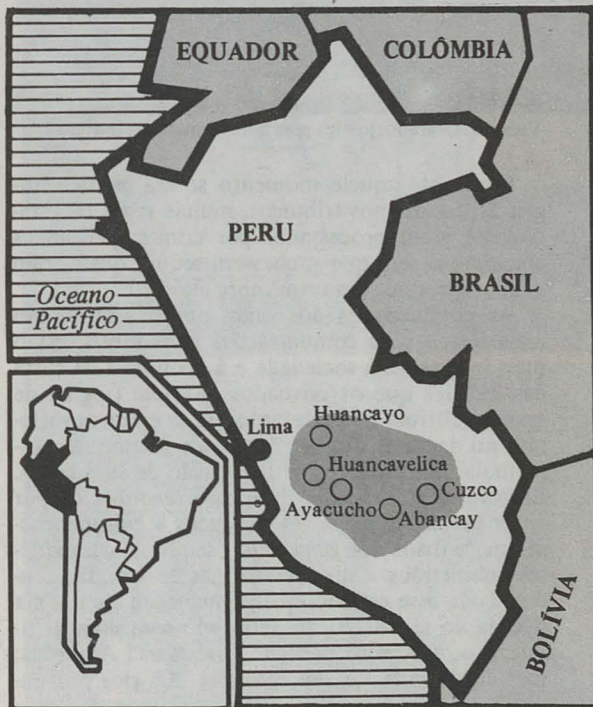
¹ Sistema feudal de propriedade que persiste ainda hoje nas regiões mais atrasadas da cordilheira, onde o gamonal (o senhor feudal) com poucas transformações manteve-se anacronicamente como era há muitos séculos.

O Peru tem três regiões bem diferenciadas: costa, serra e selva, divididas entre si pela cordilheira dos Andes, cujas altitudes chegam a seis mil metros. Na árida faixa costeira está concentrada a maior parte da população, apesar das terras serem semi-desérticas, precisando de uma vasta infra-estrutura de irrigação.

Nas alturas dos Andes, vivem ainda hoje os descendentes dos incas e de outras etnias indígenas dizimadas pelo colonizador espanhol que ali se instalou no século 17, aproveitando velhas rivalidades no seio do império liderado por Atauvalpa. Eles conservam a língua (o *quêchua*) e os costumes ancestrais e perfazem uma boa parte da classe mais explorada do país, junto com as populações amazônicas.

A oligarquia crioula — mineiros e latifundiários —, que se desenvolveu com a implantação do sistema capitalista, deteve o poder no Peru desde a época colonial, mantendo estruturas sócio-econômicas anacrônicas. Na década de 60, o regime do general

Velasco Alvarado iniciou um processo de transformação econômica e social que debilitou bastante o poder oligárquico. Porém, com o governo do presidente Belaúnde Terry, instalado em 1980, a oligarquia e o setor financeiro ligado ao capital internacional ganharam força, mergulhando o país numa profunda crise.



ção de águas e tarefas comunais) como em casos já divulgados de justicamentos de abigeos (ladrões de gado) e *gamonales* (latifundiários). Como em "Fuenteovejuna", a célebre obra de Lope de Vega, a responsabilidade é assumida por toda a comunidade.

Quando o general Velasco Alvarado decretou a adoção do *quêchua* como língua oficial junto com o espanhol, uma das razões invocadas foi dar ao camponês a oportunidade de se defender na Justiça estatal em sua própria língua.



Velasco Alvarado: justiça para as comunidades indígenas

Como até aquele momento só era usada a língua espanhola nos tribunais, muitas vezes os camponeses eram processados por crimes que jamais cometeram sem que soubessem sequer quais eram as acusações que pesavam sobre eles.

As comunidades dos vales, onde as terras são mais férteis e as comunicações mais fáceis, estão mais integradas à sociedade e à economia da costa das cidades que os povoados da *puna* (região de grandes altitudes). Entretanto, umas e outras sofreram no decorrer dos séculos desde a conquista espanhola, um processo de usurpação de suas terras. Embora a propriedade lhes fosse reconhecida por títulos reais, as melhores pastagens e culturas passaram às mãos dos *gamonales*, sendo os camponeses submetidos a diversas formas de servidão feudal. Todo esse cenário, que permaneceu até a sexta década do século 20, foi retratado com singular riqueza pelo escritor peruano José María Arguedas; particularmente no seu romance "Os rios profundos".

22 - terceiro mundo

As injustiças sociais flagrantes da serra e dos vales andinos levaram vários grupos de universitários oriundos das classes médias a organizarem movimentos guerrilheiros. Entre 1965 e 1967, as províncias de La Convención, em Cuzco, de la Mar, em Ayacucho, de Concepción y Jauja, em Junín, e setores do departamento de Piura, foram cenário de diversas frentes guerrilheiras comandadas, entre outros, por Luis de la Puente Uceda, Héctor Béjar, Guillermo Lobatón, Máximo Velando, Javier Heraud, Hugo Blanco e Helio Portocarrero.

Esses focos guerrilheiros foram derrotados militarmente, mas sua denúncia de uma situação social explosiva foi entendida por alguns dos militares que combateram os insurgentes e que ocuparam, posteriormente, um papel de destaque no movimento que tomou o poder a 3 de outubro de 1968, liderado por Velasco Alvarado.

O coronel Gallegos Venero, oficial de informação, sediado no vale do rio Urubamba, no departamento do Cuzco, durante os anos da guerrilha (e que foi depois ministro da Agricultura e Reforma Agrária) havia advertido seus superiores, já em 1965, sobre a situação de miséria em que vivia a população camponesa. Em seu livro "Modelo Peruano", Neiva Moreira cita o relatório de Gallegos: "A mortalidade chega a 30 por mil habitantes ao ano, o índice de mortalidade infantil a 70 por mil (menores de um ano) e a 294 por mil (menores de cinco anos). As causas principais são a tuberculose e as doenças parasitárias. Setenta e oito por cento da população apresenta sintomas de deficiência alimentar e de anemia. Oitenta e cinco por cento das moradias são de sapê, sem ventilação, hospedando uma família inteira em uma ou duas habitações". Gallegos também denunciava as "condições medievais de trabalho".

Os camponeses foram usurpados de suas terras





Reforma agrária em retrocesso

Sensibilizado pela situação de extrema miséria de milhões de conterrâneos e citando a frase de Túpac Amaru: “Camponês, o patrão não mais comerá de tua pobreza”, Velasco Alvarado decreta a reforma agrária no dia 24 de junho de 1969, desapropriando os grandes latifúndios. Quatro anos depois já haviam sido beneficiados mais de um milhão de camponeses e organizadas mais de mil empresas associativas (vários tipos de cooperativas).

José Carlos Mariátegui, o brilhante pensador marxista peruano, a quem o nome de “Sendero Luminoso” faz alusão, escrevera, quase 40 anos antes: “As expressões de feudalismo que sobrevivem no Peru são duas: o latifúndio e a servidão. Não é possível acabar com a servidão que pesa sobre a raça indígena sem acabar com o latifúndio. Nosso socialismo não seria peruano, nem sequer seria socialismo, se não se solidarizasse primeiro com as reivindicações indígenas”

O universo indígena da década de 80 não é o mesmo que o movimento guerrilheiro encontrou, nem aquele que Velasco Alvarado quis transformar. A estrutura dos vales e das fazendas da costa, radicalmente modificada pela reforma agrária que elevou o nível de vida do campesinato, levou às comunidades indígenas a participarem da administração de empresas associativas, às vezes de extrema complexidade.

Contudo, o desenlace do processo foi o mesmo imaginado por aquele grupo inicial de oficiais que se lançou à conquista do poder, impregnado de

Velasco decretou a reforma agrária e reivindicou a figura de Túpac Amaru (foto à direita, no mural acima), organizando os camponeses em cooperativas e incentivando a sua formação política



idéias de justiça mas sem experiência política, nem um acordo prévio com as forças civis progressistas. Hoje em dia, a reforma agrária está estagnada, quando não em retrocesso, muitas das conquistas estão correndo o risco de cederem diante das crescentes pressões de antigos latifundiários, num rápido processo de articulação e reconquista de seus privilégios. O setor da Propriedade Social da economia — concebido para ser majoritário — acha-se enfraquecido e seu poder é cada vez menor. Mas são visíveis as marcas deixadas pelo processo deflagrado por Velasco.

Mesmo que a reforma agrária tivesse sido completada segundo o projeto inicial, todas as terras cultiváveis do Peru não teriam sido suficientes para satisfazer a totalidade das famílias camponesas do país. (O Peru tem, com relação à sua superfície, uma baixa proporção de terras cultiváveis, devido a seu território acidentado.) Cabia, então, complementar a reforma agrária com outras instâncias, como a organização de agro-indústrias.

No entanto, a reforma agrária foi tão importante — truncada, infelizmente, antes de se tornar irreversível — que a resposta atual dos camponeses às propostas do “Sendero” está relacionada com a propriedade da terra. Nos vales de Ayacucho e nos departamentos vizinhos foram entregues títulos de propriedade. Esses camponeses, dificilmente se sentem atraídos por uma proposta que não tem nada a acrescentar ao que eles já receberam. Onde o processo foi interrompido precocemente ou que por diversas razões a transferência não foi concretizada, a receptividade à guerrilha é um pouco maior.

Quando visitamos aquelas regiões, na década de 70, constatamos a resistência das comunidades mais isoladas a se incorporarem ao processo de reforma agrária. Visitávamos às vezes uma comunidade de um lado do rio, integrada a uma *Sais*² ou cooperativa, e outra da margem oposta, mais isolada, que permanecia fora do processo de integração produtiva. As vantagens da primeira comunidade eram evidentes, mas só com o “efeito demonstração”, depois de muito tempo de experiência e quando as disparidades no processo de uns e outros tornavam-se evidentes, era vencida a desconfiança dos pastores mais apegados a suas tradições seculares.

Foi por isso que Velasco afirmava que junto com a entrega da terra era necessário mudar o homem que a habita. E proclamou, com esse fim, a reforma educacional, que mais que uma mudança no ensino institucionalizado, aspirava ser uma es-

²As *Sais* foram um tipo de empresa associativa criado pela reforma agrária, em que um latifúndio era entregue aos trabalhadores do lugar com a participação das comunidades camponesas vizinhas na gestão e na propriedade.



A população andina conserva sua língua e suas tradições

pécie de “revolução cultural”. Esse aspecto do processo também não chegou a se consolidar e o homem das alturas andinas permaneceu — salvo raras exceções — na mesma situação que antes.

É muito difícil saber até que ponto essas comunidades foram sensibilizadas pela mensagem de “Sendero Luminoso”, se se sentem representadas por Abimael Guzmán, como alguns setores camponeses fizeram no passado com Velasco, ao qual chegaram a identificar com o deus *Inkari* — Filho do Sol — construtor de um reino mitológico e criador do homem, que, vencido segundo a lenda pelo colonizador espanhol, deverá voltar algum dia para completar a libertação do seu povo.

Mas a realidade é que foi em algumas dessas comunidades das gélidas alturas andinas que “Sendero” conseguiu maior penetração.

Convicção ou medo?

As ações do “Sendero Luminoso” foram tão sangrentas que a maior parte dos jornalistas que estão cobrindo a “guerra de Ayacucho” se inclinam pela interpretação de que os comuneiros apóiam o movimento por causa do medo, sem convicção po-



A situação de miséria dos camponeses levou à organização de grupos guerrilheiros na década de sessenta e inspirou o movimento militar de 1968; porém, as coisas pouco mudaram...

lítica ou identificação doutrinária. As autoridades militares da região e muitos dirigentes políticos concordam com essa interpretação.

É preciso afirmar, contudo, que uma barbárie semelhante está sendo demonstrada pelos corpos policiais encarregados da repressão aos senderistas, conhecidos pelo nome de *sinchis* (palavra *quêchua* que significa "os que tudo podem"). Essa barbárie está documentada por numerosos testemunhos levantados pelos meios de comunicação e pelas investigações que realizaram no próprio cenário dos fatos os membros de uma Comissão Parlamentar (Subcomissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados), encabeçada por Javier Diez Canseco (Esquerda Unida) e Julio César Galindo (Ação Popular), que visitaram Ayacucho a um ano atrás.

Ressurgem as bandeiras vermelhas

"Diariamente, quando lemos os jornais nos perguntamos quantos serão os mortos no dia de hoje". Assim descrevia um sociólogo peruano a presença

constante da violência na vida do país.

"Sendero" ressurgiu no cenário político a 3 de março de 1982, quando realizou uma operação audaciosa com a participação de uns 220 guerrilheiros, com a qual conseguiu libertar um importante número de seus presos do cárcere central de Ayacucho. Foram mortos cinco guardas. Para isso, "Sendero" teve de ocupar a cidade por mais de duas horas e fazer uma demonstração significativa de força militar.

A ocupação de Ayacucho — uma cidade de 100 mil habitantes, com um quartel do exército e três quartéis da polícia — surpreendeu a opinião pública e as autoridades peruanas. Havia a convicção de que "Sendero Luminoso" sucumbira a uma ofensiva antiinsurreccional muito vasta desencadeada em 1981 pelos corpos policiais.

Além do ressurgimento dos senderistas com uma força insuspeita, a operação de 3 de março dava início a uma nova estratégia de luta: das ações utilizando dinamite, de cunho terrorista que marcaram sua trajetória desde que Belaúnde Terry assumiu o poder até aquele dia, "Sendero Luminoso" passava agora às ocupações de aldeias e cidades, justicamentos públicos de *soplones*³ (abigeos e prefeitos acusados de facilitarem o trabalho dos corpos de repressão).

Foram realizadas operações rapidamente qualificadas pelo governo como de "guerra psicológica": hasteamento de bandeiras vermelhas com a foice e o martelo em povoados indígenas, divulgação de comunicados com listas de pessoas (especialmente autoridades) condenadas à morte, proclamações insurreccionais etc.

E, pouco a pouco, as execuções e os massacres...

Desse modo, no mês de abril deste ano chegasse a uma cifra recorde de mortes: 152 vítimas, mais do que em todo o ano passado. O total de mortes desde que "Sendero" reiniciou suas atividades é de 796, das quais umas 480 seriam de senderistas e o restante, de camponeses e forças repressivas. (Cabe assinalar que, como lembra um comentário da agência IPS, esse total já é quase o dobro do número de vítimas causadas por dez anos de atividade terrorista das Brigadas Vermelhas, na Itália, que provocaram a morte de 400 pessoas.)

Analisemos uma semana do noticiário dos jornais limenhos:

"Guerra civil em Ayacucho. Dezenas de mortos em violentos choques entre comunidades", é a manchete do jornal *El Diario* (24/02/83); "O povo mata nove senderistas", informa *La República*, (23/02/83); "Comuneiros matam quatro terroristas", "Caem 13 senderistas em três enfrentamentos", Brigadas da polícia abatem nove sediciosos",

³ "Dedo-duros", alcaguetes.

La Prensa, (23/02/83); "Carnificina em Carhuahuarán - 25 mortos em choques entre senderistas e comuneiros", *Ojo*, (22/02/83); "Aumentam os enfrentamentos e morrem mais senderistas", *El Observador*, (22/02/83); "Enfrentamento deixou 30 mortos em Huanta" *La Prensa*, (20/02/83); "Guerra aberta com duas frentes: Huanta e Víctor Fajardo"⁴, *El Diario*, (20/02/83); "Os Andes continuam sangrando"; *Ojo*, (19/02/83); "Camponeses à procura de quartel senderista", *La Prensa*, (19/02/83); "Mortos 15 de Sendero", "Forças da ordem iniciam contra-ofensiva", *La República*, (18/02/83); "Terroristas fazem vingança sangrenta", *La República*, (17/02/83).



Clichês do "Sendero" confiscados pela polícia

O que significam esses enfrentamentos?

Primeiro, foram "justiçamentos", praticados por "Sendero" para eliminar elementos anti-sociais, odiados pelas comunidades, como usurários, bandidos etc. Depois passaram aos "justiçamentos" dos considerados "dedo-duros" e traidores. E, depois, veio a reação a essas matanças.

"Apesar de que inicialmente a morte de um abigeo ou de um bandoleiro tenha despertado uma certa simpatia, na atualidade, a morte do que eles chamam de 'traidores' surte um efeito contrário", escreve em uma crônica intitulada "A batalha de Ayacucho" o repórter Raúl González, enviado especial à região da revista *Quehacer*, de Lima.

E acrescenta: "Finalmente, os recrutamentos forçados, impostos por "Sendero" entre os mais jovens, converteram-se na decisão mais impopular que poderiam ter tomado, pois muito poucas famílias da cidade e do campo estavam dispostas a entregar seus filhos ao senderismo e mais de uma comunidade concordou em não permitir que nem um só de seus jovens fosse recrutado".

⁴Duas províncias do departamento de Ayacucho.

Foto: Pedro Sánchez



O enterro de uma jovem senderista em Ayacucho

Esses erros estratégicos de "Sendero" teriam começado a modificar a acolhida evidente de que gozou a organização nos meses que se seguiram à tomada da prisão de Ayacucho. Houve momentos, no fim de 1982, em que as províncias de Víctor Fajardo e de Huanta, no departamento de Ayacucho, eram consideradas "zonas vermelhas" pela própria polícia, que reconhecia estar em franca retirada.

Essa situação era ajudada pela brutalidade dos *sinchis*, que chegaram a assassinar um velho comuneiro acusado de colaborar com "Sendero", amarrando-lhe um cartucho de dinamite na cintura e fazendo-o voar pelos ares. E que entram nas comunidades indígenas disparando espingardas automáticas, expulsando os comuneiros de suas camas, violando mulheres e roubando parte das colheitas. Os *sinchis* costumavam tomar coragem para suas operações repressivas, entrando nas áreas supostamente controladas pelos senderistas cantando cantigas como esta: "Terroristas de merda. Entraremos esta noite em suas casinhas, comeremos suas tripinhas, beberemos seu sanguezinho, cortaremos suas cabecinhas, picaremos seus olhinhos..."

A situação começa a mudar em Ayacucho quando o presidente Belaúnde Terry - cedendo às pressões de seu partido e de importantes setores da opinião pública e das próprias forças armadas - decreta a intervenção do exército na repressão. A polícia vinha afirmando que carecia de armas para enfrentar um inimigo que estava agindo em situação de vantagem numérica e com um respaldo aparente da população camponesa.

As mudanças ocorreram no meio de uma crise ministerial, que levou a uma reformulação parcial do gabinete.

Mas o exército não entra em Ayacucho para reprimir diretamente os senderistas. Nem a sua experiência de luta anti-guerrilha da década de 60, nem o que parecem ser convicções sérias de setores



Comunidades incentivadas a combater o "Sendero"

importantes dentro das forças armadas permitem que isso aconteça.

A intervenção começa a 2 de janeiro de 1983. A ação do exército dá-se, fundamentalmente, em três planos: 1) proporcionando à polícia melhores condições de mobilidade; 2) adotando uma linha tática de mobilização de fatores sociológicos; 3) assumindo a responsabilidade pelo controle das cidades. A polícia continua reprimindo diretamente os senderistas.

É a colocação em prática do segundo ponto o que determina uma mudança qualitativa no enfrentamento. Trata-se de aproveitar as rivalidades existentes entre as comunidades indígenas para fazer com que se enfrentem entre si. Conforme descreve Nelson Manrique em seu ensaio "Violencia y Autoritarismo en la comunidad andina", "após a violência frenética demonstrada no planalto de Ayacucho, é identificável um mecanismo característico dos usos do poder colonial: canalizar a violência dos oprimidos — aquela gerada como resposta à violência dos opressores — contra eles mesmos".

Em Lima foi denunciada a aplicação do velho ditado "dividir para reinar" (do colonialismo britânico) para reprimir o "Sendero". É a "guerra suja", o uso da população camponesa para fazer frente aos também camponeses do "Sendero Luminoso". As denúncias visavam demonstrar que o sistema repressivo do governo evitava, assim, em muitas ocasiões, ter que sujar as mãos.

Comunidades camponesas — particularmente as de etnia *iquichana*, que se dedicam ao pastoreio nas zonas altas — foram incentivadas pelos corpos repressivos a se transformarem em uma força paramilitar camponesa para combater os senderistas. De que forma? Com ameaças, promessas e presentes, e aproveitando rancores desatados por alguns atos do "Sendero".

Mas esse plano não teria ficado tão facilmente descoberto se não fosse por um episódio imprevis-

to: a decisão de oito jornalistas de vários meios de comunicação de Lima e Ayacucho, de comprovar no próprio local como estava se processando essa tão comentada guerra civil entre comunidades indígenas.

Um assassinato coletivo que comove o país

Nos primeiros dias de janeiro haviam circulado notícias de que três comunidades da região mais pobre e de maior altitude das províncias de Huanta e Víctor Fajardo haviam surpreendido pequenos grupos guerrilheiros e, fingindo dar-lhes hospitalidade, atacaram-nos de surpresa munidos de paus e pedras.

Se isso fosse verdade, seria a primeira vez que a autoridade do "Sendero" era contestada por algumas comunidades. Um exemplo do poder que o "Sendero" tinha na área é dado pela cobrança comprovada de um imposto às comunidades camponesas — em geral, parte de sua produção — para sustentar a organização. Outro exemplo do seu poder de decisão sobre a vida das comunidades andinas da região eram as modificações introduzidas em sua forma organizativa e produtiva. "Sendero"

Jovens são obrigados a se juntar aos senderistas





Foto: Herman Schwarz

O enterro dos jornalistas se converteu em um ato de condenação ao governo Belaúnde, considerado culpado pelas mortes

havia proibido as feiras livres no território dominado por ele. Os comuneiros deviam produzir o suficiente para seu auto-abastecimento, sendo abolidas na região as operações em dinheiro. Além de constituir um duro golpe para a decadente burguesia rural empobrecida dessas províncias, a decisão de acabar com as feiras obrigava, de fato, os camponeses a longas viagens para se abastecerem, já que é impossível que uma comunidade possa produzir tudo o que precisa para viver, por mais rudes que sejam seus hábitos. A medida foi muito contestada por todas as camadas sociais da região.

Essas determinações estavam inspiradas na fórmula clássica do maoísmo: "cercar as cidades pela fome".

Quando os oito jornalistas decidiram realizar suas próprias investigações, com o auxílio de um guia, encaminharam-se para a comunidade de Uchuraccay, na província de Huanta. A única forma de acesso àquela aldeia isolada, situada a cinco mil metros de altitude, é a pé, pois não se pode chegar lá nem a cavalo.

O grupo atravessou áreas com guarda policial e, contudo, não foi avisado da existência de nenhum perigo. Quando foram encontrados, alguns dias depois, os cadáveres (inclusive o do guia), não era fácil imaginar os intrincados episódios que levaram àquele desenlace trágico. Em uma tensa entrevista de imprensa, o general Clemente Noel Moral, chefe do Comando Militar de Ayacucho, deu a conhecer a notícia do assassinato e comprometeu-se a esclarecê-lo. Mas para a maioria da população não havia necessidade de esclarecimentos: ninguém duvidava de que, direta ou indiretamente, os responsáveis eram os *sinchis*, cuja forma de atuação os ayacuchanos bem conhecem, assim como o general Mo-

ral, responsável pela instrumentação da tática da luta antiguerilha.

O episódio provocou uma imensa comoção no Peru e no exterior. O presidente Belaúnde Terry designou uma comissão especial para investigar o massacre. Era integrada pelo escritor Mario Vargas Llosa, pelo decano do Colégio de Jornalistas do Peru, Mario Castro, e pelo destacado jurista Abraham Guzmán.

Um mês depois, a comissão confirmava os resultados de uma investigação realizada, de forma independente, por outro jornalista, Luis Morales, de *El Diario de Marka*: Morales descobriu que o assassinato dos oito jornalistas havia sido cometido como resultado de uma ordem policial.

Segundo testemunhos gravados por Morales, os camponeses afirmavam que a polícia havia mandado matar todos os forasteiros que ali chegassem pela via terrestre, já que as forças oficialistas somente se deslocariam em helicópteros. Entrevistada pela televisão, e com a ajuda de um intérprete — já que só fala *quêchua* — uma comuneira de Uchuraccay afirmou que eles esperavam, inclusive, serem felicitados pela forma como procederam, atendendo a todos os pedidos das autoridades.

O general Noel negou que essas ordens tivessem sido dadas, mas isso não impediu que pouco tempo depois fosse decretada uma ordem de prisão contra ele, pelo juiz instrutor Marcial Capelletti. Nesse caso, tratava-se de sua responsabilidade pela morte de três camponeses, assassinados na praça pública da sua comunidade por grupos adestrados e organizados pelo general Noel. Apesar de não terem negado a responsabilidade do general, as autoridades judiciárias de Ayacucho anularam a ordem de prisão, invocando "erros de procedimento".

A opinião da comissão

“Os camponeses de Uchuraccay são muito ignorantes, incapazes de diferenciar uma metralhadora de uma câmara fotográfica com teleobjetiva”, afirmou o general Noel, procurando minimizar as responsabilidades que poderiam ser-lhe atribuídas.

Contudo, o pronunciamento da Comissão nomeada por Belaúnde Terry não omite a responsabilidade das autoridades. Segundo suas conclusões, existem quatro motivos para o assassinato. Primeiro, o “desconhecimento dos jornalistas do que estava acontecendo nas comunidades, decididas a desalojar os guerrilheiros”. Segundo, a “responsabilidade das forças policiais, que incitaram os líderes comunitários, com ordens do tipo ‘matem e depois se defendam’”. Terceiro, o “clima de violência criado pela organização guerrilheira, que ignora as particularidades e os hábitos dos camponeses”, e finalmente, “a violência estrutural” da zona, “uma região economicamente sem recursos, com um altíssimo nível de desemprego e um rendimento paupérrimo da terra, sem água, luz elétrica nem serviços sanitários”.

“Convivem dois mundos no Peru”, declarou Vargas Llosa ao voltar de Ayacucho. “Um ocidentalizado, e outro basicamente indígena. O diálogo entre eles é muito fraco. Para esses camponeses, o mundo ocidental é algo longínquo, unitário e opressor. Eles não diferenciam entre capitalismo, comunismo ou marxismo. A mensagem do ‘Sendero’ e suas alusões a uma revolução mundial não entram em suas mentes”. E acrescentava. “O ‘Sendero Luminoso’ se enganou quando pensava que a extrema miséria dos camponeses ia transformá-los em aliados de uma revolução que para eles é muito difícil de compreender”.

O relatório da comissão recebeu severas críticas por parte de setores políticos que teriam desejado que fosse mais explícita a condenação dos três intelectuais à política de “guerra suja” aplicada pelo governo na repressão aos senderistas. O enterro dos jornalistas foi acompanhado em Lima por mais de 20 mil pessoas e o ato se transformou em uma enorme manifestação de condenação ao governo, considerado mais culpado pelo assassinato que “Sendero Luminoso”.*

Depois da morte dos jornalistas, os enfrentamentos em Ayacucho foram intensificados, envolvendo cada vez mais as próprias comunidades. Ayacucho e Apurímac foram declaradas zonas de emergência. Em um desses enfrentamentos, na comunidade de Lunamarca, morreram 67 camponeses. Entre eles, pelo menos 20 menores de idade. As mortes foram, como no caso dos jornalistas, provocadas por machadadas e instrumentos de lavoura. E foram atribuídas ao “Sendero Luminoso”.

As forças policiais responderam metralhando

Foto: “Quehacer”



O exército entrou no combate no início de 83

vários professores acusados de senderistas, executados publicamente por efetivos do 48º Comando da Guarda Civil, numa feira dominical. E a partir daí, cada ação de “Sendero” provocou uma contra-ação das forças policiais.

A população de Ayacucho vive dramaticamente os efeitos desta guerra, uma espécie de pesadelo cotidiano. O secretário-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores do Ensino no Peru (Sutep), César Barrera Bazán, informou que três mil professores do primeiro grau que trabalham em Ayacucho, pediram transferência para qualquer outra região do país. A abstenção escolar chega quase aos 60% e a vida em todo o departamento tem sido profundamente atingida.

Quando se completou o primeiro aniversário da ocupação de Ayacucho, no dia 3 de março último, os guerrilheiros comemoraram a data deixando a

* O caso do assassinato dos oito jornalistas voltou ao centro da discussão política no país nos últimos dias de maio passado, quando foram descobertas e publicadas mais de uma dúzia de fotos tiradas por um dos repórteres massacrados em Ayacucho. As fotos ilustram os momentos anteriores à tragédia e ratificam a versão de que os jornalistas foram vitimados pelos camponeses de Uchuraccay, permitindo deduzir que se trata “de um ato meditado e inclusive deliberado”, como definiu o senador Luis Alberto Sánchez. As fotos tiradas por Willy Reto, repórter fotográfico do jornal El Observador (de oposição), levaram à detenção de três comunistas identificados como participantes do homicídio. Todos esses fatos reavivaram a polémica sobre as responsabilidades no assassinato.

Enquanto isso, o “Sendero Luminoso” intensificou suas atividades em fins de maio, passando a operar nos departamentos de Pasco, Cuzco e Puno, além de ter realizado importantes atentados com dinamite em Huancayo (serra central) e Ica (no litoral).

Mas a operação mais importante dos últimos meses teve lugar a 27 de maio em Lima, onde dez torres de transmissão de energia elétrica foram dinamitadas, deixando a capital às escuras, ocasionando grandes incêndios, o maior deles ocorrido numa usina de produtos petroquímicos, que originou perdas superiores a 300 milhões de dólares.



Foto: Lora/flet/Gamma

A guerra se torna um pesadelo cotidiano

cidade totalmente às escuras, com um ato de propaganda na mesma zona da operação e com a tomada de um quartel policial pertencente às tropas anti-subversivas, em Víctor Fajardo.

Diante dessa situação, o perigo de um golpe militar começa a provocar inquietação em todos os setores políticos.

Para o Partido Aprista Peruano o maior desafio à ordem constitucional se encontra neste momento na política econômica, que por conter elementos recessivos, provoca uma séria crise social e política.

OPINIÕES SOBRE O "SENDERO LUMINOSO"

- Julio Cotler, sociólogo

"Enquanto os jovens senderistas procuram se apoderar do Estado, como se este fosse uma coisa, e impor sua vontade à sociedade a fim de moldá-la segundo o 'pensamento de Gonzalo', as classes populares e médias das cidades e de outras áreas rurais, organizadas sindical e politicamente, se debatem incessantemente para se afirmarem democraticamente em suas instituições, elaborando suas próprias propostas, exercitando-se na luta política contra o governo."

- César Hildebrandt, destacado jornalista

"O 'Sendero' não parece questionar o problema do poder. A violência é para eles um fim em si mesma. Suas teorias loucas não os eximem da acusação de banditismo, que cada dia merecem mais."

A esquerda, além de condenar a política econômica, faz advertências sobre a "fascistização progressiva do regime".

Existe uma estratégia por trás?

Todos esses acontecimentos estão levando o Peru a um beco de difícil saída. A esta altura, cabe perguntar-se se estaria nos cálculos de "Sendero Luminoso" o desgaste que está produzindo, não só no governo de Belaúnde, mas em todos os partidos que participam do jogo democrático. Estaria tentando demonstrar que não há saída para a marginalização camponesa em uma institucionalidade que na realidade, não reconhece a população indígena como peruanos com igualdade de direitos?

Uma resposta afirmativa exigiria o desenvolvimento de uma estratégia de acumulação de forças, de expansão e consolidação de posições, militares e políticas. Não é possível constatar nada disso nas ações de "Sendero Luminoso".

E quanto mais interrogantes se erguem em torno dos objetivos desse movimento, mais impenetráveis se tornam a figura de Abimael Guzmán e seus "iluminados" — eles se consideram assim — seguidores. Circulam versões no Peru de que Guzmán estaria condenado a uma morte iminente (apesar de ter pouco mais de 40 anos), devido a uma doen-



Foto: "Quehacer"

Monsenhor Dammert Bellido

- Monsenhor José Dammert Bellido, bispo de Cajamarca, Peru

"A posição da Igreja foi claramente expressa pelo papa João Paulo 2º: a igreja não aceita a violência sob nenhuma forma. Nem o terrorismo de baixo, nem o terrorismo de cima... É preciso procurar as causas no fenômeno do 'Sendero': a realidade vai produzindo um terreno fértil para a violência."



Existe hoje um movimento popular no Peru, ainda embrionário em 1968 e que se acha em perigo

ça incurável. Isso lhe exigiria algumas sigilosas e nunca comprovadas entradas e saídas do país. A menção deste fato contribui para cercar de maior mistério o “comandante Gonzalo” ou a “quarta espada”.

Se for verdade, “Sendero” teria de ter uma reatguarda no exterior, o que, apesar de que o governo gostaria muito de poder provar, não passa até o momento de uma conjectura pouco consistente. Nunca se conseguiu comprovar nenhuma das supostas vinculações internacionais do senderismo com “potências comunistas”.

Mas mesmo que não se possa detectar uma intenção proposital de acumulação de forças para uma eventual tomada do poder, é notório que “Sendero” contribuiu para fechar alguns caminhos e criar numerosos obstáculos ao desenvolvimento de um forte movimento popular e progressista que começa a tornar-se realidade quase 15 anos depois que o general Velasco Alvarado tomou o poder com essa bandeira.

Quanto mais razões o governo possa invocar para avançar em sua política repressiva, visando utilizar a legislação de emergência e desviar a atenção dos problemas econômicos seríssimos que o país enfrenta, mais enfraquecidos estarão os setores populares e suas expressões sindicais e partidárias.

Existe atualmente um movimento popular no Peru, que era embrionário em 1968. A reforma agrária, a cogestão nas empresas e a prática política destes últimos 15 anos, durante os quais foram incentivadas de baixo e a partir da cúpula as organizações sindicais e as instâncias participativas, criaram novas condições, sujeitos econômicos, políticos e sociais no Peru.

A greve nacional no campo realizada durante os dias 26 e 27 de novembro passado, demonstrou a vitalidade e a força do movimento camponês e, segundo definiu a revista “Socialismo y Participación”, em sua edição de dezembro de 82, “constituiu a mais importante mobilização de protesto desde julho de 1977”.

Essas mudanças nas bases populares — cuja organização também avança nos *pueblos jóvenes*⁵ e nas fábricas — tiveram reflexos positivos nos partidos políticos, que se renovaram e se afastaram de antigos sectarismos. O exemplo mais significativo é o do Apra (o partido fundado por Haya de la Torre), que levou um jovem de apenas 33 anos, Alan García, à presidência do partido, com uma linha de aproximação com a esquerda tradicional, deixando de lado as antigas marcas anticomunistas. Por sua vez, o senador Enrique Bernaldes (PSR) assinala que também a “esquerda marxista começou a realizar um importante esforço visando abandonar o ‘anti-aprismo’ recalcitrante e que a levou, inclusive, a apoiar Belaúnde”, em um processo de aproximação ao Apra visando combinar ações nos planos político e sindical.

Um movimento em perigo

Mas o aumento da presença das massas peruanas dá-se também a outros níveis, como por exemplo no fortalecimento de movimentos regionalistas — que unem patrões e operários, dirigentes departamentais e militantes de base — na defesa de reivindicações tendentes a mediatizar o poder federal exercido a partir de Lima. Na selva peruana, um

⁵ Bairros marginais, favelas.

movimento com essas características fez com que parte dos benefícios do petróleo ficasse em Iquitos, beneficiando a população local com o principal produto da área.

Mas todo esse movimento fecundo que vai modificando pouco a pouco a fisionomia do Peru está em perigo.

A crise econômica (ver artigo seguinte), a deterioração da situação em Ayacucho e zonas vizinhas, o enfraquecimento do presidente para enfrentar a situação e sua tendência a ceder cada vez mais diante das imposições recessivas do Fundo Monetário Internacional (FMI), estão levando o país a um quadro de deterioração política e econômica sem precedentes.

E a esquerda — que integrada na coalizão “Esquerda Unida” obteve quase 30% dos votos nas eleições de 1980 — enfrenta um dos piores momentos de sua história, ao ter de adequar sua estratégia diante do desafio de “Sendero Luminoso”, o que lhe impõe definições que não está madura para tomar.

São poucos os peruanos de esquerda que se arriscam a fazer declarações como a de Héctor Béjar, o ex-dirigente do Exército de Libertação Nacional (ELN), anistiado por Velasco Alvarado e incorporado por ele ao processo como membro da equipe de Sinamos.⁶

Béjar afirma: “O terrorismo tem de ser derrotado, primeiro politicamente e depois militarmente. Não se pode pensar em uma ação policial como o começo para uma ação contra o terrorismo. Os passos que deveriam ser dados são os seguintes: primeiro, uma mudança na política econômica. Segundo, uma política de entendimento e diálogo que inclua aqueles militantes de ‘Sendero’ que estiverem de acordo e, terceiro, é inevitável uma repressão contra os que persistirem obstinadamente na atividade exclusivamente terrorista”.

Para Béjar, como para outros dirigentes peruanos, a defesa da democracia não é uma tática conjuntural. Eles entendem o exercício da democracia como um fim em si mesmo, indispensável para garantir a transição do capitalismo ao socialismo.

Mas quando os espaços democráticos se estreitam, mesmo dentro de um regime constitucional, qualquer estratégia passa a ser questionada.

Por isso não é fácil descrever em profundidade o desafio de “Sendero Luminoso”. Porque nos longínquos cumes dos Andes que são atualmente o cenário de cruentas batalhas, não só se estão perdendo valiosas e insubstituíveis vidas humanas. Estão se defrontando concepções ideológicas diferentes sobre

o processo de mudança revolucionária. Estão se defrontando também duas culturas, a andina e a ocidental, que até agora haviam convivido no tempo e no espaço sem interpenetrar-se. Está aflorando, violenta, a luta de classes.

E, como diz em sua “Carta al País”, o conselho editorial de “Socialismo y Participación”: “é duro dizer, mas todos nós, e principalmente as atuais gerações, não conseguimos demonstrar até agora as reservas morais e políticas que nos permitam deter o trágico destino que está em curso na vida nacional (...) Dessa perspectiva, a primeira responsabilidade pela mais inumana das violências deve ser atribuída ao grupo ‘Sendero Luminoso’. São os membros desse movimento que, por decisão própria, se advogaram o direito — que ninguém lhes concedeu nem pode reconhecer-lhes — de matar deliberadamente outros seres humanos (...) Contudo, esse tipo de violência não teria chegado à atual magnitude se o governo e mais diretamente o presidente da República não tivesse se transformado, como o fez, no responsável direto pelo aprofundamento da miséria que a todos humilha, pela dilapidação da confiança que o povo depositou nele e pelo mau uso do mais extraordinário poder político e institucional que nenhum presidente na história dos governos democráticos do país tenha alcançado. (...) Mas a responsabilidade também atinge as forças armadas. Os altos oficiais conhecem a situação de extrema miséria de Ayacucho. Como é possível, então, eles aceitarem o papel de simples executores de uma política repressiva que não seja parte de um imenso esforço para melhorar a qualidade de vida do povo dessa região? (...) Será que aceitam, por ventura, que sua não participação direta no tipo de repressão que os *sinchis* desenvolvem os exime de responsabilidades? As forças armadas querem manter ou renunciar ao que nós consideramos seu mais legítimo orgulho e que é o que mais as diferencia de outras forças armadas do Cone Sul: sua decisão de ser a expressão em armas de seu povo para sua defesa, segurança e desenvolvimento e não forças de ocupação a serviço de interesses incompatíveis com a Segurança Nacional?”

O editorial continua apontando as responsabilidades da igreja católica, da qual se reclama uma participação mais enérgica para “frear o banho de sangue com o qual diariamente manchamos mais as mãos; dos partidos políticos (definindo as deficiências de cada um deles) e dos próprios intelectuais, como os que assinam a Carta”. O final é categórico: “Se o governo se obstinar em não ouvir nem responder à reivindicação desesperada das maiorias nacionais (no sentido de mudar a política econômica em cujo prosseguimento estão enraizadas as maiores violências), ele será o principal responsável por uma nova tragédia nacional”.

⁶Sinamos é a sigla de Sistema Nacional de Mobilização Social que, presidido pelo general Leonidas Rodríguez Figueroa, trabalhou durante o governo do general Velasco Alvarado no desenvolvimento da participação popular.

Cisneros Visquerra: "A solução tem que ser global"

O ex-ministro de Guerra do Peru, general Luis Cisneros Visquerra, conhecido pelo apelido de "o Gaúcho", porque passou parte de sua vida na Argentina onde realizou seus estudos militares, concedeu uma longa entrevista sobre o "Sendero Luminoso" ao jornalista Raúl González, da revista *Quehacer*. Pela importância que teve o general Cisneros na elaboração da estratégia de combate ao movimento armado, e dado o interesse em conhecer o ponto de vista militar sobre o problema, reproduzimos aqui algumas de suas respostas mais significativas.

"Não creio que o 'Sendero' tenha alguma possibilidade de êxito no Peru. Um movimento subversivo que se inicia no âmbito rural e que pretende buscar o apoio camponês, não pode se tornar popular, nem aqui nem em lugar nenhum, aplicando o terrorismo, como eles estão fazendo, contra esses mesmos camponeses."

Apóiam-se no terror...

"O camponês se encontra diante do dilema de apoiar as forças policiais ou apoiar o 'Sendero'. E o que acontece? O camponês pensa: se apoio o 'Sendero' e sou preso, serei julgado e se não se conseguir provar sem equívocos a minha participação, sou solto. Não há risco. Em compensação se eu apoiar as forças policiais, o mais provável é que caia nas mãos do 'Sendero' e eles me matem. Diante dessa alternativa, o que faz o camponês, o homem introvertido que mora na serra? Fica cego, surdo e mudo... Não sabe de nada. Isso significa apoiar o 'Sendero'? De maneira alguma. Esse não é um ponto de partida correto para um movimento popular."

As limitações das forças policiais

"Dentro de suas limitações, as forças policiais atuam de forma eficaz. Essas limitações são, em primeiro lugar, a falta de um equipamento adequado. A segunda, a inferioridade de condições para enfrentar o 'Sendero': enquanto os senderistas sabem onde estão as forças policiais, quantos homens há em cada posto, as forças policiais não sa-

Foto: "Quehacer"



Cisneros: "um movimento terrorista não é popular"

bem onde eles estão. Nem quantos são, nem quando vão atacar. Para que as forças policiais possam ter êxito, teriam que matar os senderistas e os não-senderistas: matam 60 pessoas e, na melhor das hipóteses, há três senderistas entre eles... E certamente a polícia dirá que todos os 60 eram senderistas...

"Essa seria a pior alternativa e é por isso que me oponho — até que não seja estritamente necessário — a que as forças armadas ingressem nessa luta..."

A solução

"A solução do problema tem que ser global. Não acredito que a solução seja exclusivamente repressiva. Nem o 'Sendero' nem nenhum desses grupúsculos vão desaparecer só pelo fato de que conseguimos matar seus principais dirigentes. A solução é integral: tem que se tirar essas zonas miseráveis da situação em que se encontram, pois assim como estão são um terreno fértil.

"Estamos procurando fazer chegar energia elétrica ao departamento de Ayacucho, base de qualquer processo de desenvolvimento industrial. Está se tentando abrir estradas para tirá-los do isolamento.

"Mas não é possível que seja a ação subversiva que nos faça ver a necessidade de desenvolvimento de certas zonas. O ideal, por isso, é se adiantar... Temos que entender que não são exclusivamente as forças policiais, mas todo o país e suas organizações, que estão, em última instância, não contra o 'Sendero' mas em defesa de um sistema que adotaram e pelo qual todos votaram.

"Antes da força armada entrar (na repressão) não será necessário que o país entre para rejeitar, não somente por palavras, mas de fato, essa situação?"

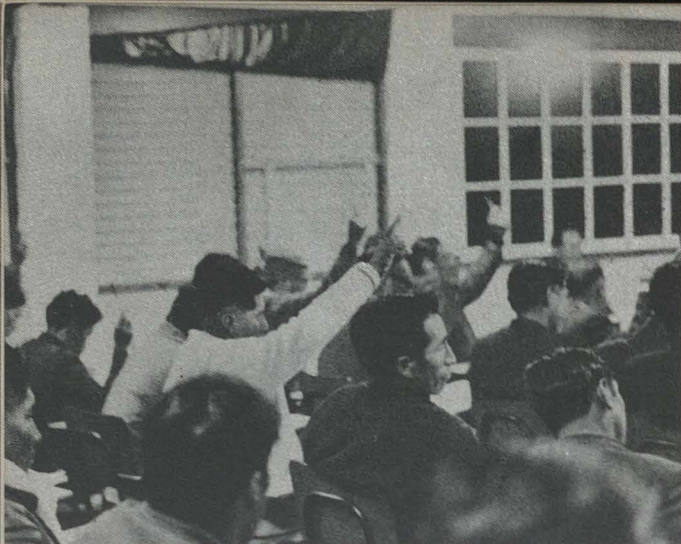
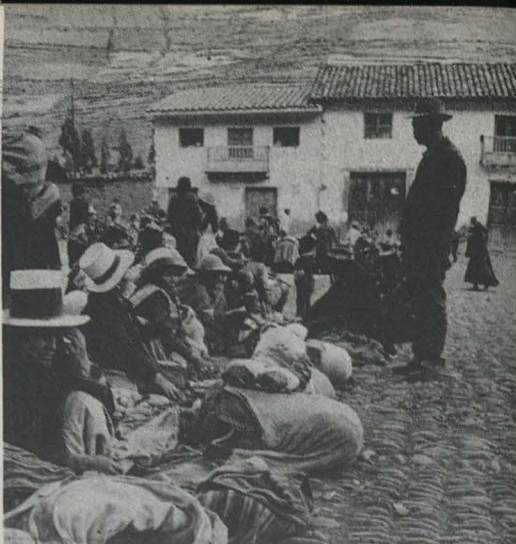


Foto: C. Sánchez



“Um movimento dogmático e autoritário”

Alfonso Barrantes analisa as divergências da esquerda com a estratégia e os métodos do Sendero Luminoso

A Esquerda Unida (IU) é a principal coalizão de esquerda no Peru, agrupando vários partidos e movimentos, muitos deles com definição marxista. Nas eleições de 1980, obteve quase 30% dos votos. Alfonso Barrantes Langan, presidente da IU, é um intelectual de longa trajetória, não filiado a nenhum dos grupos ou partidos da coalizão. Ele concedeu em La Paz uma entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo* na qual analisa o fenômeno da insurreição armada lançada por “Sendero”.

“Existe um fenômeno inocultável no cenário político peruano que é o aparecimento de ‘Sendero Luminoso’, movimento que tem sua origem na esquerda peruana, da qual se afastou por causa de sua posição dogmática e autoritária, que o leva a substituir as massas e tentar estabelecer um governo na medida de seu autoritarismo e dogmatismo.

“A diferença mais notória entre Esquerda Unida e o ‘Sendero Luminoso’ está na forma de conceber o processo revolucionário. Nós estamos convencidos de que toda transformação substancial de uma sociedade deve se realizar com as massas organizadas, disciplinadas e conscientes. Outra alternativa implicaria a anarquia. E, como dizia Mariátegui, ‘a utopia pode ser subversiva, mas não é revolucionária’.

“Então, enquanto a Esquerda Unida está dedicada paciente e esforçadamente à organização das massas populares, dos setores pobres da cidade e do campo, o ‘Sendero’ levanta a bandeira insurrecional, pretendendo instaurar aquilo que, segundo eles, seria um governo popular, à margem das massas. Há uma segunda diferença: o ‘Sendero’ realiza ações de tipo terrorista, diante das quais nós manifestamos a nossa discordância e nossa profunda condenação.

“Por último, devemos assinalar que o ‘Sendero’ complementa suas ações terroristas com operações guerrilheiras. Isso nos obriga a uma reflexão, sobretudo porque na Esquerda Unida nós não somos contrários à utilização da violência revolucionária. Mas a diferença está em que a Esquerda Unida considera que só se deve recorrer à violência quando assim o determinam as massas organizadas e conscientes.

“A atuação do ‘Sendero’ reflete uma atitude sectária indiscutível. Através de seus documentos e declarações, eles se proclamam os únicos revolucionários não só do Peru, como de toda a América Latina. De acordo com a mentalidade ‘messiânica’ de seu dirigente máximo, neste momento o centro da revolução mundial está em Ayacucho.

“No entanto, ao contrário de outros movimentos guerrilheiros realmente revolucionários da América Latina, o ‘Sendero’ não procura acumular forças e despreza todos os partidos políticos e se-

tores sociais. E o desprezo começa pela Esquerda Unida. Para eles, nós somos adversários que precisam ser destruídos.

“Como nos consideram traidores, não é possível um diálogo com eles. Não porque a Esquerda Unida não o queira — houve algumas forças que integram o nosso movimento que se encaminham nesse sentido — mas porque desde o início eles nos consideram seus inimigos.

“A pergunta que todo mundo se faz é se um movimento com essas características conta realmente com apoio popular. No começo, a direção e os quadros do ‘Sendero’ eram compostos por camponeses que tinham cursado a universidade. Tratava-se de camponeses aculturados através de seus estudos.

“Quando decidem iniciar suas ações, é evidente que não tinham nenhum apoio popular a não ser aquele que provinha de suas relações de parentesco e amizade em suas respectivas comunidades. Posteriormente, quando as ações avançam, tem-se a impressão de que contam com algum respaldo popular. Mas, pelas informações que temos recebido, o ‘Sendero’ faz o recrutamento dos jovens com os mesmos métodos que as forças repressivas: não através da persuasão, e sim mediante imposição. É, em certa medida, uma espécie de terror. Por isso nós afirmamos que se trata de um movimento de tendências *pol-potianas*¹, que poderia repetir no Peru, em caso de chegar ao poder, a experiência campuchiana.

“Sua forte consciência anticapitalista os leva a atos inusitados, como por exemplo, assaltar uma fazenda da Universidade de Huamanga. Destruíram as instalações e mataram o gado de raça. A carne foi distribuída em determinada comunidade. No dia seguinte, exigiram que as pessoas que receberam essa doação fossem ao que eles chamam de ‘escolas populares de capacitação’. E as pessoas foram, um pouco por agradecimento, um pouco, por medo. De tal modo que não se pode dizer que eles tenham um certo grau de apoio dos camponeses.

“Essa é a avaliação dos dirigentes da Esquerda Unida em Ayacucho, que foram os que nos orientaram na interpretação da situação. Não existe convicção, e sim medo.

“A população se encontra diante de uma situação dramática. As forças repressivas, especialmente os *sinchis*, levam a cabo uma tarefa terrorista, violadora dos Direitos Humanos. Com o pretexto de acabar com o ‘Sendero Luminoso’, a polícia invade as casas dos camponeses, comete latrocínios e inclusive tem havido algumas violações de meno-



Alfonso Barrantes: “o que existe é medo”

res. A junção das ações do ‘Sendero’ com as da polícia traz como consequência que algumas comunidades abandonem tudo o que possuem e se afastem de Ayacucho. Outras famílias mandam seus filhos estudar fora do departamento e obrigam os jovens que permanecem em Ayacucho a passar a maior parte do tempo dentro de casa.”

Uma série de desastinos

“O governo pensa que poderá resolver o problema do ‘Sendero’ através de um processo repressivo. Mas tem que se levar em conta que as atividades dos senderistas se desenvolvem em uma das zonas economicamente mais pobres do Peru. Zonas nas quais se produziram situações de exploração muito graves, onde imperava o latifúndio — felizmente superado com a primeira fase² do governo militar, mas com sintomas de alguma recuperação. Isso exige outra forma de encarar o problema.

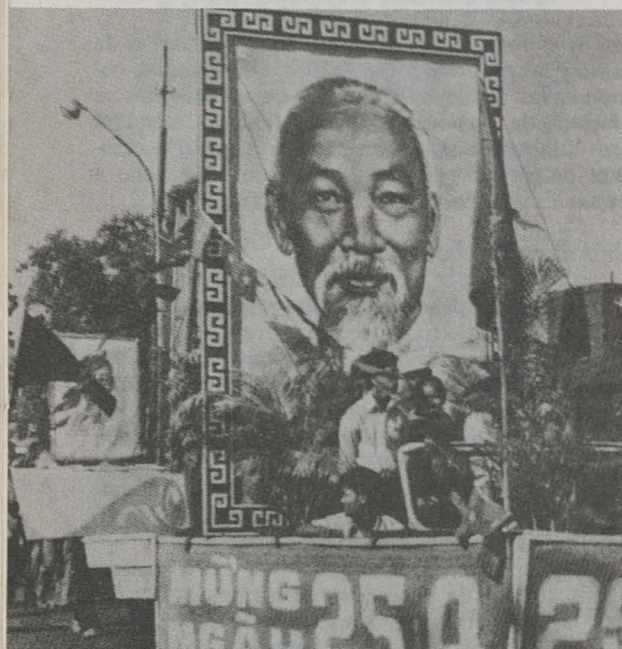
“O ‘Sendero’, por sua vez, pensa em encontrar apoio através de execuções de algumas autoridades, como prefeitos, por exemplo, que por serem violentos e por suas ações repressivas, conquistaram a antipatia e até o ódio da população. Mas essas são respostas muito locais. Que, fora este ou aquele setor, merecem uma condenação. Nós dissemos com clareza: nem Mao, nem Che Guevara, nem Ho Chi Min cometeram esses desastinos.

¹O governo de Pol Pot no Campuchea (1975-1979) causou a morte de quase três milhões de pessoas em nome da implantação do socialismo.

²No Peru, se conhece por “primeira fase” do governo militar a etapa em que Velasco Alvarado era presidente. A “segunda fase” corresponde ao governo de Morales Bermúdez.



"Onde está agora essa grande massa de peruanos identificada conosco? Não soubemos integrá-los aos partidos da Esquerda Unida"



"Nem Mao nem Ho Chi Mihn cometeram essa loucura"

"Mas, além disso, as ações do 'Sendero' permitem ao governo continuar aplicando sua política econômica. Como o governo detém atualmente o controle da maioria dos meios de comunicação, consegue desviar a atenção para o 'Sendero Luminoso' ao mesmo tempo em que está elevando os preços de todos os produtos de primeira necessidade. E, por outro lado, as operações do 'Sendero'

estimularam o surgimento de outros grupos, realmente terroristas, com evidente tendência direita, que procuram romper a continuidade do governo constitucional. Também em relação a esse ponto, a Esquerda Unida é muito clara: não queremos que se interrompa o processo constitucional. Defendemos a institucionalização, sem deixar por isso de combater a política econômica do governo Belaúnde."

Uma autocrítica

"Em função do 'Sendero Luminoso', fizemos uma autocrítica. A Esquerda Unida se transformou na segunda força do país nas eleições de novembro de 1980. Mas o que aconteceu? Onde está agora essa grande massa de peruanos identificada conosco? Não soubemos integrá-los aos partidos que formam a Esquerda Unida. Como presidente da coalizão assinei a necessidade de organizar essa gente, mas me deparei com as reações de alguns partidos."

"E como as decisões da Esquerda Unida são tomadas por consenso, não pude fazer avançar, nem sequer iniciar, esse processo. Só agora estamos voltando a estudar o assunto. Por isso, afirmo que até agora, como Esquerda Unida, não temos sido capazes de construir uma verdadeira alternativa popular, que seja atrativa para os jovens. Muitos deles preferem arriscar suas vidas, levantando as palavras-de-ordem do 'Sendero'."

"Enquanto isso, o governo, propositalmente, trata de identificar a Esquerda Unida com o 'Sendero Luminoso', incrementando a escalada repressiva." (Beatriz Bissio)

A sexta dívida externa da América Latina

O Peru ocupa, segundo dados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o 14º lugar no mundo em termos de sua dívida externa e o sexto na América Latina.

A princípios de maio, fontes bancárias europeias confirmavam que os compromissos dos bancos internacionais para o empréstimo de 880 milhões de dólares, destinado a reescalonar a dívida externa peruana, estavam acertados. O empréstimo só estaria condicionado à aprovação de 250 milhões de dólares por parte do FMI, o que acabou acontecendo, conforme foi noticiado em Lima, em fins de maio último.

A dívida externa do Peru ascende a 11,3 bilhões de dólares, dos quais 7,3 bilhões com vencimento a médio e curto prazo, contraídos em operações com países e bancos privados do exterior e organismos internacionais. A dívida per cápita é de 600 dólares.

As dívidas a curto e médio prazo que vencem este ano atingem 430 milhões de dólares. Em fevereiro passado, o primeiro-ministro Fernando Schwalb anunciou cortes no orçamento fiscal de obras públicas que ficou reduzido a um bilhão de dólares (originariamente o orçamento era previsto para três bilhões de dólares), para satisfazer às exigências do FMI. Segundo foi noticiado, o novo ministro da Economia e Finanças, Carlos Rodríguez Pastor, que assumiu em 2 de janeiro passado, foi quem levou o gabinete a aceitar a redução do orçamento. Rodríguez Pastor é chamado no Peru, "o homem da Wells Fargo", porque foi nessa instituição bancária norte-americana que fez toda a sua carreira de economista, chegando a ser seu vice-presidente para a América Latina. Quando assumiu o cargo, o ministro declarou que seu principal objetivo seria "fazer o Peru cumprir todos os seus compromissos com os bancos internacionais". Assinale-se que o *Wells Fargo Bank* é um dos principais credores do Peru.

Mas ele não é a única pessoa do primeiro escalão com vínculos desse tipo. O vice-ministro da Economia, Augusto Blacker, também é conhecido por suas ligações com o *Wells Fargo*, assim como o gerente do Banco Central de Reserva, Brian Jensen. O Banco de Reserva tem outros dois diretores igualmente vinculados àquela empresa. Por seu lado, Alfonso Grados Bertorini, ministro do Trabalho, é um homem com forte influência no Banco



Miguel Angel Mufarech (acima) e Carlos Rocca (abaixo): duras críticas ao governo Belaúnde



Mundial. "Por isso, dizemos no Peru que temos um 'gabinete'", afirma o deputado Miguel Angel Mufarech, secretário-geral do Partido de Integração Nacional (Padin), fundado há um ano.

O mesmo deputado, falando na reunião de Partidos Políticos do Cone Sul, realizada em La Paz em princípios deste ano,¹ comentava que entre 60 a 70% dos bens de capital do seu país são norte-americanos e denunciava a grande penetração dos bancos estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos. "A política do governo Belaúnde levou à dolarização de nossa economia", afirma Mufarech. "Quarenta e cinco por cento dos depósitos bancários são em moeda estrangeira, os anúncios dos jornais apresentam os preços em dólares e os contratos de aluguéis são assinados em moeda norte-americana".

A inflação — apesar da dura política recessiva imposta pelo governo para poder cumprir as cláusulas

¹Partidos e movimentos políticos progressistas e democráticos da Argentina, Brasil (PT, PDT, PMDB), Bolívia, Equador, Chile e Uruguai se reúnem periodicamente — há pouco mais de um ano — para analisar a conjuntura no Cone Sul do continente e se conhecer mais profundamente, a fim de traçar estratégias comuns, tanto a nível político como econômico.



Na base da pirâmide, os 40% mais pobres só participam de 8% da renda



sulas do FMI em 1982 — está em torno dos 100% e a desvalorização do *sol* (moeda peruana) foi de 92%, alcançando agora a cotação de mil soles por dólar. Em 1982, o crescimento econômico foi quase zero.

“Quarenta e quatro por cento da nossa população está desnutrida e a mortalidade infantil devida à tuberculose foi, em 1982, 25% mais elevada do que em anos anteriores”, denuncia o deputado.

Por sua vez, o deputado Carlos Rocca, do Apra, afirma que “o papel do Estado está sendo diminuído de forma alarmante, mediante o processo de vendas de empresas estatais, justificando-se o fato com a desculpa de que ‘não são rentáveis’”.

“Vivemos em uma democracia formal, mas o espaço democrático está se reduzindo cada vez mais”, denuncia o parlamentar aprista.

A pirâmide

Um por cento mais rico da população do Peru — cerca de 30 mil famílias — dispõe de 30% da receita nacional. Se tomamos os cinco por cento mais ricos da população (que já incluiria a classe média), comprova-se que dispõem de 43% da receita.

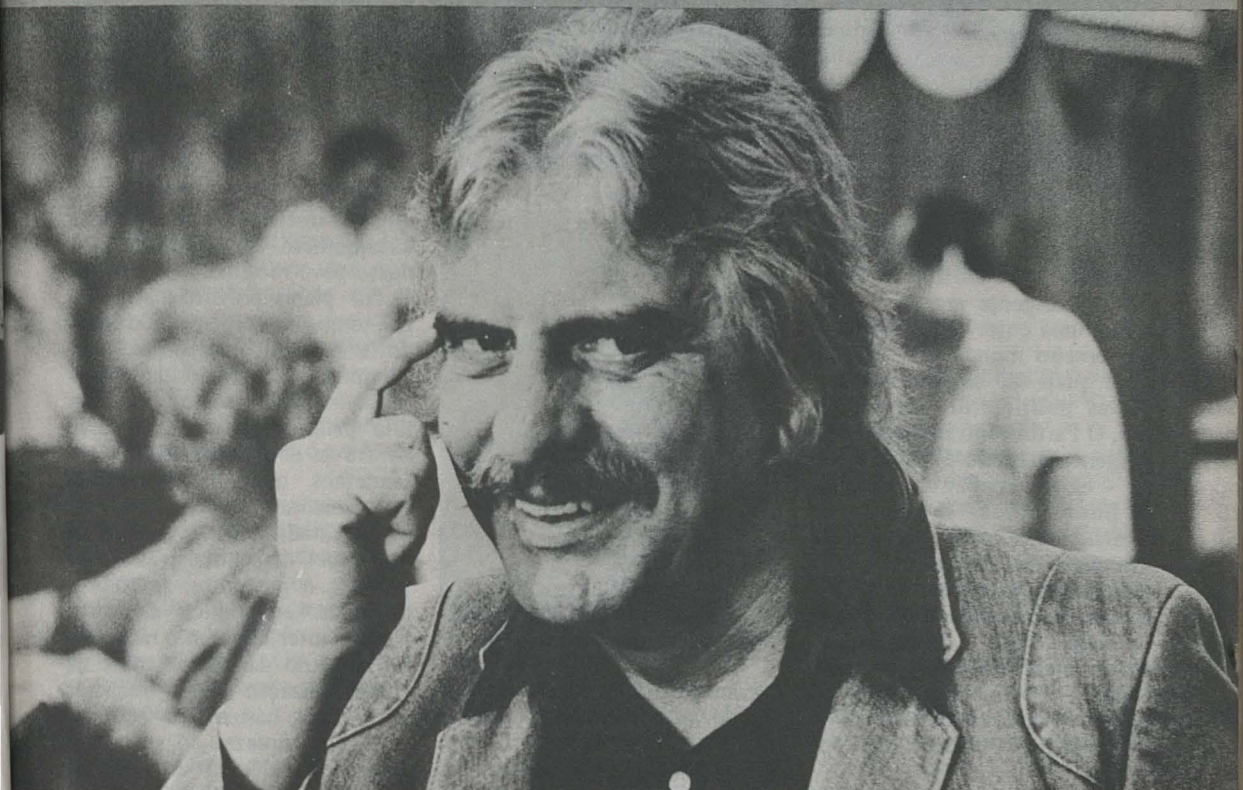
Na base da pirâmide, os 40% que constituem a parte mais pobre da população só participam em oito por cento da receita nacional.

No setor empresarial, a mais alta rentabilidade é obtida pelas empresas estrangeiras, cuja taxa supera o índice de 50% ao ano. Por sua vez, a Petroperu, a empresa petrolífera estatal, atinge níveis de rentabilidade em torno de 6%.

Num ensaio intitulado “Excedente social e lucros empresariais na economia peruana”, o economista Alberto Pontoni assinala que “as 50 principais empresas privadas que operam no país obtiveram entre 1979 e 1980 lucros líquidos de mais de 1,3 bilhão de dólares. Desse total, 75% foi de companhias mineiras e petrolíferas, isto é, cerca de 20 empresas. E 11 empresas estrangeiras obtiveram nesse mesmo período, 675 milhões de dólares de lucro. Ou seja, 60% do excedente social gerado no Peru é remetido para o exterior, tirando em consequência a possibilidade de desenvolvimento nacional”.

E Pontoni concluiu: “Essa situação é mais preocupante se considerarmos que os lucros remetidos para o exterior constituem, em grande medida, uma enorme sangria nas riquezas do país, já que provêm da exploração de recursos não renováveis”.

AS COISAS ESTÃO MUDANDO.



CADERNETA BANERJ

**GARANTIA DO GOVERNO FEDERAL,
DO GOVERNO ESTADUAL E DO BANERJ.**



Democratizar todos os aspectos da vida nacional

Modificações profundas na estrutura do Estado, nas Forças Armadas, no sistema de posse da terra e nas próprias estruturas sindicais são as reivindicações da plataforma eleitoral do Partido Intransigente

Micaela Ramada

O advogado Miguel Monserrat, secretário da Comissão Nacional de Ação Política do Partido Intransigente argentino concedeu uma entrevista a cadernos do terceiro mundo, na qual explica quais são as principais respostas políticas de sua agrupação. O Partido Intransigente cujo dirigente máximo é Oscar Alende — ex-governador da província de Buenos Aires — integra a Multipartidária e participou, a nível internacional, juntamente com a Intransigência e Mobilização Peronista encabeçada por Vicente Leonidas Saadi — uma das correntes mais avançadas do peronismo — e com o Movimento Peronista Montoneros, nas reuniões dos partidos políticos do Cone Sul.

O Partido Intransigente integrou, em 1973, a Frejuli — Frente Justicialista de Libertação — que conquistou a vitória das urnas nas primeiras eleições realizadas depois da queda da ditadura militar, tendo assumido a presidência o candidato Héctor Cámpora e a vice-presidência Vicente Solano Lima. Como se sabe, Cámpora renunciou pouco depois e o general Perón assumiu a primeira magistratura.

Seu partido afirma que o
40 - terceiro mundo



Monserrat: eliminar a repressão

capitalismo dependente está esgotado na Argentina. E defende um programa alternativo, com outros tipos de soluções para a crise econômica. Quais seriam essas alternativas?

— Em nosso país, é um imperativo aceitar que o capitalismo dependente está definitivamente esgotado. Pensamos que o primeiro passo será a recuperação da democracia formal, através do voto popular, que conduza à reimplantação do sistema representativo federal, tal como é determinado pela nossa constituição. A partir daí, é necessário fazer uma profunda transformação da sociedade argentina, para

que as instituições recuperadas encaminhem as soluções que nosso povo reclama.

No plano político-institucional temos de reconstruir o Estado e redefinir seu papel, para adequá-lo a uma sociedade cujo problema fundamental ainda é a luta pela libertação nacional e contra a dependência. Nós entendemos que, nas condições que acabamos de mencionar, cabe ao Estado o cumprimento de um papel de administrador, supervisor e promotor de toda a atividade econômica e social. Deve manter também o monopólio absoluto da exploração e da comercialização dos recursos energéticos básicos, da propriedade das riquezas do subsolo e zelar por todos os aspectos da vida econômica vinculados à segurança nacional.

A médio prazo, poder-se-ia dizer que o projeto é socializante?

— É um projeto socializante porque concede um papel fundamental à atividade do Estado. Descartamos e rejeitamos a idealização do mercado como elemento organizador, regulador e promotor da vida econômica. Em uma nação dependente, esse modelo faz com que a atividade

econômica permaneça em mãos de interesses alheios ao país. Concretamente, em poder das transnacionais.

É necessário também romper o poder econômico dos setores oligárquicos, porque lhes dá uma grande possibilidade de corrupção e torna a sociedade submissa.

Por isso, o Estado tem de controlar as molas fundamentais da atividade econômica, o que nos leva a reivindicar a estatização dos bancos, do crédito e dos seguros. Para devolver-lhes o caráter de serviços públicos e transformá-los em elementos de promoção das atividades que interessam ao país e não de especulação financeira.

Pleiteamos também a nacionalização do comércio exterior, embora com a participação dos setores representativos dos produtores. É preciso acabar com os monopólios vinculados aos interesses internacionais que dirigem a comercialização da riqueza do país. O fruto da riqueza argentina deve ser encaminhado ao investimento produtivo e ao bem-estar social.

Outro aspecto igualmente importante é a democratização da estrutura do Estado, desmilitarizando-o. É necessário eliminar todas as formas de repressão que existem nos múltiplos aspectos da vida nacional. Os aparelhos repressivos devem ser totalmente desmantelados.

Essa é uma expressão de desejos, reivindicações políticas. Mas acha que haverá força para poder tomar essas medidas?

— Acho. É a única forma de criar no país um sistema democrático, não só formal mas com sentido social e autenticamente participativo. Nós achamos que é possível. Entretanto, não podemos afirmar que possa surgir já na próxima consulta eleitoral, uma solução política que esteja de acordo com esta proposta e tenha condições de aplicá-la. O Partido Intransigente se compro-



“A riqueza argentina deve ser encaminhada ao bem-estar social”

mete firmemente a fazê-lo, caso o povo nos dê o respaldo necessário para governar o país.

E quando me refiro à redemocratização, estendo o conceito às próximas entidades sindicais. Houve, em muitos casos, uma deformação que permitiu que as burocracias se apossassem dessas entidades, não para servir aos interesses de seus representados, mas para servir aos interesses dessas mesmas burocracias. Nós pensamos que a legislação que regulamenta essas entidades deve ser modificada para assegurar uma democracia interna autêntica.

No caso do setor sindical operário, nós achamos que deve haver uma representação e estamos de acordo em que deve haver uma única organização sindical, a CGT, e só um sindicato forte, reconhecido por setor. Mas com a condição de que exista nesses organismos representação das minorias; e que as cúpulas dirigentes tenham menos faculdades e que os que alcancem um maior poder sejam os níveis intermediários e as bases.

Pretendemos não só assegurar ao povo a possibilidade de escolher seus representantes, mas também dar-lhe instrumentos

para realizar um controle efetivo da gestão desses representantes.

A reforma agrária

Existe alguma medida concreta no campo econômico à qual vocês deem prioridade?

— Consideramos essencial o tema da reforma agrária: é necessário modificar a propriedade da terra para acabar com o latifúndio improdutivo e com os problemas da migração do campo para a cidade.

Há muitas maneiras de se fazer uma reforma agrária, parcelando a terra e entregando títulos de propriedade individual, criando empresas cooperativas e associativas...

— Nós defendemos o cooperativismo. Achamos que deve ser favorecido e apoiado por todos os meios de que o Estado dispõe. Entretanto, o fundamental é que a reforma agrária tenha que permitir atingir dois objetivos: primeiro, a justiça social. É preciso dar ao camponês a possibilidade de trabalhar sua própria terra. A terra deve ser de quem a trabalha. O segundo objetivo é elevar a produção e a produtividade, meta que não foi atingida

com a atual estrutura agropecuária. Estamos muito longe de obter os rendimentos de outras partes do mundo.

E para isso, devemos combater fundamentalmente o latifúndio, explorado deficientemente, principalmente nessa zona privilegiada da natureza que é o Pampa úmido. Para isso, um instrumento importante é o chamado "imposto de renda obrigatório". De forma que aquele que possuir terras tem de explorá-las intensivamente, ou, caso contrário, deve abrir mão delas. Mas sem deixar de lado a possibilidade de chegar à desapropriação direta como forma de redistribuir a terra com um sentido mais racional que favoreça à população e à produção. Trata-se, fundamentalmente, de que a terra seja um bem de produção e não de especulação.

E no terreno tributário, achamos também que deve haver uma modificação substancial, que transforme a situação atual em que o peso maior está concentrado nos impostos indiretos. Isso afeta o consumo popular e, além do mais, diminuiu o peso sobre os impostos patrimoniais de classe. É preciso utilizar os impostos como instrumento de promoção do desenvolvimento comum.

Mudar o papel das forças armadas

Em relação às forças armadas, o Partido Intransigente defendeu também a democratização. Como concretizar essa proposta?

— Temos certeza da necessidade de reformar totalmente as forças armadas argentinas. Os últimos acontecimentos demonstram sua ineficiência total para a finalidade a que se propõem e isso, sem dúvida, tem relação com esse meio século da vida argentina. Durante esse período, as forças armadas deixaram de cumprir sua função específica para se dedicarem à atividade políti-

ca, assumindo funções contrárias à nação e ao povo. Nós sintetizamos essa afirmação dizendo que há meio século as forças armadas deixaram de ser o braço armado da Nação para ser o instrumento político dos setores mais reacionários e oligárquicos, vinculados aos interesses das transnacionais.

A partir do primeiro dia de instalação do futuro governo democrático, impõe-se a eliminação total da cúpula atual das forças armadas e a decretação da intervenção dos institutos que formam oficiais, para modificar os estatutos e deixar claramente estabelecido que estes não podem ser ditados pelas próprias forças armadas, mas por toda a nação. É preciso mudar os programas de formação militar.

Isso inclui alguma restrição aos cursos no exterior?

— Nós consideramos que os cursos no exterior devem ser eliminados. Não é possível que nossos oficiais superiores completem sua formação profissional estudando em escolas do Panamá, por exemplo, para se capacitarem em guerras repressivas. Achamos que devem ser modificadas as doutrinas das forças armadas. Em particular, a doutrina da Segurança Nacional deve ser abandonada, já que se transformou em um instrumento de repressão. Segundo essa doutrina o inimigo é "interno", quando pela sua natureza específica, as forças armadas têm de estar preparadas para combater um inimigo externo. Também deve ser afastada a doutrina das "fronteiras ideológicas", sendo adotada uma teoria que responda exclusivamente ao conceito de defesa da soberania. E essa soberania deve ser entendida não só no que diz respeito ao âmbito territorial mas em seu sentido integral: defesa do patrimônio econômico e cultural da Nação.

Em suma: deve-se dar um fim à situação vivida nestes últimos

50 anos em que as forças armadas assumiram paulatinamente o caráter de um Estado dentro do Estado, com finalidades próprias, ditando sua própria política, estratégia e doutrina. Eles devem ficar subordinados definitivamente ao poder civil.

O senhor acha que uma modificação tão profunda seria absorvida, sem reação, pelas forças armadas?

— Acho que se o governo constitucional, que vai assumir com um amplo apoio popular, tomar essas medidas no primeiro dia — ou nos primeiros dias — não haverá perigo de que se produza um golpe de estado, ou uma reação no gênero. Mas creio que seria difícil, senão impossível, se se deixar passar essa oportunidade.

Atuariam aí dois fatores contrários: por um lado, os interesses que impulsionaram as forças armadas em direção a objetivos que não são de sua atribuição, poderiam começar a se recompor. Por outro lado, o governo constitucional, sem dúvida alguma, sofrerá um desgaste natural já que não poderá oferecer soluções imediatas para a gravíssima situação social que o país está vivendo. Surgirão todo tipo de reclamações, reivindicações insatisfeitas durante esses anos todos que vão se expressar com força quando existir um governo constitucional. Então, esse tipo de medida deverá ser adotado de forma imediata. Nós já falamos nisso na Argentina, publicamente.

Meu partido tem poucas possibilidades de se manifestar através dos meios de comunicação. Grande parte desses meios está em mãos do Estado, como a televisão, a maioria das rádios, a imprensa escrita. Mas quando temos acesso a qualquer tribuna, nós defendemos essas medidas e, ao mesmo tempo, assinalamos que elas não implicam uma posição antimilitarista. Pelo contrá-



“A crescente mobilização e o espírito de luta do povo possibilitam o retorno a um regime constitucional”

rio, achamos que é uma contribuição construtiva para resgatar as forças armadas do papel que tiveram de cumprir durante décadas e fazê-las retornar pelo caminho que nunca deveriam ter abandonado.

A Constituição lhes dá o mandato. Ao se aterem às suas funções constitucionais, as forças armadas recuperariam o prestígio diante do povo e até seu carinho. Atualmente, a situação é inversa: os militares não se atrevem a sair à rua de uniforme, porque são repudiados pelo povo. Por isso, nós afirmamos claramente que o que estamos propondo, longe de ser um ataque às forças armadas, é uma contribuição para restituir-lhes o lugar que lhes corresponde junto ao povo.

A Multipartidária

Voltando ao plano político: sabe-se que há diferentes interpretações sobre o papel que a Multipartidária deveria cumprir. Um setor lhe atribuiu uma função bastante transitória, algo assim como um instrumento para derrubar o regime militar.

Outros setores acham que a Multipartidária pode sobreviver à queda da ditadura e cumprir um papel em etapas posteriores. Qual seria esse papel? Haveria a possibilidade de um candidato único à presidência da República?

— A diferença entre essas duas concepções é profunda. Não se trata de uma visão a curto prazo e outra a médio prazo. As duas concepções dizem respeito ao papel que a Multipartidária deve cumprir. Algumas pessoas consideram que ela é um simples instrumento para negociar uma saída eleitoral com o regime militar. A segunda concepção é que a Multipartidária deve contribuir para a mobilização e a luta do povo visando acabar definitivamente com a impossibilidade de expressar-se que, não por acaso, veio acompanhada por uma situação de retrocesso. É esse o posicionamento que a Multipartidária apresentou desde sua origem. E tem relação com a atitude das forças políticas a partir do golpe de 1976.

Nós denunciávamos desde o primeiro dia a natureza antidemocrática, reacionária e antinacional desse regime e enfrentamos,

consequentemente, outros setores políticos que agiram de outra maneira. Eles pensaram que era necessário esperar, que não vinha um enfrentamento total por que isso conduziria a um enfraquecimento dos setores supostamente moderados do regime militar, favorecendo os mais reacionários.

Os fatos demonstraram que essa estratégia estava totalmente errada. Só a crescente mobilização e o espírito de luta do povo abriram as brechas que estão possibilitando o retorno a um regime constitucional.

Quanto à possibilidade de que a Multipartidária seja ou possa se transformar em uma opção eleitoral, nós pensamos que não. E isso foi esclarecido oportunamente: que não se tratava de uma frente eleitoral, que os partidos que a integram mantêm seu individualismo, seu próprio perfil, político e ideológico. Alguns integrantes da Multipartidária insinuaram uma proposta nesse sentido, mas nós sempre a consideramos inviável.

Além disso, a única coincidência entre nós e muitos grupos que a integram, é a necessidade

de um retorno à democracia. Mas não concordamos nem com um programa de governo, nem com algo mais profundo: o modelo que aspiramos para o país.

Integração latino-americana

Qual é o tipo de política externa que vocês defendem?

— Defendemos, — e isso não é de agora, mas de muito tempo atrás — a integração latino-americana e a inserção da Argentina no contexto do Terceiro Mundo. Entendemos que a Argentina deve continuar no Movimento

dos Países Não-Alinhados.

Já em 1975, em uma convenção nacional de nosso partido, nós encaminhamos uma proposta defendendo a unidade latino-americana e promovendo a criação de um organismo regional exclusivamente latino-americano, excluindo os Estados Unidos. E nós ratificamos essa posição depois da guerra das Malvinas.

Como é que vocês encaminham a problemática em relação às Malvinas?

— Defendemos a necessidade de continuar lutando pela recu-

peração das ilhas, que histórica, geográfica e politicamente pertencem a nosso país. E agora se faz mais necessário que nunca denunciar que, através de uma base naval, o imperialismo norte-americano, com a ajuda dos ingleses, procura apropriar-se do controle do Atlântico Sul. Acreditamos que, neste momento, nosso país não está em condições de recuperar as ilhas pela força. Portanto, devemos continuar lutando no terreno diplomático, contando com o respaldo que temos recebido dos povos irmãos da América Latina e do Terceiro Mundo em geral. ●

HÁ DEZ ANOS DA VITÓRIA DA FREJULI

☐ A presença de grandes massas nas ruas de Buenos Aires e nas principais cidades do país na campanha eleitoral caracteriza o período de transição à democracia que deverá chegar ao ponto culminante nas eleições do próximo mês de outubro.

Um dos atos de massas mais significativos dos últimos tempos foi realizado no estádio de Atlanta (um dos clubes de Buenos Aires), para comemorar os dez anos da vitória eleitoral de 11 de março de 1973, que levou o peronismo ao poder após 18 anos de ditadura. O ato foi convocado pela Intransigência e Mobilização Peronista e contou com o apoio dos aliados do peronismo que apoiaram dez anos atrás a estratégia da Frejuli.

A multidão que lotou as instalações de Atlanta foi calculada em umas 200 mil pessoas, que expressavam em coro palavras-de-ordem antiditatoriais em favor dos desaparecidos. Foram oradores do ato o titular da Corrente Intransigência e Mobilização, dr. Vicente Saadi; o ex-governador eleito da província de Buenos Aires, Andrés Framini; o dirigente da CGT, Antonio García; Susana Valle, filha do general Valle, fuzilado em 1956 e dirigentes da Juventude Peronista.

Os diversos dirigentes presentes ao ato concordaram com a "reivindicação de uma prestação de contas (das forças armadas) para restabelecer a Justiça, recuperar a dignidade e assentar as bases da reconstrução nacional". E solicitaram a "suspensão do pagamento dos juros e das amortizações de capital da dívida externa".



Alguns dos oradores do ato de Atlanta

Em matéria paga publicada na imprensa por ocasião dessa data, o Partido Justicialista, o Partido Intransigente, o Movimento de Integração e Desenvolvimento (MID) do ex-presidente Arturo Frondizi, o Partido Conservador Popular (ao qual pertence o ex-vice-presidente Solano Lima), o Partido Demócrata Cristão, o Partido Socialista Unificado, a Confederação Socialista, a Frente 12 de Maio de San Juan e diversas organizações sindicais e de direitos humanos (entre elas a das Mães da Plaza de Mayo e Familiares de Presos e Desaparecidos por Motivos Políticos) afirmam que "as pautas programáticas da Frejuli divulgadas pelos candidatos de Perón em todo o país, em 1973, em uma campanha que contou com o apoio maciço do povo, são um importante antecedente para todos os argentinos empenhados em pôr um fim ao domínio oligárquico-imperialista e em construir uma Nova Argentina. A vitória popular vai nos assegurar o acesso ao governo. Nós construiremos o poder através da organização e da mobilização multi-setorial. A palavra-de-ordem torna a ser: 'Libertação ou Dependência'."

Ação Democrática se prepara para retornar ao poder

Para o ex-presidente Carlos Andrés Pérez,
a crise exige dos seus compatriotas uma união
nacional e dos países latino-americanos,
uma renegociação conjunta da dívida externa

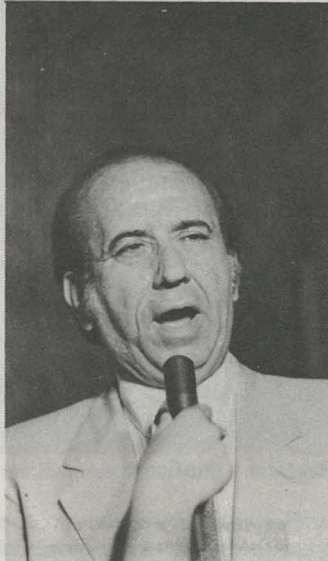
Paulo Cannabrava Filho

No próximo mês de dezembro serão realizadas as eleições gerais na Venezuela, para renovação das duas Casas do Congresso Nacional e da presidência da República. Ainda que se tenha institucionalizado o sistema pluripartidário, as eleições serão decididas no âmbito de dois partidos majoritários: o Partido Ação Democrática (AD), do ex-presidente Carlos Andrés Pérez, e o Partido Social Cristão (Copei), do atual presidente Luís Herrera Campíns. A esquerda, dividida em cinco partidos, participará do processo eleitoral sem ter grandes chances. Nas eleições anteriores, a esquerda elegeu nove deputados contra 172 dos dois grandes partidos.

Desde a restauração da democracia, com a derrubada da ditadura de Pérez Jiménez, em 1958, o Partido Ação Democrática se constituiu na maior força política eleitoral da Venezuela. Em 1979, a AD perdeu as eleições por estreita margem para o Copei.

No período anterior, de 1973 a 1978, o governo "adeco" de Carlos Andrés Pérez realizou uma política desenvolvimentista e nacionalista, enfrentando-se às transnacionais ao nacionalizar o ferro e o petróleo, principal recurso natural do país. Conse-

Foto: B. Bissio



Carlos Andrés Pérez

quente com sua política interna, Carlos Andrés Pérez, no âmbito externo, estimulou a estruturação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e também do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), participando ativamente da luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Mudanças na política externa

Nessa época, a Venezuela assumiu uma posição solidária com

os povos em luta contra as ditaduras ajudando, inclusive materialmente, a Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua em sua luta contra a ditadura de Somoza. Igualmente importante foi o apoio do governo venezuelano ao Panamá, sob a liderança do general Omar Torrijos, nas negociações para um novo tratado na chamada Zona do Canal.

O governo social-cristão de Herrera Campíns, que agora chega ao final de seu mandato, não só abandonou a política desenvolvimentista de seu antecessor como mudou substancialmente a política externa do país, alinhando-a à dos Estados Unidos, como ficou muito claro no apoio venezuelano à junta militar de El Salvador. No plano econômico, a dívida externa venezuelana atingiu, em 30 de junho de 1982 a importância de 150 bilhões de *bolívares*¹, o que leva o país a uma situação social sumamente grave, com uma taxa de desemprego em torno de 16 a 20%.

Em 1978, o Copei chegou à presidência da República com uma diferença de meio por cento a mais do que a votação do seu adversário principal, a AD. Atualmente na Venezuela, ninguém parece duvidar da derrota do Copei e do retorno dos "adecos" ao poder. As pesquisas de opinião pública revelam, atualmente, uma diferença de mais de 11 pontos em favor do candidato da AD, fato inédito na história das disputas entre as duas principais organizações políticas da Venezuela. (Ver quadro)

Em plena campanha em favor de Jaime Lusinchi para a presidência da República, o ex-presidente Carlos Andrés Pérez concedeu uma entrevista à nossa revista, avaliando a conjuntura política do seu país e a crise econômica gerada em parte pela queda dos preços do petróleo. Estas são suas principais declarações:

¹Um dólar = 5 bolívares



A prosperidade econômica trazida pelo boom petrolífero (acima, uma vista de Caracas), não foi suficiente...

Ao que tudo indica, a AD vai ganhar as eleições de dezembro, mas terá que administrar o país em situação econômica difícil e no seio de uma crise internacional que em nada favorece os planos de desenvolvimento do Terceiro Mundo. Qual é a proposta política da AD para enfrentar a crise?

— Atualmente, o candidato Jaime Lusinchí e o partido estudam algumas alianças políticas, menos pela necessidade de votos do que pela imperiosa obrigação de mostrar ao cidadão que percebemos a grave situação da economia nacional e que se requer um governo amplo, com a cooperação de vários setores, para poder resgatar o país do desastre em que se encontra atualmente.

Isso quer dizer que para sair da crise, é necessário um governo de frente ampla nacional?

— É assim que pensa a AD. Jaime Lusinchí, em discurso aos meios de comunicação, colocou a necessidade de uma união nacional e pediu ao atual presidente da República que tomasse a iniciativa de convocar os principais partidos, os representantes

dos empresários e dos trabalhadores para estudar, conjuntamente, as medidas a serem tomadas num momento em que nossa economia apresenta sintomas sumamente graves de debilitamento. Nosso símbolo monetário veio abaixo. O país necessita renegociar a dívida. São centenas de milhares de venezuelanos que se encontram desempregados com todas as pressões sociais que isso significa.

Resgatar a confiança

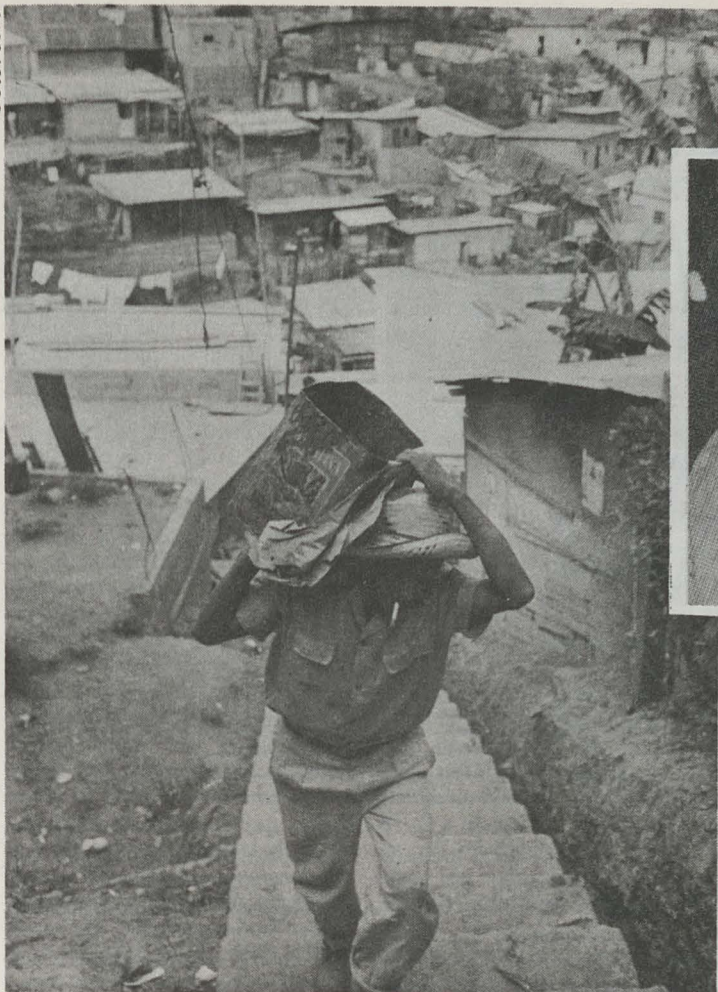
Que medidas econômicas concretas o Partido Ação Democrática e seu candidato apresentam como solução de emergência para superar a crise?

— A crise internacional do petróleo gera um processo psicológico muito grave na Venezuela. As indefinições do governo nos últimos anos trouxeram como consequência uma fuga de divisas que chegou a uma média de mais de 100 milhões de dólares diários. A primeira coisa que é preciso fazer na Venezuela é resgatar a confiança, por meio de um grande consenso nacional e do anúncio de uma série de medidas, en-

tre elas, uma drástica proibição de importações, o que nos levará a economizar de sete a dez bilhões de dólares por ano. É preciso abrir novamente as possibilidades creditícias do Estado para os setores industrial, agrícola e de serviços, que estão parcialmente paralisados. Requer-se uma política de redesconto do Banco Central que reabra a liquidez, porque a fuga de divisas obrigou o governo a restringir a liquidez de tal forma que paralisou todas as possibilidades de reativação da maquinaria produtiva. Outro aspecto importante é que o Banco Central poderá retomar a condição legal de controle dos juros para que eles também possam ser um fator de estímulo à reinversão em todo o país. As taxas de juros na Venezuela mantêm-se nos níveis de 17 a 18% enquanto que nos Estados Unidos já estão a 9 e 10%. Esse é um programa de emergência que pode ser adotado e que já foi anunciado por nosso candidato Jaime Lusinchí.

Moratória: solução ou desastre

O senhor teve uma ativa mi-



...para tirar o país da difícil situação financeira deixada...

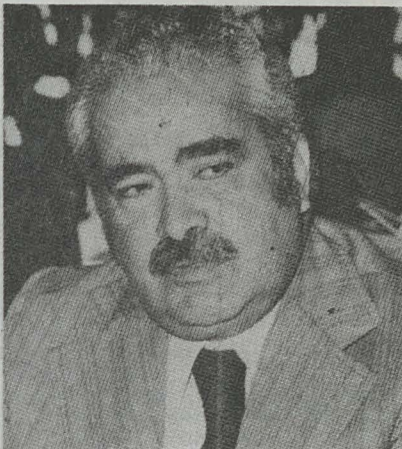
litância internacional, particularmente no âmbito do diálogo Norte/Sul. Com relação à dívida externa dos países em desenvolvimento, particularmente os países da América Latina, o senhor crê que uma renegociação coletiva, ou seja, a formação de uma frente de países endividados, seria uma alternativa?

— Em relação à Venezuela, a questão da dívida é grave. A renegociação da dívida é imperiosa. O país tem que pagar, a título de amortização e juros, uma quantia superior à quantidade de dólares que ingressará pela venda do petróleo. Por outro lado, que-

ro dizer que esta é uma oportunidade que se oferece ao Terceiro Mundo, neste caso concreto à América Latina, para obrigar as nações industrializadas a iniciarem, sinceramente, o aspirado diálogo Norte/Sul, a estabelecer as primeiras bases sólidas para novas relações de intercâmbio entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido. A atual dívida de 300 bilhões de dólares, só da América Latina, significa para o sistema bancário internacional a solução ou o desastre. Solução se se chega a um acordo sobre o pagamento; desastre se se chega a uma moratória geral.

Se chegamos a essa moratória o sistema bancário internacional pode quebrar...

— Seria a quebra da economia mundial, não somente do siste-



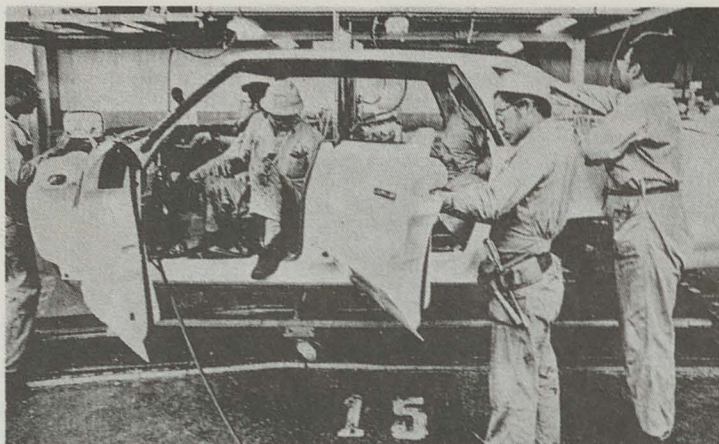
...pelo governo de Campíns

ma bancário. Em Cartagena, os países latino-americanos já estabeleceram as bases de uma renegociação conjunta. A situação é muito difícil, mas é preciso superar os medos individuais.

A questão do petróleo

A queda de seis dólares no preço do petróleo terá consequências graves para a economia da Venezuela, que se sustenta na exportação desse produto. Qual é a sua opinião sobre o assunto?

— A situação do mercado mundial de petróleo é, efetivamente, muito grave. Não somente para os países membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo e para os produtores que não fazem parte da Opep, como também para a economia mundial em geral. Para os países produtores isso significa uma diminuição sumamente grave nos ingressos de divisas. Para a Venezuela, por exemplo, a queda de seis dólares no preço do petróleo significa 12 bilhões de bolívares a menos nos nossos ingressos, o equivalente a 2.500 milhões de dólares. Com a redu-



"A economia venezuelana se acha totalmente paralisada"

ção de 100 mil barris verificada na produção no ano passado (que significou outros 500 milhões de dólares a menos) houve um descalabro muito grande sobre o orçamento, sobretudo se levarmos em conta que a Venezuela, durante os quatro anos da atual administração, sofreu uma paralisação total da economia. E o mais grave neste momento é que a crise petrolífera surpreende o país numa recessão tremenda, uma vez que, de março de 1979 a março de 1983, não houve crescimento econômico algum. A Venezuela está empobrecida e a economia está paralisada.

Sobre a Opep

A que se atribui essa queda nos preços do petróleo?

— Eu tenho que ser um pouco crítico diante de como a Opep vem manejando sua política ultimamente. A Opep, em 1974 definiu seus princípios na reunião de cúpula de Argel. Nessa ocasião, os chefes de Estados e os soberanos dos países membros da organização definiram a Opep como um instrumento do Terceiro Mundo para lutar por uma Nova Ordem Econômica Internacional; ao mesmo tempo definimos a Opep como uma organiza-

ção dedicada a lutar pela conservação desse recurso natural não-renovável que é o petróleo.

Todos esses princípios — de lutar por uma Nova Ordem Internacional e de conservar as reservas de petróleo, o que implicava uma baixa no consumo mundial — foram esquecidos pela Opep que passou a se preocupar somente com a defesa dos preços, e pelo aumento dos preços. Eu creio que por ocasião da crise no Irã (a queda do xá) e depois com a confrontação bélica entre o Irã e o Iraque, o aumento violento das cotações do petróleo causou um prejuízo enorme para a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, uma vez que somente se pensou na maior especulação com os preços. Os países da Opep não foram capazes de perceber que, na medida em que o preço do petróleo alcançava níveis em que entrava em concorrência com seus substitutos, se produziria uma crise e isso significaria a crise da organização. Por outro lado, ocorreu uma série de fenômenos que escapam da responsabilidade da Opep como tal, e que até mesmo a surpreenderam. A ocupação do poder pela organização fundamentalista no Irã, a guerra entre o Irã e o Iraque e

SOCIAL-DEMOCRATAS ENCABEÇAM ENQUETES ELEITORAIS

☐ O candidato presidencial do partido social-democrata Ação Democrática (AD), Jaime Lusinchí, continuava no mês de maio encabeçando as pesquisas de opinião pela margem de 36% dos votos, segundo uma sondagem da Gallup.

Lusinchí levava uma vantagem de 11 pontos sobre seu principal adversário, o líder democrata-cristão Rafael Caldera, que obteve 25% dos votos. (Caldera já foi presidente durante o período de 1968-73.)

Na área da esquerda, o candidato do Movimento ao Socialismo (MAS), Teodoro Petkoff,

teve 12% dos votos, colocando-se à frente do candidato da coalizão Aliança para a Unidade do Povo (AUP), José Vicente Rangel (4%).).

Muito distanciado dos partidos que disputam a hegemonia nas esquerdas, o candidato à presidência do pequeno partido Causa R, Jorge Olavarría, obteve apenas 1,1% dos votos.

Apesar de faltarem apenas cinco meses para as eleições presidenciais de 4 de novembro próximo, uma alta porcentagem dos entrevistados ainda não definiu seu voto. Enquanto que 12,2% se mantêm indecisos, outros 8,4% responderam "nenhum" à pergunta em qual candidato votariam se as eleições fossem agora.

Os resultados da sondagem refletem o sólido bipartidarismo democrata-cristão/social-democrata, que governa a Venezuela nos últimos 25 anos de ciclo democrático.



Andrés Pérez (acima, numa reunião no Oriente Médio) faz críticas à política da Opep. Ao lado, o candidato "adeco", Jaime Lusinchi

em seguida o aumento dos preços do petróleo tornaram possível a exploração de áreas petrolíferas que antes não eram tomadas em consideração por seu elevado custo de operação, como as jazidas do mar do Norte, por exemplo.

Com o petróleo do mar do Norte atendendo às necessidades de um mercado consumidor enorme, começa a se verificar uma oferta maior que a demanda...

— E isso foi fatal para a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Porém, eu não creio que os preços do petróleo continuem baixando em demasia. Isso porque as próprias nações industrializadas, que conspiraram permanentemente contra a Opep, agora vêem ameaçadas suas pesquisas e projetos para conseguir a independência energética. E

também pelo fato de que, se a economia mundial está ameaçada pelo problema da dívida dos países em desenvolvimento, ela se veria definitivamente confrontada a uma catástrofe se os petrodólares comessem a retornar a seus países de origem, esvaziando os cofres dos bancos dos Estados Unidos e dos países europeus.

Quantos são esses dólares? Uns 600 bilhões?

— Uma cifra astronômica e que está servindo de equilíbrio e de fator de estabilidade do sistema financeiro internacional.

Sua estimativa, portanto, é a de que o preço do petróleo se estabilize nesse patamar em que se encontra?

— Eu creio que o preço pode estabilizar-se em torno dos 25 dólares. Isso para nós, para a Ve-



Foto: "Resumen"

nezuela, constitui uma situação muito grave. Além disso, na época do boom petrolífero venezuelano, de 1979 a 1982, nos três anos em que, historicamente, o petróleo alcançou os mais altos preços, se explorava um petróleo convencional, a um preço operacional muito mais baixo que o dos petróleos superpesados que teremos de explorar daqui para a frente. Então vamos tirar um petróleo mais caro, em menor quantidade, e vamos vendê-lo a um preço mais baixo. ●

Pompeyo Márquez: "Fortalecer o setor agrícola"

Ainda que nas pesquisas de opinião pública o MAS esteja longe dos índices da Ação Democrática e do Copei, esse grupo tem um peso específico próprio na política venezuelana, que provém mais de sua atuação pública e do prestígio pessoal de alguns de seus dirigentes do que de sua força eleitoral.

Publicamos aqui as declarações do senador Pompeyo Márquez, destacada figura do movimento (muito conhecido no país desde a época em que passou longos anos na clandestinidade, durante a etapa em que o MAS estava na luta armada), a cader-nos do terceiro mundo, colocando os pontos de vista de seu partido neste ano eleitoral.

"A Venezuela vive um momento muito particular: o fim de uma situação de crescimento econômico e social. O insólito é que com o enorme volume de receita fiscal que o país recebeu nesses anos, se tenha chegado a uma dívida pública de mais de 30 bilhões de dólares e agora todo o setor fiscal e monetário esteja em ruínas.

Os traços mais evidentes da crise são a falência de empresas, o aumento do desemprego e a deterioração do quadro social. Bastam alguns dados para ilustrá-lo: mais de três milhões de venezuelanos estão abaixo do mínimo vital, em uma população de 15 milhões de pessoas. O desenvolvimento implementado

pelo atual governo fracassou, principalmente porque nunca levou em conta o povo venezuelano.

A América Latina vive o fenômeno da "ruralização" da cidade. Amplas camadas urbanas estão vivendo abaixo das condições mínimas calculadas pelos organismos competentes para manter a vida humana.

A queda do preço do petróleo

Mas o significativo é que a esse fracasso se acrescentou agora outro fator de aprofundamento da crise venezuelana: a queda dos preços do petróleo. A guerra dos preços desencadeada pela falta de acordo no seio da Opep pode trazer consequências imprevisíveis e catastróficas.

Por tudo isso, entendemos que este ano eleitoral na Venezuela estará marcado por grandes tensões e enormes dificuldades para os setores populares.

Estão surgindo no país duas grandes exigências, que o MAS apóia: uma é a democratização da economia e a reorientação da despesa pública, com sentido social. A outra é a democratização dos poderes públicos, na busca de canais de participação das maiorias nacionais, para fazê-las participar das grandes decisões.

O governo democrata-cristão está caminhando para o fracasso. Mas no caso de a Ação Democrática ganhar, seu desgaste também será rápido.

Nós lançamos a candidatura de Teodoro Petkoff e em torno dele reunimos importantes personalidades de esquerda. A candidatura do MAS conta com mais de 70% dos votos da esquerda. E é a proposta política que apresenta um projeto para além de 1983. Este aspecto é fundamental: se nossas previsões forem corretas, 1984 será um ano muito difícil para a Venezuela e por isso tem-se que formular hoje um projeto coerente para depois de janeiro de 1984.



Foto: ONU

O país, como toda a América Latina, vive o fenômeno da "ruralização" das cidades, com o crescimento das favelas



"Não devemos nos conformar em ser uma economia baseada na mineração e no petróleo. Nossa plataforma é dar ênfase à agricultura"

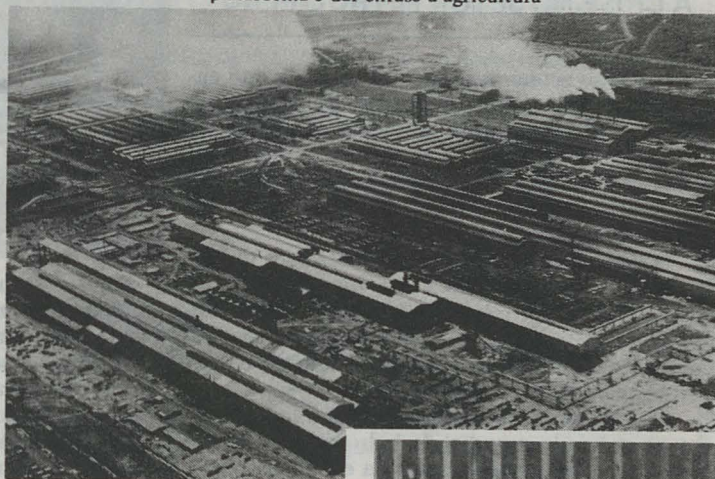
Isso é o que nos diferencia da Ação Democrática e do Copei. Eles não têm propostas a médio prazo para sair da crise.

As mobilizações do MAS estão destinadas a reorientar a economia e a política, para as camadas populares, aos setores mais pobres, que se transformam em sujeitos de nossas propostas para o país. A força que o MAS vier a ganhar estará em direta proporção à sua capacidade de interpretar a atual conjuntura e de fazer as propostas que o país espera.

O Copei e a Ação Democrática procuram manter e fortalecer o bipartidarismo. Nós procuramos criar, inventar, construir propostas novas, que possam dar origem a um amplo movimento social. Somos exigentes com nós mesmos: por isso para nós é fundamental ter credibilidade. Em outras palavras, que exista a convicção de que nossas propostas são viáveis e que se o poder de decisão estiver em nossas mãos, nós as levaremos à frente.

Ênfase à agricultura

Nossa plataforma básica é a ênfase ao setor agrícola. Não só reorientando para ele os investi-



mentos, como colocando-o numa posição preponderante na economia. Incluímos em nossa análise o peso da emigração rural. E por outro lado, o fato de a Venezuela importar atualmente 60% dos alimentos que consome. Tem-se que recuperar a agricultura para criar fontes de emprego e para alimentar a nossa população.

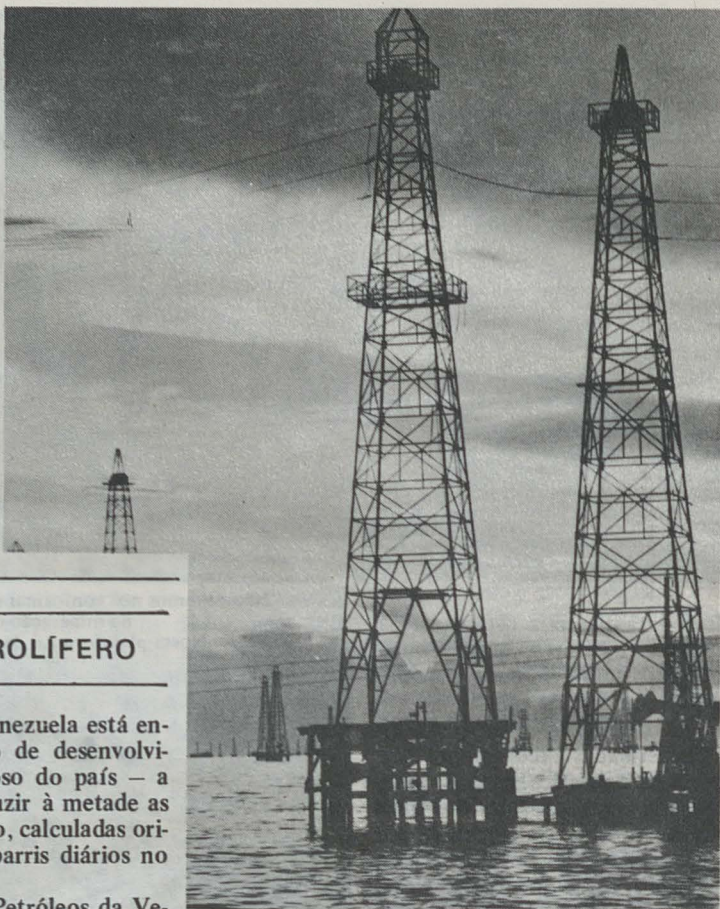
Mudanças como as que o MAS promove, levariam a um desenvolvimento paralelo no



Pompeyo Márquez

campo industrial e agroindustrial. E aqui incluímos a pequena e média indústria, o cooperativismo, a construção de moradias populares, o setor artesanal. Todos eles setores nos quais se pode melhorar a produção e a produtividade, elevando a oferta de emprego.

Eu pessoalmente sou o presidente da Comissão de Economia do Senado venezuelano. Através do trabalho que realizamos no Congresso, iniciamos uma série de estudos. Atualmente na Venezuela, 62% dos gastos públicos são consumidos pela burocracia do Estado. E outros 25%, pelos serviços da dívida externa. Essa é a origem da catástrofe que estamos vivendo.



A CRISE NO SETOR PETROLÍFERO

☐ A crise econômica que a Venezuela está enfrentando atingiu o projeto de desenvolvimento petrolífero mais ambicioso do país — a faixa do rio Orenoco — ao reduzir à metade as metas de capacidade de produção, calculadas originalmente em um milhão de barris diários no fim deste século.

O diretor da empresa estatal Petróleos da Venezuela (PDVSA), Julio César Arreaza, afirmou que não estavam suspensos os programas de desenvolvimento da faixa — considerada a maior reserva mundial de óleo cru — mas admitiu o redimensionamento do projeto.

Os ajustamentos obedecem ao enfraquecimento do mercado mundial de hidrocarbonetos que provocou um impacto duplo na estratégia petrolífera da Venezuela, ao reduzir sua receita e obrigar a PDVSA a revisar seus projetos de produção, refinamento e venda de óleos crus pesados, que constituem 50% de seu pacote de exportações.

A diminuição da receita originária do petróleo foi calculada, para este ano, em 2.500 milhões de dólares, o que obrigou a reduzir os investimentos da PDVSA, de 4.400 a 3.700 milhões de dólares. E persistem os rumores de um provável déficit em caixa da PDVSA superior a 1.800 milhões de dólares, que poderia levar à empresa estatal a ter de recorrer, pela primeira vez, desde a nacionalização da indústria petrolífera em 1976, ao endividamento externo.

Localizada na parte sul da bacia oriental da Venezuela, ao norte do rio Orenoco (a 900 quilômetros de Caracas), a faixa petrolífera do Orenoco possui reservas de óleo cru pesado e extrapesado calculadas entre 1 e 3 bilhões de barris.

Apesar dessas grandes acumulações de óleo cru serem conhecidas desde 1930, só durante o governo democrata-cristão de Luis Herrera Campíns se resolveu transformar a faixa — de um projeto de avaliação a outro de desenvolvimento — dando início à fase operacional da exploração.

Os objetivos originais previam que o potencial de produção da faixa estaria situado em 200 mil barris diários em 1988, aumentando para 1 milhão no ano 2.000.

A revisão dos programas da faixa do Orenoco reflete com maior clareza — como nenhum outro caso da atividade econômica — a etapa de austeridade que vive a Venezuela após o esgotamento do modelo faraônico de desenvolvimento impulsionado pela prosperidade petrolífera, e que agora pertence ao passado. (Susana Pezzano)

Nós levantamos a palavra-de-ordem da proibição absoluta de importar bens não-essenciais e promovemos a reforma da legislação bancária (64% dos bancos já estão nacionalizados).

Temos bauxita e temos petróleo. O petróleo gera 94% de nossas divisas. Mas nós achamos que não devemos nos conformar em ser uma economia baseada na mineração e no petróleo. Porque assim continuamos sendo vulneráveis aos vaivéns da economia internacional. Devemos diversificar a nossa economia: a indústria venezuelana está prostrada, mas somos o primeiro importador de uísque do mundo. E o quarto país em viagens aos Estados Unidos. A Venezuela está em crise, mas se mantém o consumismo desenfreado. O governo tem que ser o primeiro a dar o exemplo. Propomos uma reforma institucional-administrativa que caminhe em direção à eleição direta dos governadores; que outorgue um papel mais destacado aos municípios; que supere



Foto: ONU

“Melhorar a produtividade, elevando a oferta de emprego”

esse excessivo poder centralizado no presidente; deve existir um poder legislativo forte, capaz de exercer sua função de controle,

como a Constituição exige. E se impõe uma reforma da Justiça, que atualmente se acha sob controle partidário”. (B. Bissio) ●

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Assinatura semestral:

América Central	US\$ 9.60
EUA, América do Sul, Caribe e México	US\$ 12.00
Nicarágua	C\$ 72.00
Europa e Canadá	US\$ 10.20
Outros países	US\$ 24.00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Vale Postal

Cheque nº _____

Endereço: _____ em nome do Diário Barricada

BARRICADA Internacional

Apdo. No. 576 Manágua

Nicarágua

Telex: 1705 BARR Telf: 748-85

A última entrevista de Cayetano Carpio

“Uma revolução está longe de ser um processo linear. Ela quase sempre passa por crises e provoca choques entre seus dirigentes, porque a descoberta do caminho a seguir muitas vezes não é óbvia nem fácil”. A frase do ideólogo africano Franz Fanon pode ser aplicada literalmente à crise por que passa a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, em El Salvador.

As dificuldades para descobrir a saída correta para a guerra provocaram o surgimento de diferentes opiniões, posições e estratégias entre os vários dirigentes da FMLN. A realidade específica do país, aliada à difícil conjuntura regional criada pela interferência direta dos Estados Unidos nas tentativas de desestabilizar o governo sandinista da Nicarágua, tornou muito complexo o leque de opções a serem enfrentadas pelos dirigentes guerrilheiros de El Salvador. E se em tempo de paz a escolha já é difícil, no meio de uma guerra ela se torna dramática.

Dentro da Frente Farabundo Martí surgiram duas opções principais. Uma, dando prioridade no momento à intensificação dos esforços políticos e diplomáticos, tendo em vista o agravamento do cerco militar estrangeiro a El Salvador e principalmente à Nicarágua. Os defensores dessa tese afirmam que ela não significa de nenhuma maneira a renúncia à luta armada. A outra opção se baseia no aprofundamento do esforço militar, a partir da ideia de que existem condições para novos avanços, dentro de uma concepção mais geral de guerra

prolongada contra o inimigo.

Esses dois enfoques estão no centro da crise provocada pelo assassinato da comandante Ana María, ocorrido em Manágua, no final de abril. Ana María, uma

veterana da guerrilha, defendia a tese da redução temporária do esforço militar e foi morta por adeptos da corrente que defende a opção contrária. Dias depois, se suicida outro veterano da luta pela libertação de El Salvador, Cayetano Carpio, mais conhecido como comandante Marcial. As duas mortes foram provocadas pela dramaticidade das alternativas impostas aos dirigentes guerrilheiros salvadorenos. Principalmente porque a realidade ainda não forneceu dados suficientes para estabelecer quem está certo e quem está errado.

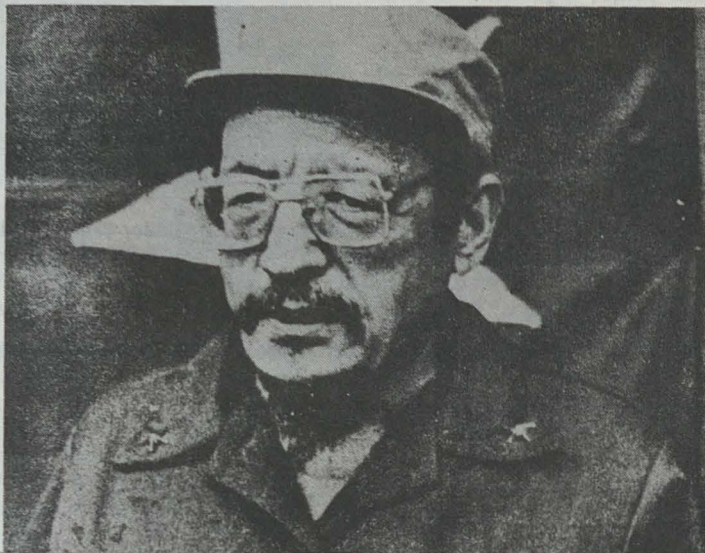


Foto: "Guazapa"



Foto: I. K. Silverman

Cayetano Carpio (acima), um dos fundadores das FFL: “Estamos brigando, estamos morrendo, na determinação de tomar o poder”



Foto: José Lavanderos

O movimento popular nas cidades é cada vez mais ativo

Pouco antes de morrer, Salvador Cayetano Carpio, o comandante Marcial, deu uma entrevista ao repórter Ralf Leonhard, da agência jornalística Apia. A entrevista foi também anterior ao assassinato da comandante Ana María. A transcrição da entrevista, cuja íntegra é inédita, vale como o último depoimento de Cayetano Carpio.

Pode nos fazer uma breve análise da atual conjuntura político-militar em El Salvador?

— Nós temos constatado no comando geral da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), que o curso da guerra, no aspecto militar, é cada vez mais favorável às forças revolucionárias: o exército tinha a estratégia de derrotar a guerrilha em poucos meses. Mas nós tomamos a iniciativa, a partir do fim de dezembro.

Durante muito tempo, as agências internacionais de notícias falaram sobre um “equilíbrio de forças” em El Salvador. Esse termo dava a entender que as forças revolucionárias ainda não podiam iniciar a ofensiva estratégica. Determinadas fórmulas não refletem exatamente a complexidade e o tipo de guerra em

El Salvador. Porque uma guerra popular como a que está sendo travada em nosso país, é uma combinação do confronto entre exércitos e forças militares não-regulars, e da incorporação do povo nos distintos aspectos dessa guerra.

Não se trata para nós de um empate mas de um conceito mais dinâmico. É uma guerra popular, onde às vezes se produzem mudanças quantitativas que se tornam saltos qualitativos dentro da correlação de forças.

Eu tive a impressão que na cidade de San Salvador há, nestes momentos, muito pouca disposição do povo de integrar-se à luta.

— Estou me referindo ao fenômeno global, e não a aspectos regionais. Inclusive em lugares onde a população parece muito pouco ativa é difícil calcular até que grau a organização popular está trabalhando. Em determinados lugares não se podem utilizar métodos abertos nem legais, então, a luta clandestina, a autodefesa clandestina das massas e das milícias populares não se manifestam em uma forma clássica de movimento de massas. Por esse motivo, em alguns lugares pode existir a im-

pressão de que a base social está inativa. Entretanto, este talvez seja precisamente o lugar onde se esteja encontrando a fórmula correta para incorporar à população a sua autodefesa, formando nesses lugares bases sociais sem levantar suspeitas.

Em 1978 e 1979 houve uma grande mobilização de massas, ocupações de embaixadas e de edifícios. Mas quando a guerra passou a uma nova etapa — a etapa das ofensivas cada vez mais generalizadas, visando à tomada do poder — determinados métodos de trabalho de massas não eram prudentes. Nós, inclusive, fizemos uma autocrítica. Em determinado período, não fomos o suficientemente ágeis para mudar os métodos de trabalho de massas. Houve grandes massacres nos quais os setores mais avançados eram golpeados e caíam quadros muito importantes.

Avanço estratégico

Principalmente agora estamos tratando de que as massas mantenham sua luta mais aberta possível, sobretudo as organizações populares e os sindicatos, que elas lutem pelas suas reivindicações, e rompam restrições explícitas para manter sua legalidade. Mas, ao mesmo tempo, as organizações revolucionárias realizam dentro da população também outro tipo de atividades. Prepararam secretamente as massas avançadas para as insurreições locais e para a insurreição geral, que tem de acompanhar os êxitos militares quando a correlação de forças nos permitir passar para uma ofensiva mais generalizada. Então, voltando ao assunto da correlação de forças, consideramos que foi um avanço estratégico das forças revolucionárias o fato de terem mantido a iniciativa tática e estratégica durante todo o ano de 1982. No início do ano nós fazíamos emboscadas contra os pelotões do inimigo. Mas durante esses últi-

mos meses nós pegamos companhias inteiras. Deu-se um salto de qualidade no estratégico, no tipo de golpes e no desgaste do inimigo. Isso, por sua vez, refletiu-se no aguçamento das contradições no seio do exército inimigo, no descontentamento e na desmoralização entre oficiais e tropa. Ao mesmo tempo, em decorrência do tratamento humano a nossos prisioneiros de guerra, produziu-se uma erosão na moral das tropas títeres e o fenómeno da entrega de armas foi cada vez maior.

No último mês de março o exército teve um êxito importante quando entrou no vulcão Guazapa e as tropas da FMLN foram obrigadas a abandonar suas posições...

— Nessa ocasião, os companheiros se retiraram numa dispersão tática. As posições já foram reconquistadas. Torna-se difícil chamar isso de um verdadeiro êxito, analisando-o do ponto de vista dos resultados militares reais no contexto global deste conflito.

Por exemplo, em Chalatenango, eles tomaram Concepción, Quezaltepeque, um acampamento que se chama El Gallineros ao sul do departamento; também atacaram Dulce Nombre. Entretanto, a gente se pergunta como foi que o inimigo concebeu determinada mobilização de grandes forças para chegar a resultados tão pequenos. Porque ele não causou o menor prejuízo a nossas tropas. E mais ainda: nessa oportunidade, o inimigo se recusou a combater.

Então, é preciso tomar com certa reserva as operações do inimigo que são encaradas como êxitos. É preciso ver até onde o inimigo tem necessidade de apresentar como um êxito, uma mobilização que não teve grandes resultados. A guerra ainda não chegou ao momento de estabelecer trincheiras, de usar a tática de posições fixas. A luta ainda é

muito móvel. Então, dentro disso, os êxitos do inimigo tornam-se bastante relativos.

Esse avanço das forças revolucionárias repercute na luta ao nível dos operários?

— Nos últimos seis meses do ano passado, por causa da miséria e empobrecimento cada vez maiores, surgiram movimentos grevistas em diversos setores dos empregados e dos trabalhadores industriais, da construção e de algumas instituições autônomas estatais (por exemplo, no Instituto de Habitação Urbana, no Instituto de Abastecimento, no Antel, o centro de comunicações do governo) por reivindicações imediatas. Este governo decretou há uns dois anos um congelamento de salários, mas o aumento dos preços continuou. O decreto está se transformando em uma verdadeira corda que enforca as classes menos favorecidas.

Tudo isso, somado aos êxitos militares da FMLN, está permitindo uma reativação cada vez maior do movimento popular nas cidades, sobretudo em San Salvador.

A crise no exército

Querem treinar quatorze batalhões para reforçar o poderio militar do exército. Isso significa que a FMLN tem que ajustar sua estratégia ou sua tática?

— Eles têm um projeto militar de dividir o país em cinco zonas, com uma brigada em cada departamento. Cada brigada podia estar composta por um a três batalhões, de 1000 homens cada um. Ou seja, que os projetos que eles têm são maiores. Por exemplo, eles pensam mandar três batalhões de mil homens móveis a Morazán e outros três a Chalatenango. Para preparar esses batalhões é preciso tempo, e na guerra há vários fatores a se levar em conta, como por exemplo o tempo e o desgaste. A preparação de 14 batalhões móveis

não é uma coisa que possa ser feita da noite para o dia. Nós pensamos que com o aprofundamento da guerra eles vão fracassar. Os primeiros novos batalhões vão substituir as forças móveis que perdem agora. Para eles, uma substituição de forças não é um avanço, sobretudo quando nós estamos crescendo.

O batalhão Ramón Beloso, em Chalatenango, perdeu em janeiro uma seção de 50 homens — prisioneiros que se renderam e entregaram suas armas. Neste momento, uma parte do batalhão Beloso está em Morazán e acaba de ser abatida, perdeu uma companhia e meia a mais. Ao mesmo tempo, a outra parte andou atacando Chalatenango, o que quer dizer que utilizaram o Beloso, simultaneamente, para dois pontos estratégicos. Isso significa que teve que utilizar até a última reserva, e isso é muito grave para um exército.

A difícil negociação

Neste momento, como se apresentam as possibilidades para uma posição negociada do conflito?

— O senhor (Alvaro) Magaña (presidente provisório de El Salvador) diz que não quer dialogar para que nós depois tomemos o poder. E não se trata de falar: nós estamos agindo para tomar o poder! Estamos brigando, estamos morrendo, essa é a expressão mais clara da determinação de tomar o poder. Também temos vontade de dialogar, mas não vamos utilizar o diálogo para fazer uma proposta de rendição. Por exemplo, a participação nas eleições seria facilitada através de uma anistia. Mas essa anistia que o líder do partido de direita, Arena, D'Aubuisson, apresentou na Assembléia (Constituinte) declara que toda pessoa terrorista que quiser ou desejar beneficiar-se deste decreto de anistia deve ir à Comissão de Paz e preencher um formulário onde

constam as informações gerais sobre ele e seus pais, onde nasceu e onde tem parentes. Em segundo lugar, a que organização pertence. E em terceiro, que quantidade de homens e de armas tem essa unidade à qual pertence e o acampamento onde esteve. Finalmente deve entregar suas armas e todo o material bélico em seu poder. O que eles estão pedindo é o desarmamento das forças revolucionárias.

Existem, entre os partidos legais, agrupações ou personalidades com as quais vocês pensam que seria possível negociar?

— A FMLN, ao iniciar o diálogo, em outubro do ano passado, dizia que era necessário conversar com todos os setores que, honestamente, estivessem preocupados em encontrar uma saída política. Isso incluía vários setores, religiosos, empresariais, partidos políticos, organizações populares... Quer dizer, os setores liberais, os setores democráticos ou os setores simplesmente sensíveis à problemática do país.

Nicarágua: ação solidária

Segundo uma versão, a contra-revolução na Nicarágua poderia servir de instrumento para que os Estados Unidos iniciem um diálogo regional. Isto é, tratar-se-ia de vincular uma negociação com a FMLN em El Salvador com negociações com a FDN (Frente Democrática Nicaragüense), na Nicarágua.

— Nós estamos vendo que o imperialismo age de diferentes maneiras e tem diferentes variantes que utiliza como forma de chantagem. Mas estamos preparados para não deixar-nos surpreender por suas manobras. Porque é verdade que a Nicarágua e El Salvador são dois países diferentes e duas revoluções diferentes. Mas Reagan está tratando de agredir nossos dois povos. Então, a mínima solidariedade nos obriga a que nós, como revo-



Crescem as contradições e a desmoralização no seio do exército

lucionários, defendamos a revolução nicaraguense. E o povo nicaraguense também defende o povo salvadorenho.

Há um ano atrás, quando houve eleições em El Salvador, a FMLN atacou mesas de votação e tentou evitar que as pessoas votassem. Isso não deu muito bons resultados, politicamente falando.

— O ataque às urnas eleitorais não estava previsto como um objetivo importante dentro da ofensiva. Ele era apenas um aspecto parcial de uma estratégia a nível nacional que tinha seus objetivos próprios. Entre esses objetivos estavam a ocupação de algumas cidades, a interrupção de estradas, a sabotagem e o ataque à periferia da capital. Do ponto de vista militar, a ofensiva foi para nós extremamente positiva.

Mas do ponto de vista político se disse no exterior que a FMLN atacou e, no entanto, as pessoas foram às urnas.

— O governo manipulou alguns meios de propaganda. Primeiro, que tínhamos tentado impedir que as pessoas fossem vo-



Magaña: não dialogar

tar. Em segundo lugar, que o povo havia virado as costas para a guerrilha, que agora estava isolada. Em terceiro lugar, que a votação tinha sido considerável.

O que é que a FMLN vai fazer em dezembro?

— Estamos desmascarando a eleição como uma manobra, como uma farsa para encobrir uma militarização ainda maior. Mas daqui até dezembro faltam muitos meses, e seria prematuro

dizer o que vai ser planejado para o futuro.

Há atualmente muitas disputas no seio do exército. O que acha o senhor dessas contradições?

— Em primeiro lugar, há dentro do exército uma contradição básica e estratégica, porque ele está perdendo a guerra. Isso provoca conflitos no alto comando e gera impulsos de golpe de estado. E isso se concentrou principalmente em torno da figura

do ministro de Defesa, José Guillermo García. Há uma contradição bem marcada entre García e alguns membros do alto comando que estão querendo substituí-lo, como por exemplo, o general Carlos Eugenio Vides Casanova,¹ o coronel Flores Lima (atual vice-ministro de Defesa), o coronel Bustillo (chefe das forças armadas), e o coronel Blandón (comandante de brigada). O descontentamento dentro da oficialidade surge porque eles consideram que a guerra está se tor-

nando mais convulsionada e porque não têm proteção, se caírem prisioneiros. Em 1981, eles pensavam que iam derrotar a guerrilha em poucos meses — agora há uma grande desmoralização. ●

¹Dias após esta entrevista, o general Guillermo García foi substituído no Ministério da Defesa pelo general Carlos Vides Casanova, tal como havia previsto Salvador Carpio. A mudança aprovada pela embaixada norte-americana coincidiu com a divulgação da notícia do assassinato da comandante Ana María por dirigentes guerrilheiros vinculados a Carpio.

O "COMANDANTE MARCIAL"

□ Soia, de 36 anos, é a segunda filha de Salvador Cayetano Carpio. Ao recordar os primeiros anos de vida ela conta que "...quando eu nasci ele não chegou a me conhecer porque foi capturado seis dias depois. Segundo me contou, só veio a me conhecer com seis meses de idade".

Soia nasceu em 1946 "em condições extremamente difíceis, porque foi nos dias em que fui capturado...", relatava o comandante Marcial, fundador das Forças Populares de Libertação (FPL). Carpio nasceu em San Salvador a 6 de agosto de 1919. Desde os primeiros anos conheceu a miséria e a injustiça. Seu pai, José Carpio, era sapateiro, e sua mãe, Marcos Cerros de Carpio, dedicava-se às tarefas do lar.

Em dezembro de 1919, quando tinha apenas quatro meses e meio de idade, o pai de Salvador morreu. Às difíceis condições e às necessidades econômicas veio juntar-se ao lar dos Carpios, de repente, a falta do arrimo da família. Sua mãe teve que se dedicar ao serviço doméstico para ganhar "uns poucos centavos" que ajudavam a sustentar os filhos.

A família Carpio passou a depender da caridade de uma associação religiosa chamada Senhora da Caridade de São Vicente de Paula. Carpio diria ao recordar essa época: "Tinham uma casa para os pobres aos quais davam alojamento, mas eles precisavam trabalhar para conseguir a alimentação. Lembro-me que quase só moravam anciãos, não admitiam pessoas do sexo masculino, só crianças: quando estas cresciam eram retiradas do asilo. Essa casa fica defronte ao que hoje é o Mercado Central, na rua 20 de Agosto..."

Sua infância foi marcadamente religiosa. Aos 12 anos de idade ingressou no seminário e cursou as primeiras matérias da formação sacerdotal.

Posteriormente, foge do seminário e inicia uma vida independente. Antes de completar 15 anos, sai para o México e é capturado na Guatemala "por falta de documentos" e permanece vários dias na prisão, até que é libertado e resolve voltar a El Salvador. Aí se incorpora àquela que haveria de ser sua profissão: panificador.

Um lutador

Já dentro do sindicato de sua categoria, inicia em 1943, um trabalho para organizar a associação de panificadores e chega a ser seu primeiro secretário-geral. Quando tem início em El Salvador a série de governos militares, Carpio conhece de perto a repressão e participa, juntamente com os panificadores, da derrubada do ditador Maximiliano Hernández Martínez, em abril de 1944.

Em 1949, ingressa no Partido Comunista de El Salvador e dois anos mais tarde é eleito secretário da Organização. Na década de 50 é capturado novamente e permanece na prisão pouco mais de um ano. Assume pessoalmente sua defesa e, devido à pressão exercida pelos operários, é posto em liberdade.

Carpio viaja para a União Soviética e estuda na Escola de Quadros de Moscou. No fim de 1950, retorna a El Salvador e é eleito secretário-geral do PC.

No início de 1970, abandona o Partido Comunista "por discordar de sua linha política". Funda com sete companheiros salvadorenos — operários e estudantes universitários —, em abril de 1970, uma organização político-militar que dois anos depois tomaria o nome de Forças Populares de Libertação (FPL) "Farabundo Martí", a qual, depois, junto com outros movimentos armados e grupos políticos salvadorenos, integraram a FMLN (Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional).

Dias depois da morte de Salvador Cayetano Carpio, a Frente Farabundo Martí (FMLN), a Frente Democrática Revolucionária (FDR) e as Forças Populares de Libertação (FPL) se pronunciaram oficialmente sobre os episódios por intermédio de dois comunicados.

Considerando as circunstâncias especiais em que ocorreram as mortes do comandante "Marcial" e da comandante "Ana María", conhecer a posição desses movimentos revolucionários esclarece melhor os acontecimentos. Eis os comunicados:

COMUNICADO DA FRENTE FARABUNDO MARTÍ PARA A LIBERTAÇÃO NACIONAL (FMLN) E DA FRENTE DEMOCRÁTICA REVOLUCIONÁRIA (FDR) DE EL SALVADOR

Ao povo salvadorenho, às organizações revolucionárias e democráticas de nosso país.

Aos povos irmãos do mundo todo.

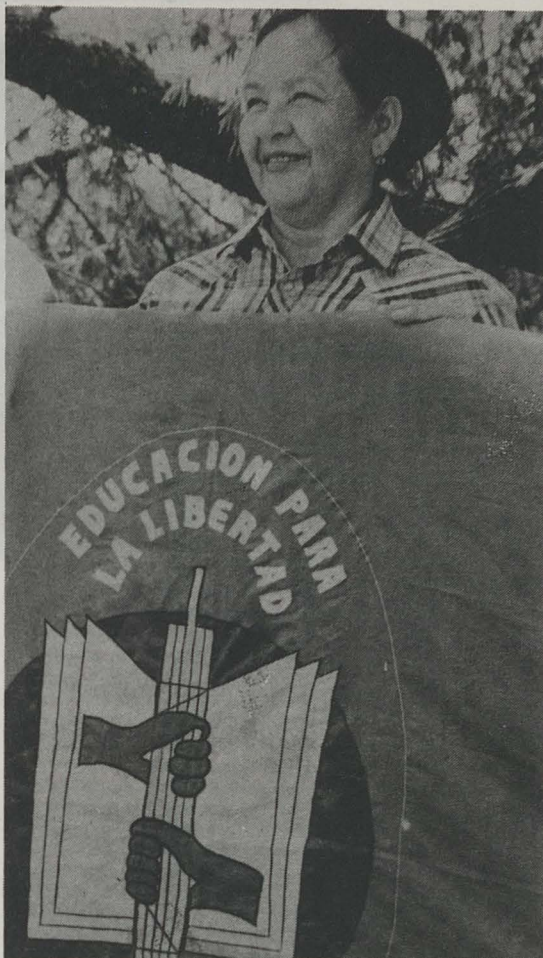
A Direção Revolucionária Unificada da FMLN e o Comitê Executivo da FDR, profundamente comovidos, comunicam o falecimento do companheiro Salvador Cayetano Carpio, comandante "Marcial", Primeiro Responsável pelas Forças Populares de Libertação (FPL) e membro do Comando-Geral da FMLN, que, profundamente consternado, resolveu pôr fim à vida no dia 12 de abril, ao tomar conhecimento dos detalhes do assassinato da companheira Mérida Anaya Montes, a comandante "Ana María", os quais comprometem indivíduos que pertenciam à sua organização.

Com efeito, segundo averiguações dos órgãos de segurança do Estado da Nicarágua, o traidor conhecido pelo codinome de Marcelo, contando com a cumplicidade dos ex-companheiros Efrén, Francisco, Jacinto, Lola e Roberto, foram os que cometeram esse crime abominável, essencialmente contra-revolucionário e semelhante aos que a CIA norte-americana perpetra contra os dirigentes revolucionários em todas as partes do mundo.

A respeito desses acontecimentos, queremos deixar constar o seguinte:

Primeiro:

Consideramos como um dever e máxima responsabilidade de todas e cada umas de nossas organizações, dizer sempre a verdade diante de nosso povo, conscientes de nossa condição de revolucionários e de dirigentes da luta do povo salvadorenho pela sua libertação.



A comandante "Ana María": vítima da ação contra-revolucionária

Segundo:

Assumimos as consequências decorrentes dos resultados da investigação do assassinato da comandante "Ana María", o que nos encontra cercando fileiras e se constitui em um elemento aglutinador que afiança nossa unidade e decisão de luta.

Terceiro:

Declaramos que, apesar da dor que nos invade, permaneceremos firmes na luta e que nada nem ninguém poderá deter o avanço revolucionário de nosso povo. Enganam-se aqueles que pensam que vamos nos enfraquecer diante dessas circunstâncias dolorosas; ao contrário, a nossa coragem revolucionária aumenta e a nossa unidade se fortalece!

Finalmente, reiteramos ao nosso povo que estamos dispostos a incrementar a luta em todos os níveis e

que nenhuma manobra imperialista poderá chegar a bom termo diante da decisão indeclinável da FMLN e da FDR, de alcançar a vitória junto do nosso povo para responder, assim, às suas máximas aspirações, e honrar e reconhecer nossos heróis e mártires.

**COM A UNIDADE RUMO À VITÓRIA!!!
UNIDOS PARA COMBATER ATÉ A VITÓRIA FINAL!!!**

**REVOLUÇÃO OU MORTE,
VENCEREMOS!!!**

Direção Revolucionária da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN).

Comitê Executivo da Frente Democrática Revolucionária (FDR) de El Salvador.

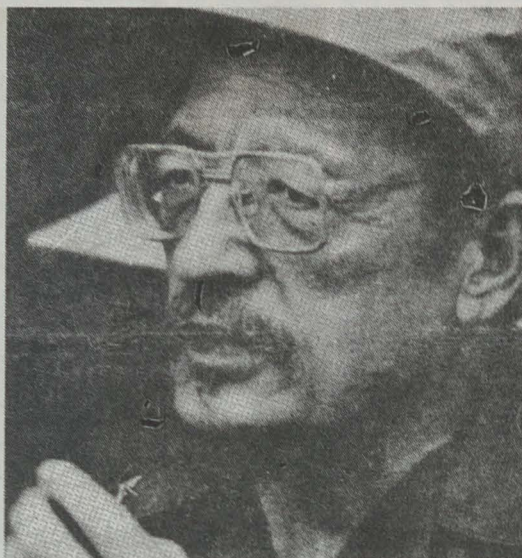
El Salvador, 20 de abril de 1983.

COMUNICADO DAS FORÇAS POPULARES DE LIBERTAÇÃO (FPL) FARABUNDO MARTÍ, MEMBRO DA FMLN

A Comissão Política do Comando Central das Forças Populares de Libertação (FPL) Farabundo Martí, informa ao povo salvadorenho e aos povos do mundo com muito pesar e dor revolucionária, a morte de nosso Primeiro Responsável pelo Comando Central e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Populares de Libertação (FAPL) e Membro do Comando-Geral da FMLN.

- a. O assassinato de nossa companheira Ana María foi uma ação planejada e executada pelo sujeito Marcelo, que naquele momento era membro do Comando Central das FPL, prestando-se com isso às manobras diversionistas instigadas pela CIA. Para levar a cabo um crime tão hediondo e repudiável, através da manobra e da mentira, o citado sujeito utilizou vários ex-companheiros de codinomes Efrén, Francisco, Jacinto, Lola e Roberto. Com a ação traiçoeira e nefasta, Marcelo pretendeu resolver um ressentimento e alegou divergências ideológicas e políticas com a companheira Ana María.
- b. O assassinato da companheira Ana María provocou no companheiro Marcial uma grande dor revolucionária, que se aprofundou e causou nele uma crise emocional ao tomar conhecimento de que um dos membros do Cocen e muito próximo a ele, havia sido o organizador e o executor do crime. Isso o levou a suicidar-se a 12 de abril às 21:30 horas, em uma residência onde se encontravam também sua mulher "Enma" e outros companheiros.
- c. As FPL, diante desse fato lamentável e trágico, condenam esse crime cometido por Marcelo em colaboração com os outros ex-companheiros mencionados.
- d. Com a morte de nossos dois principais responsáveis, as FPL, a FMLN e o povo salvadorenho sofrem duas baixas irreparáveis, dois grandes líderes revolucionários que contribuíram para o avanço do processo revolucionário salvadorenho e que cooperaram com abnegação e sacrifício para o desenvolvimento e a consolidação de nossa querida organização, e para fazer avançar e desenvolver a Unidade Revolucionária e Democrática

Foto: "Guazapa"



O comandante "Marcial": uma vida de luta contra a opressão e a injustiça

- e. Alertamos a todas as bases e ao povo salvadorenho que se mantenham vigilantes e atentos, e que não se deixem confundir pelas medidas do inimigo visando semear a desconfiança para com os dirigentes e organismos da Direção das FPL e a da FMLN, para enfraquecer e minar sua autoridade diante de nosso povo, e conclamamos a cerrar fileiras e combater e derrotar essas manobras do imperialismo.
 - f. Redobramos nosso espírito de combate contra a política agressiva do imperialismo ianque, que em seu afã de conter o movimento revolucionário, implementa planos de diversionismo, agressão, guerra psicológica e ações encobertas, e reafirmamos que essa política se chocará contra o alto espírito combativo e a decisão de lutar até a vitória final, de todos os nossos combatentes.
 - g. As FPL, por esse meio, agradecem as gestões e as facilidades prestadas à sua direção por parte do Ministério do Interior do Governo de Reconstrução Nacional da Nicarágua, e da Direção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional, no esclarecimento do crime contra a comandante Ana María.
 - h. O Comando Central continuará as investigações e faz um apelo a todos os membros e bases da organização a ficarem unidos em torno dos organismos de Direção, Conselho Revolucionário, Comando Central e Comissão Política; a cumprirem com os acordos da última reunião do Cocen; a fortalecerem e consolidarem a Unidade Revolucionária FMLN-FDR; a impulsionarem com todo sacrifício as tarefas políticas e militares; e a procurarem uma solução política justa e digna aos interesses do povo salvadorenho.
- Comandante Marcial, sempre até a vitória!!!
Comandante Ana María, juramos vencer!!!
Revolução ou morte, o povo armado vencerá!!!
Revolução ou morte, venceremos!!!
Comissão Política do Comando Central das Forças Populares de Libertação - FPL - Farabundo Martí, membro da FMLN.
Comandante Salvador Guerra, Membro da Comissão Política, Comando-Geral, e substituto do Comandante-em-Chefe.
Comandante Leonel González, Membro da Comissão Política e responsável pela organização do Partido.
Comandante Miguel Castellanos, Membro da Comissão Política e Chefe da Frente Urbana.

El Salvador, 20 de abril de 1983.

O Verbo se fez presidente

As seitas fundamentalistas prosperam com o apoio norte-americano, opondo-se ao catolicismo pós-conciliar e aos protestantes que também optaram por se colocar do lado dos pobres*

O general reformado Efraín Ríos Montt, em suas mensagens dominicais pela rádio e pela televisão aos pobres guatemaltecos, exorta constantemente a uma mudança espiritual dos indivíduos, a uma reconciliação com Deus e a uma revitalização da convivência familiar, já que, segundo ele, a origem de todos os males que assolam a Guatemala se encontra nos desvios individuais e familiares. "Nós estamos tendo o privilégio de estar recuperando a paz, cuja fonte perfeita é seu próprio coração", disse em outubro de 1982. Ríos Montt manifestou diversas vezes que ele ocupa a presidência pela vontade de Deus.

Na manhã de 23 de março de 1982, o general dirigia na capital do país uma reunião de pais de família da Igreja Verbo, à qual pertence desde 1979. Os oficiais que naquele momento executavam o golpe de estado contra outro general, Fernando Romeo Lucas García, chamaram José Efraín Ríos Montt pelo rádio. Este, que ocupa em sua igreja a categoria de "ancião", solicitou a ajuda dos demais anciãos para orarem e pedirem pela orien-

tação divina. Depois de 20 minutos, os anciãos expressaram ao general sua convicção de que a vontade divina era de que ele acudisse ao encontro.

Durante a tarde daquele mesmo dia, ao dirigir sua primeira mensagem ao país como governante, Ríos Montt mostrou-se um homem muito piedoso, mencionando várias vezes o nome de Deus e expressando conceitos cristãos: "Quero lhes dizer, em primeiro lugar, que estou confiante em Deus, meu Senhor e meu Rei, para que me ilumine,

porque só Ele dá e toma a autoridade... Eu espero que Deus, nosso Senhor, estenda seu manto de misericórdia e graça sobre a Guatemala".

Dias depois, foi divulgada sua integração à Igreja Verbo, até então muito pouco conhecida no país. Era o primeiro mandatário evangélico na história da Guatemala e isso coincidia com as comemorações do primeiro centenário das igrejas protestantes guatemaltecas. A religião em geral, e particularmente a Igreja Verbo, foram notícia permanente no transcurso de um ano de governo.

Rockefeller contra João 23

Em 1871, a Reforma Liberal, encabeçada pelo general Justo Rufino Barrios, decretava a liberdade de cultos, com o qual se abriam as portas do país a missionários não católicos. O ano de 1882 é a data em que as igrejas evangélicas e protestantes foram formalmente instaladas na Guatemala, embora tenha havido, durante o período colonial, diver-



Semana Santa: religiosidade popular dirigida pela igreja católica

Foto: Sara Facio

* O artigo é da Enfoprensa, especial para "cadernos do terceiro mundo". A Enfoprensa é uma agência de notícias que elabora, processa e transmite informação dos diferentes fatos econômicos, sociais e políticos da Guatemala dentro do contexto da realidade centro-americana e mundial.



Nelson Rockefeller: o "perigo" da igreja pós-conciliar

sas tentativas de penetração protestante.

Em 1964, os evangélicos na Guatemala eram 346 mil. Em dezembro de 1982 chegavam a 1.650 mil, o que representa aproximadamente 22% do total da população do país. O aumento é de 477% em 16 anos. As causas desse crescimento são, sem dúvida, complexas, mas a maioria dos estudiosos imparciais do assunto consideram que existe um fundo político.

Na segunda metade dos anos 60, Rockefeller, depois de visitar diversos países da América Latina em caráter de enviado especial do presidente Richard Nixon, assinalou em seu relatório que uma das causas da efervescência político-social na região era a nova atitude de setores católicos, o que precisava ser contrabalançado.

De fato, desde que o papa João 23 resolvera "abrir as janelas da Igreja" e convocara o Concílio Vaticano 2º (1962), numerosos católicos começaram a participar mais ativamente nas "tarefas temporais". Na América Latina, essas novas posições receberam o respaldo da hierarquia

católica na Assembléia Episcopal de Medellín, Colômbia (1968), onde a luta pela justiça e pela libertação dos povos foi homologada como um compromisso para os católicos.

Apesar de que os setores hierárquicos mais conservadores não aceitaram a nova linha, numerosos grupos de sacerdotes e freiras católicos iniciaram em todo o continente, especialmente na área rural e nas zonas marginalizadas das cidades, trabalhos de promoção social no seio das comunidades. Além disso, começaram a conscientizar seus paroquianos sobre seus direitos humanos e sociais, orientando-os para o compromisso político pela justiça. Essa linha também foi posta em prática por alguns setores das igrejas protestantes tradicionais.

Cem anos ou vinte séculos?

É dentro desse contexto que ocorre a invasão de novas seitas evangélicas na América Latina, particularmente na América Central, providas de grandes recursos econômicos e técnicos. Diante das correntes progressistas já

mencionadas, essas seitas fundamentalistas apregoam um cristianismo individualista, que nada tem a ver com as realidades deste mundo. Dão à Bíblia uma interpretação espiritualista e literal, em oposição à interpretação histórica e existencial dos estudos progressistas.

Sua sustentação doutrinária é geralmente muito fraca, e se caracteriza por um forte sectarismo, ao extremo de considerar condenados ao inferno àqueles que não compartilham de suas crenças.

No início de março, quando o papa João Paulo 2º visitou o país, altos funcionários pertencentes a essas seitas demonstraram uma atitude pouco delicada para com ele, o que foi amplamente criticado pelos meios de comunicação e por outros funcionários.

Muitos pensam que o governo norte-americano apóia diretamente as seitas fundamentalistas. Dessa forma, o bispo católico guatemalteco Gerardo Flores declarou recentemente que sua penetração na Guatemala é uma campanha organizada do exterior, e que se trata de "uma resposta do Departamento de Estado norte-americano à opção tomada pela igreja católica". Segundo o bispo Flores, a ação dessas seitas conta com "um apoio organizado, muito forte e com muitos meios econômicos" e visa tratar de quebrar a unidade religiosa da população.

Chegou-se a falar no risco de uma guerra religiosa, possibilidade negada pelos altos escalões católicos e evangélicos. Não obstante, é evidente a existência de uma tensão entre ambos os grupos. No fim de 1982, quando se comemorava o primeiro centenário do evangelismo na Guatemala, vários oradores atacaram a igreja católica. O grupo católico "Companhia Secular de Soldados de Cristo", por sua vez, desafiou os evangélicos para um debate público a fim de discutir a

autenticidade de suas bases doutrinais.

Os cartazes que anunciavam a comemoração evangélica falaram do “primeiro centenário do Evangelho na Guatemala”, dando a entender que a igreja católica não seguia o Evangelho de Cristo. Por ocasião da visita do Papa, outros cartazes diziam: “Vinte séculos de Catolicismo”, destacando a continuidade dos ensinamentos de Jesus Cristo na igreja católica...

Deus providenciará... “trailers”

Existem atualmente na Guatemala mais de 100 seitas no gênero, com mais de 6 mil templos e vários institutos bíblicos, seminários, colégios, clínicas. Nos últimos anos, suas atividades foram favorecidas pelos governos, enquanto que vários sacerdotes e numerosos catequistas católicos foram assassinados. A atitude do governo é de receio — e às vezes de perseguição — à igreja católica, e fez com que muitos guatemaltecos tenham se “convertido” ao evangelismo.

A Igreja Verbo foi fundada em Eureka, Califórnia, Estados Unidos, pelo senhor Jim Durkin, e se instalou na Guatemala em 1976, quando um grupo de voluntários ingressou no país para ajudar as vítimas do terremoto. Segundo relatos de membros da seita, o “ancião” Carlos H. Ramírez recebeu um chamado de Deus para ir à Guatemala, e o próprio Deus, “de maneira maravilhosa”, providenciou dinheiro e trailers para ele viajar.

Até 23 de março de 1982 eram muito poucos os guatemaltecos que tinham ouvido falar na Igreja do Verbo. Contudo, a partir dessa data, muitos dentre eles decidiram se batizar, à procura de segurança e de oportunidades de trabalho na administração pública. O dirigente político Álvaro Arzú disse em setembro passado: “Na Guatemala, já ninguém quer ser político, mas membro



Fotos: John Hoagland

Para Ríos Montt (ao lado), a origem de todos os males que assolam a Guatemala se encontra nos desvios individuais e familiares

da Igreja do Verbo”.

As práticas da Igreja do Verbo representam um claro exemplo do modelo de cristianismo sustentado pelas seitas fundamentalistas. O “ancião” James Degoyler assim explicou o comportamento da seita quando, em 1981, Ríos Montt foi convidado para participar como candidato às eleições de 1982: “O general Ríos Montt faz parte do conselho de anciãos da Igreja Cristã Verbo, e ao ser solicitada sua participação nas eleições de 7 de março, nós jejuamos e oramos durante três dias, no fim dos quais tivemos visões e chegamos à conclusão que seria melhor ele não participar como candidato”.

“Um de nós, continuou Degoyler, avistou um muro de pedra, em cujo centro havia um buraco, com uma jóia grande, vermelha, que tentava entrar nesse espaço, mas não cabia. Outros consideraram que ela estava sujeita a forças estranhas que não se ajustavam aos ideais que ele tem como cristão, com princípios morais muito elevados e retos. Portanto, deduzimos que a resposta era não participar nas eleições...”



Várias organizações religiosas e independentes, nacionais e internacionais, acusaram Ríos Montt de manipular os sentimentos religiosos do povo. As acusações assinalam que, com seu verbalismo religioso, o chefe do governo trata de justificar sua política, ao se apresentar como enviado de Deus diante de um povo que é profundamente religioso. No dia 9 de março último, a Rádio Vaticano o criticou severamente, quando, ao comentar a visita de João Paulo 2º à Guatemala, falou na “arrogância e na embriaguez de poder de quem pretende matar em nome de Deus”.

Os riscos de um confronto entre Síria e Israel

A frustração que causou a assinatura do acordo israelense-libanês cria no mundo árabe temores de uma nova conflagração, enquanto no seio da OLP se configuram duas opções estratégicas

Mohamed Salem

A assinatura do acordo destinado a pôr fim ao estado de guerra entre o Líbano e Israel está longe de trazer perspectivas de paz ao Levante. O tratado não somente criou sérias divergências nos meios políticos libaneses, como originou polêmicas no mundo árabe sobre seus objetivos últimos e a eficácia que poderia ter, na hipótese otimista de que chegue a ser implementado.

As principais cláusulas do acordo (ver quadro) representam um passo atrás nas aspirações árabes de conseguir conter Israel em sua fronteira norte, e, por ceder-lhe direitos em relação à zona sul do Líbano, gera tensões e apreensões sobre a possibilidade de uma nova conflagra-

ção, principalmente envolvendo a Síria.

Damasco foi totalmente contra o tratado, criando-se uma tensão indisfarçável entre os governos de Amin Gemayel e Hafez Assad, que nem sequer a visita de altos dirigentes libaneses à capital síria pôde superar.

Como a posição síria é chave em toda a questão do Líbano, em meios políticos árabes transcendeu que os norte-americanos estariam interessados em promover uma reunião tripartite entre o rei Fahd da Arábia Saudita e os presidentes Gemayel e Assad. Segundo um comentário do periódico libanês *An Nahar*, os Estados Unidos teriam solicitado a mediação saudita para mi-



O'fei Fahd: mediação difícil

nimizar as divergências entre Beirut e Damasco.

No entanto, não se trata apenas de uma crise a mais entre tantas que sacodem o mundo árabe. Desta vez as divergências não são anedóticas nem têm conotações pessoais. A Síria analisa a questão da perspectiva de sua segurança nacional.

Neste sentido, é importante destacar que o seu ponto de vista é compartilhado mesmo nos meios árabes mais conservadores. Ao se referir às tensões criadas pela assinatura do acordo e pelos preparativos israelenses para uma eventual guerra com a Síria, o periódico *Al Ittihad*, de Abu



Os sírios (na foto com cartazes de Assad) contam com apoio árabe



Muitos analistas consideram que a guerra não é inevitável

Dhabi — de posições moderadas — adverte os árabes que se a Síria for arrastada a uma guerra no Vale de Bekaa, “se verá obrigada a transferir a batalha para uma frente mais ampla”. E acrescenta: “A (eventual) batalha contra a Síria requer uma posição árabe unificada, com um mínimo de apoio político e militar. Esse apoio é que ajudará a deter o ataque à Síria, forçará Israel a se retirar do Líbano e restaurará os direitos legítimos do povo palestino”.

Preparativos de guerra

Essa necessária unidade árabe frente ao perigo de uma nova guerra com Israel tem sido objeto de análises reiteradas e exortações de inúmeros porta-vozes políticos. Porém, essa unidade sempre faltou nos momentos críticos. Mas as coisas mudaram muito desde a invasão israelense ao Líbano e isso poderá se refletir a médio prazo. Aferrar-se a esquemas e análises anteriores à invasão — um verdadeiro divisor de águas na geopolítica do Oriente Médio — não é conveniente nem prudente.

A guerra entre a Síria e Israel já está nas hipóteses de trabalho dos principais exércitos envolvi-

dos na crise da região. De fato, as movimentações militares tanto da parte de um como de outro país, têm sido notórias. E transcenderam aos meios de comunicação.

A imprensa síria, por exemplo, tem efetuado reiteradas denúncias dos preparativos de Telavive. “Israel já adotou medidas militares concretas para desfazer sua agressão contra a Síria”, escreve o periódico oficialista. Por seu lado, a rádio Damasco aludiu “às provocativas manobras militares israelenses no Golã”, advertindo a opinião pública: “Se Washington resolveu superar sua derrota estratégica (ao fracassar a missão de paz do secretário de Estado George Shultz), dando luz verde a Israel para agredir a Síria, qualquer aventura dessa natureza terá graves consequências. A Síria não se curvará diante de ameaças nem de chantagens”.

Em Israel, as informações da imprensa têm advertido que as forças militares estacionadas no Líbano foram colocadas em estado de alerta, “o que pode ter sido interpretado por Damasco como preparativos para atacar a Síria”. A imprensa israelense tem feito, além disso, referências insistentes ao “maciço rearma-

mento proporcionado a Damasco pela União Soviética”.

Por seu lado, um comunicado oficial sírio feito em consequência de um choque com tropas israelenses no Líbano, afirma: “Com seu povo forte e suas relações amistosas com as potências progressistas do mundo, principalmente a União Soviética, a Síria não permitirá que os conspiradores tenham êxito em seus planos (contra Damasco), não importa o preço que custar ou as consequências que tiver”.

Essa “guerra” de comunicados e declarações serve como termômetro da situação e mostra até que ponto as tensões se intensificaram.

No entanto, apesar da conjuntura instável, muitos analistas conhecedores da política regional consideram que a guerra não é inevitável. Eles se perguntam a quem beneficiaria uma confrontação neste momento. “Em uma guerra se sabe onde começa e nunca onde vai terminar”, lembrou um velho dirigente árabe. “Nem as duas superpotências, nem nenhum dos protagonistas locais deseja embarcar em uma aventura que poderá ter consequências imprevisíveis”, acrescentava.

Existem opções intermediá-

terceiro mundo - 65

rias entre a conflagração generalizada e uma paz justa — que não interessa nem aos Estados Unidos nem a Israel, porque obrigaria os governantes de Telavive a voltar às fronteiras históricas e a negociar o status dos palestinos, entre outras coisas. A alternativa é a que estamos presenciando: uma difícil diplomacia norte-americana — que é bem mais a arte de negociar sem nada conceder (como pretende o “plano de paz” do presidente Reagan), — que vai adiando a situação de *nem paz, nem guerra*, vai debilitando as economias dos estados árabes, — que têm que se voltar prioritariamente a fortalecer suas forças armadas diante da eventualidade de um enfrentamento militar com Israel, — e que permite que dentro de Israel avancem os assentamentos de colônias em terras árabes e se reforce o projeto de povoar de judeus os territórios árabes ocupados. Tudo isso, no contexto de con-

frontos localizados, que vão enfraquecendo os combatentes da linha de frente, que neste momento está localizada no Vale de Bekaa. Ali estão, principalmente, as tropas sírias e algumas unidades palestinas. E nos planos sionistas continua sendo uma meta prioritária destruir a OLP.

Agora questionam a liderança de Arafat

Um dos objetivos da invasão israelense ao Líbano era destruir a infra-estrutura política e militar da OLP. Como é notório, esse objetivo não só não foi alcançado, como os massacres de Sabra e Shatila e a invasão em si mesma, geraram uma nova compreensão a respeito da questão palestina a nível da opinião pública internacional.

Por isso, agora a OLP está novamente na mira de Washington e Telavive. Com não foi

possível destruí-la de fora, tenta-se miná-la por dentro. Nessa perspectiva, inserem-se as tão divulgadas divergências no seio da *Al Fatah*, o grupo palestino mais importante entre os que formam a OLP (calcula-se que *Al Fatah* tem mais de 80% dos combatentes e militantes palestinos). Se analisarmos as manchetes e comentários da imprensa ocidental das últimas semanas, a liderança de Yasser Arafat está em seu ponto mais baixo, numa queda irreversível, esgotada.

As divergências existem e não podem ser minimizadas. Mas elas estão inseridas em uma conjuntura e um contexto muito especiais da luta palestina.

A eventualidade de uma guerra sírio-israelense, a assinatura do acordo líbano-israelense, a transferência da sede da OLP de Beirute para Túnis, todos estes são fatores que estão colocando para os palestinos o desafio de readequar rapidamente sua aná-

O ACORDO ISRAELENSE-LIBANÊS

☐ No preâmbulo do acordo, Israel e Líbano expressam o desejo de ambas as nações de “viverem em paz (...), em fronteiras seguras e reconhecidas” e proclamam “o fim do estado de guerra” entre eles.

Seguem outros artigos, nos quais — a partir do compromisso de cada um “respeitar a soberania do outro” — se afirma que “as fronteiras entre o Líbano e Israel são invioláveis”. Israel “se compromete a retirar todas as suas forças armadas do Líbano”, especificando-se que o fará em um prazo de “oito semanas”, a partir da entrada em vigor do acordo, “no contexto do objetivo do Líbano de obter a retirada de todas as forças estrangeiras”.

No artigo 4º se estipula que “os territórios das duas partes não serão utilizados como base para atividades inimigas ou terroristas contra a outra parte ou seu povo”, enquanto que tanto Israel como o Líbano se comprometem a se opor “à presença ou instalação de grupos armados de organizações, bases, escritórios ou estruturas

cujos objetivos sejam realizar raids contra os territórios da outra parte, ou toda ação terrorista no interior desses territórios, e mais ainda, toda atividade que tenha por objetivo ameaçar a segurança da outra parte ... ou de seus habitantes”.

No artigo 8º se estipula que o Líbano e Israel instalarão um “comitê comum de ligação”, no qual os Estados Unidos tomarão parte como “associados”. Um alto funcionário governamental dirigirá a delegação de cada país nesse comitê, que se reunirá periodicamente no Líbano e em Israel e tomará suas decisões por unanimidade. Esse comitê é encarregado de “supervisionar a execução do acordo em todos os seus aspectos”.

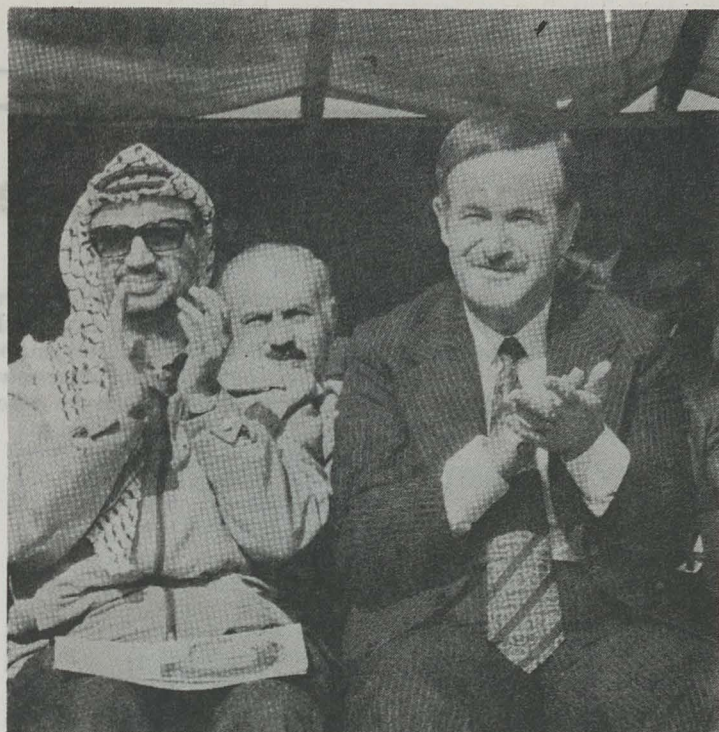
Esses são alguns breves trechos do acordo. Nas entrelinhas, se observa que Israel em cada artigo obriga o Líbano a não desenvolver nenhum tipo de atividade contra o regime sionista, o que, na realidade, significa neutralizá-lo, como Campo David fez com o Egito. Outro ponto delicado é o que condiciona a retirada israelense à saída de “outras forças estrangeiras”, colocando em pé de igualdade as forças de ocupação israelenses com as forças sírias e palestinas, que chegaram ao Líbano em um contexto completamente diferente, com a aquiescência do governo de Beirute e como consequência de decisões interárabes.

lise, táticas e estratégias de combate e trabalho internacional. Tudo isso a menos de um ano da evacuação da capital libanesa e do início de uma etapa diferente na vida da Organização.

Longe de ser algo estranho, o aparecimento de tendências diferentes no seio da OLP e da própria *Al Fatah* é uma consequência lógica desse "terremoto" sofrido no último ano pela Organização para a Libertação da Palestina. Análises válidas em junho de 1982 estão totalmente caducas em junho de 1983. E perspectivas de lutas que estão sendo elaboradas este mês talvez se vejam superadas no mês seguinte. Arafat tem agora que percorrer consideráveis distâncias para discutir politicamente com seus comandantes, seguidores e assessores, disseminados em diferentes países do mundo árabe e da Europa. E a urgência da tomada de decisões nem sempre permite consultas a plenários.

Assim, foi-se dando uma ênfase diferente à opção diplomática e à opção militar entre Arafat e a direção da *Al Fatah* e alguns comandantes das tropas estacionadas no Vale de Bekaa, que permaneceram no cenário da guerra depois da evacuação palestina de Beirute. E a essa perspectiva às vezes divergente pode não ser de todo alheia a proximidade geográfica da Síria em relação ao Vale de Bekaa, e o estreito contato entre as tropas sírias e palestinas, além da ingerência de dirigentes árabes que sempre aspiraram a exercer um certo controle sobre a OLP.

O comandante Abu Moussa, um dos dissidentes, dá ênfase à opção militar, e entende que só se pode enfrentar Israel com eficácia no campo de batalha. E nesse sentido questiona a possibilidade de chegar a uma solução negociada. Arafat tem uma visão de estadista, que revelou em mais de uma oportunidade crítica. Sem negar a opção militar,



Arafat e Assad: uma aliança difícil, porém decisiva

ele entende que os palestinos têm que aproveitar o terreno conquistado entre a opinião pública mundial ao longo de uma luta de muitos anos e, mais recentemente, com o alto preço do massacre de seus compatriotas indefesos dos campos de refugiados de Beirute. A opção dos palestinos — pensa Arafat — não pode ser a mesma que se apresenta à Síria, que é um Estado independente e com fronteiras definidas. A OLP é um movimento de libertação que não pode jogar todo o seu destino em uma guerra de posições.

Um dirigente palestino próximo aos acontecimentos, conhecedor de Arafat e de Abu Moussa, comentava que poderá levar mais de um ano para o impasse ser superado. Porque essas duas figuras representam, na verdade, opções mais profundas. E só o tempo poderá ir confirmando a validade de cada um dos enfoques.

Mas, do ponto de vista da atuação global da OLP — inclusive se a decisão final chegar a ser militar — a história não perdoaria Arafat se não aproveitasse todas as oportunidades para encontrar uma fórmula pacífica que conduza à vitória da causa palestina.

O que esses episódios ensinam é que ao adiar as negociações, ao acenar com a guerra e ao continuar em seu empenho de desintegrar a OLP (de fora ou de dentro), a administração Reagan e o governo Begin insistem em pisotear os justos direitos árabes e por isso estão ficando cada vez mais isolados no cenário mundial, ao qual impõem, com sua intransigência, a ameaça de uma conflagração generalizada no Oriente Médio. Nenhum observador da situação regional desconhece que a União Soviética não se omitiria se a Síria se visse envolvida na eventualidade de uma guerra. ●

O cheiro da rebelião está no ar

Parece iminente um novo conflito entre os guerrilheiros do sul do Sudão e o regime ditatorial do general Gaafar Numeiry. A política discriminatória em relação ao sul somada à bancarrota econômica tornam imprevisível o futuro do presidente sudanês, hoje um dos maiores aliados dos Estados Unidos na África

Carlos Castilho

“O cheiro da rebelião está no ar em quase todas as cidades do Sudão”. Foi assim que David Ottaway, um veterano correspondente do jornal *Washington Post* na África, definiu há menos de um mês a situação política sudanesa. A inquietação e o descontentamento ganharam força no momento em que o general Gaafar Numeiry, há 14 anos no poder, foi reconduzido à chefia do governo por mais cinco anos.

O principal sintoma da rebelião contra Numeiry é o ressurgimento da guerrilha no sul do Sudão, uma área cuja população é negra, cristã ou animista. A rebeldia dos sulistas contra o norte islâmico existe há pelo menos 100 anos e foi aguçada pelos ingleses durante a ocupação colonial do Sudão por forças britânicas e egípcias, desde o final do século passado. Entre 1955 e 1972, os pastores nômades e a intelectualidade cristianizada do sul formaram uma organização guerrilheira chamada *Anyanya*, que sustentou uma guerra civil de 17 anos contra o norte central.

Agora os guerrilheiros voltam a agir atacando comerciantes e militares do norte que se aventuram a penetrar nas cidades do



Numeiry: 14 anos no poder

sul, como Juba. Há informações de que centenas de antigos guerrilheiros que entraram para o exército central após o acordo de paz em 1972, desertaram e estão novamente formando grupos militares nos planaltos do sul. A maior parte das armas dos guerrilheiros da nova *Anyanya* foram compradas de ex-seguidores de Idi Amin, em Uganda.

A guerrilha já é bastante ativa nas províncias dos Lagos e de Bahr el Ghazal, mas já se regis-

traram ataques até em Darfur, bem ao norte e no limite da zona controlada pelo exército de Numeiry. O ataque mais importante aconteceu em janeiro quando 13 árabes do norte, incluindo entre eles comerciantes e quatro militares, foram mortos numa cidade da província de Bahr el Ghazal. A resposta do governo foi violenta. Pelo menos vinte políticos, jornalistas, profissionais liberais e altos funcionários públicos foram detidos e ainda não foram libertados e nem foram formalmente acusados.

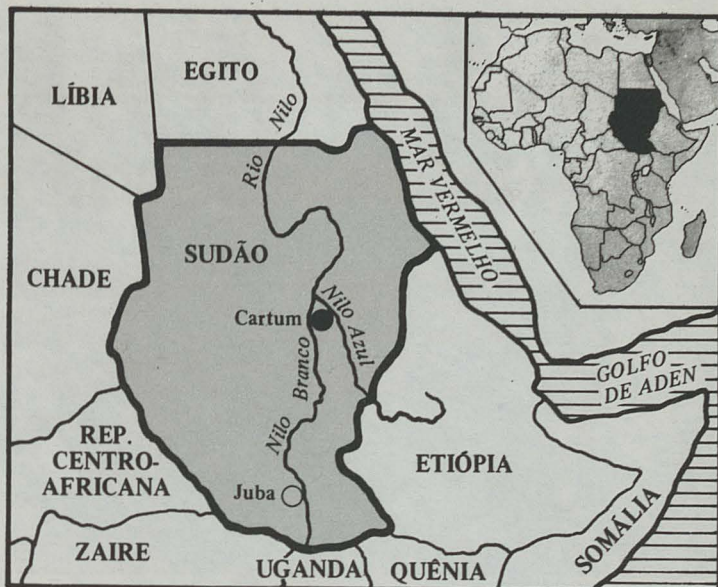
Ofensiva anti-sulista

O clima de pré-guerra civil reinante no sul foi intensificado nos últimos seis meses por questões de natureza militar, política e econômica. No terreno militar, o general Numeiry decidiu transferir para o norte várias unidades militares do sul, com o objetivo de tentar neutralizar a já ativa propaganda política antigovernamental nas unidades sediadas em torno de Juba, a capital do sul. A decisão de Numeiry foi qualificada como uma violação flagrante do acordo assinado em 72 em Addis Ababa (Etiópia) e que selou o fim da guerra civil entre o norte e o sul.

Pelo acordo, o exército teria um efetivo de 12 mil homens no sul, 6 mil dos quais seriam do norte e os outros 6 mil nascidos na região. O acordo dizia ainda que somente os soldados do norte é que poderiam ser deslocados para outras regiões e que o comando militar ficaria dependente do governador geral, um sulista, possuidor de poderes constitucionais como representante do governo central na região. Além de deslocar ex-guerrilheiros da *Anyanya* para o norte, onde eles certamente sofrerão represálias, Numeiry passou a se relacionar diretamente com o comandante militar do sul, que acabou destituído pelo governador geral.

Esse episódio acentuou o fluxo de desertores que fogem do exército para voltar à guerrilha temendo serem mortos ou perseguidos no norte. Outro fator que agravou a cisão militar foi a informação não desmentida oficialmente de que Numeiry admite mandar soldados do sul para combater no Iraque contra o Irã. A animosidade já atingiu um tal ponto, que no final de janeiro soldados do sul sediados na guarnição de Bor travaram um violento tiroteio com forças mandadas pelo governo central para a região.

No terreno político, os guerrilheiros da *Anyanya* criaram o Partido Revolucionário Popular do Sudão, um movimento político que denuncia as tentativas de estabelecer novamente um sistema opressor pelo general Numeiry. Os dirigentes do partido, exilados no Quênia sofreram uma repressão violenta da parte do governo sudanês que assassinou pelo menos três importantes líderes sulistas. Hoje a direção do PRPS está exilada na Etiópia, embora Numeiry afirme que o movimento seja mantido pela Líbia. Internamente também ganhou força um grupo formado por jovens intelectuais do sul, e que se autodenomina Irmãos da Solidariedade.



Tanto a guerrilha como os grupos políticos se opõem violentamente aos planos do governo central para redividir as seis províncias do sul com o objetivo de procurar fracionar o movimento rebelde. O principal articulador da redivisão é o vice-presidente general Joseph Langu, um ex-guerrilheiro da *Anyanya* que pretende se vingar da derrota sofrida em 1979, quando foi derrubado do governo regional do sul sob a acusação de corrupção e traição.

Os planos do general Numeiry enfrentam uma forte oposição de todos os políticos sulistas. Até mesmo a seção regional do partido único oficial União Socialista Sudanesa votou contra a redivisão no final de janeiro passado. O voto contrário precipitou represálias indiscriminadas do presidente do Sudão, que ordenou a prisão do vice-presidente do governo regional do sul, Dhol Achuil, um advogado, e do presidente da assembleia regional em Juba, Matthew Ubor, um economista. Os dois eram críticos moderados da posição oficial mas votariam nela quando fosse discutida.

O estopim da revolta

As arbitrariedades do governo central foram as maiores responsáveis pelo aumento da resistência contra a redivisão entre os políticos do sul. O próximo passo, ao que tudo indica, será a imposição da redivisão por um decreto firmado pelo presidente. Também não está afastada a hipótese de que o general Numeiry promova "um golpe de estado" no sul, destituindo o governo regional para nomear um conselho militar. Qualquer uma das alternativas provocará inevitavelmente o agravamento das tensões político-militares que já se tornaram críticas em pelo menos uma região.

O distrito de Abyei, no extremo sul da província de Kordofan, está em pé-de-guerra desde janeiro. Pelo menos 100 pessoas já morreram em consequência do agravamento das tensões entre norte e sul no Sudão. Abyei fica bem na fronteira entre o norte e o sul, mas está administrativamente localizada no norte. A região é uma área de conflitos históricos entre membros da etnia *ngok dinka*, pastores nômades de



Toda a economia do país passará a ser controlada pelos militares

religião animista, e os *messeriya*, também pastores nômades mas de origem árabe e professando o islamismo. No passado, eles lutavam entre si pelo direito de levarem o gado para as margens do rio Bahr el Arab, durante a estação da seca.

Depois, no período colonial, as divergências foram manipuladas por ingleses e egípcios para assegurar que o antagonismo entre o norte e o sul mantivesse o Sudão sob controle das potências estrangeiras. Hoje, um grande número de *ngok dinka* ocupa cargos importantes na administração regional do sul, bem como vários membros dessa etnia foram ativos membros da guerrilha *Anyanya*. O acordo de 1972, que acabou com a guerra civil sudanesa, previa um plebiscito em Abyei para saber se os seus habitantes queriam ficar no sul ou no norte. O plebiscito nunca foi realizado, e hoje os *dinka* e *messeriya* estão resolvendo seus problemas a tiros.

O caso de Abyei já é considerado como um estopim da rebelião que, segundo diplomatas e dirigentes políticos oposicionistas do Sudão, está a ponto de ex-

plodir a qualquer momento. Nem mesmo a hipótese do general Numeiry intervir pessoalmente na questão através de um decreto 'oferece perspectivas' de uma trégua. O presidente sudanês atribuiu a tensão na área a manobras desestabilizadoras promovidas pelo governo da Líbia. Mas nenhuma prova foi apresentada e a suposta ameaça líbia não tem mais crédito em Abyei, onde muita gente já afirma que "qualquer coisa é melhor do que Numeiry".

Toda a crise político-militar ganha no entanto uma gravidade ainda maior no momento em que ela se vincula à crise econômica do Sudão. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o país já faliu três vezes nos últimos cinco anos. Todo o receituário clássico da economia monetarista do FMI já foi aplicado, mas a economia sudanesa continua se afundando. A dívida externa já alcança oito bilhões de dólares (triplicou em cinco anos) e o país gasta metade de tudo o que exporta só com a importação de petróleo, trigo e arroz. A moeda nacional foi desvalorizada em 80% nos últimos

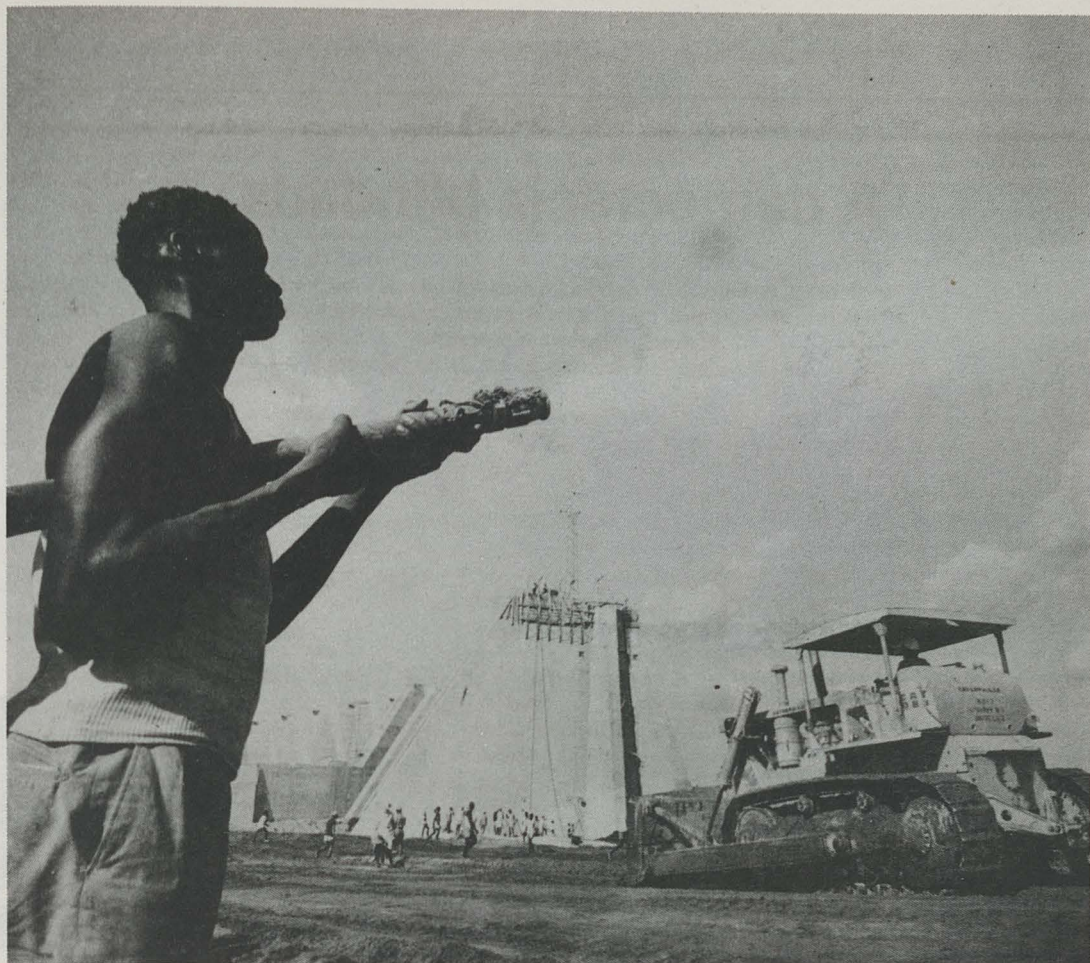
dez meses, mas o FMI está pressionando uma nova desvalorização de 33%. Caso isso ocorra, serão inevitáveis novas demonstrações antigovernamentais em Cartum. Em dezembro e janeiro passados, a cidade esteve praticamente paralisada durante mais de 20 dias por greves de estudantes e saques generalizados por trabalhadores desempregados. A desvalorização da libra sudanesa provocou uma queda de aproximadamente 90% no poder aquisitivo dos assalariados.

Em janeiro, o FMI suspendeu a liberação de 210 milhões de dólares na forma de um crédito *stand-by* porque o Sudão não cumpriu integralmente as cláusulas estabelecidas no acordo de dezembro. Essas cláusulas previam o corte dos subsídios para o trigo e petróleo, bem como uma drástica contenção dos gastos públicos. Sem esse crédito, o general Numeiry não terá como pagar as quotas prometidas a um consórcio de 100 bancos internacionais que aceitaram renegociar a dívida externa do país, no final do ano passado.

A militarização da economia

A bancarrota econômica se tornou tão grave que alguns economistas consultados pela revista *Africa Economic Digest* acreditam que as propostas do FMI já são inaplicáveis, mesmo se o general Numeiry fizer tudo o que o Fundo exigir. O ceticismo é provocado pela certeza de que a população passou do limite de tolerância no que se refere à capacidade de se alimentar. Por isso, medidas como a militarização da economia, anunciada no final de abril pelo general Numeiry, não chegaram a impressionar nem os credores externos e nem o público interno.

Numa tentativa de reduzir os efeitos da corrupção e da burocracia, que durante 13 anos foram os sustentáculos do atual governante sudanês, ele criou um



conselho militar, paralelo a cada ministério. Na verdade, toda a economia do país passará agora a ser dirigida por militares, o que provavelmente acabará reforçando o círculo vicioso da burocracia e da corrupção.

A única alternativa para um alívio econômico também parece estar desaparecendo devido à crise entre o norte e o sul. É a questão do petróleo descoberto recentemente na região de Bertiu, no sul do Sudão. Movido por considerações políticas, para aumentar o nível de emprego no norte, o general Numeiry pretende instalar uma refinaria fora da área controlada pelos sulistas. Nem mesmo a idéia de construir um oleoduto entre os campos

petrolíferos de Bertiu e o mar Vermelho ganhou apoio entre os políticos sulistas. Eles acham que o governo central não pretende deixar nenhum excedente da exploração do petróleo nas mãos do governo regional do sul, que no momento enfrenta dificuldades econômicas ainda maiores do que no resto do Sudão. Os sulistas reclamam que o general Numeiry prometeu um milhão de dólares para compensar a perda da refinaria e que passados um ano e meio, ninguém viu a cor do dinheiro.

Ainda no terreno econômico, os atritos entre Numeiry e o sul chegaram ao ponto crítico quando foi proibido o contato de empresários regionais com impor-

O sul do país
enfrenta dificuldades econômicas
ainda maiores
que o resto do Sudão

tadores de países vizinhos, especialmente o Zaire. Essa decisão foi classificada de puro e simples colonialismo interno pelos partidos de oposição. Em Juba, um dirigente político local declarou no final de abril a um jornal inglês que "ainda é difícil dizer quanto tempo o general Numeiry continuará no governo", mas o informante do *Financial Times* garante: "não há a menor dúvida de que este será o último mandato do presidente que já foi reconduzido duas vezes ao poder".

A democracia blindada

O precário equilíbrio entre as forças favoráveis à presença dos militares na vida política e os grupos civilistas força uma aliança de ambas as correntes, frente à indiferença da maioria da população

Narinder Koshla

Talvez a Tailândia seja o único país onde uma derrota eleitoral dos partidários dos militares tenha resultado na formação de um governo presidido por um general e inclinado a manter uma forte influência militar na condução do Estado.

É um paradoxo composto de vários atos. Os últimos consistiram nas eleições de 18 de abril passado, quando os três partidos que postulavam a diminuição dos poderes militares, aumentaram consideravelmente sua votação, enquanto que os grupos pró-militares saíram derrotados.

O lógico teria sido que aqueles três partidos formassem um governo. Mas o primeiro-ministro, general Prem Tinsulanond, anunciou no dia seguinte que ia se retirar da vida pública e com essa jogada ameaçou quebrar o delicado equilíbrio que sustenta o regime tailandês.

O ato seguinte foi mais demorado, cheio de reuniões e intrigas. Finalmente, Prem voltou atrás em sua renúncia e se pôs à frente de uma coalizão quadripartite de centro-direita, integrada por dois dos partidos vitoriosos e por dois pró-militares, que assumiu o governo em 7 de maio.

Golpismo crônico

Para entender essas contradições, temos que voltar ao ano de



General Prem: jogadas políticas para se manter no poder

1932, quando foi derrubada a monarquia absolutista e substituída por um regime constitucional que relegou a Casa Real a um papel decorativo.

Mas esse episódio seria apenas o começo de uma longa instabilidade política caracterizada pelo golpismo crônico. Por outro lado, o crescimento desmedido do aparelho militar foi impulsionado no passado pelo combate à guerrilha, e mais recentemente, pelo fortalecimento das forças armadas dessa estratégica nação asiática, vizinha do Laos e Cam-pucheia.

A militarização da Tailândia foi instrumentada pelos Estados Unidos durante a guerra do Vietnã, primeiro, para se contrapor

aos combativos países da Indochina e, depois da derrota, para fortalecer o regime de Bangkok, utilizado como base pelos grupos campucheanos que combatem o governo socialista de Phnom Pehn.

Descuido dos problemas nacionais

Da mesma forma que em alguns países da América Latina, pode-se dizer que para os militares tailandeses a chefia do governo constitui o último grau de sua carreira.

O peso militar dentro da nação é, portanto, desmesurado e condiciona a política em um contexto cujas notas dominantes



Foto: Afrique-Asie

Um dado novo na realidade tailandesa: cresce o descontentamento entre os jovens oficiais

são o anticomunismo e a manutenção do status-quo. Para ter uma idéia da influência dos militares, basta mencionar que controlam 139 das 231 emissoras de rádio do país.

De forma que quando, depois de uma brilhante carreira, o general Prem Tinsulanond assumiu o comando do exército, em outubro de 1979, automaticamente se colocou na ante-sala do governo. Um ano e dez meses depois — em março de 1980 —, chegou a sua vez e Prem substituiu o então primeiro-ministro Kriangsak Chamanand, naturalmente outro general.

O mandato de Prem não seria passageiro. Em termos tailandeses, sua duração no governo já era considerada excepcional antes das eleições de abril, quando se lembrava que ele havia batido o recorde de permanência para um primeiro-ministro desde 1945.

O segredo de Prem — à parte sua ascendência militar — reside na sua paciência para mediar e sua habilidade em manter o equilíbrio entre os poderosos grupos

militares e econômicos e os partidos políticos, entre os quais nenhum tem um peso preponderante na vida nacional e são, portanto, fracos, diante dos primeiros.

A consequência desse equilíbrio superestrutural que absorve a maior parte das atividades políticas tem sido o descuido dos graves problemas sociais e econômicos do país, entre os quais a corrupção ocupa um lugar de destaque.

Rebelião de jovens oficiais

Contra esse estado de coisas estourou em primeiro de abril de 1981 uma rebelião de jovens oficiais — os “jovens turcos” — decididos a extirpar a corrupção e reformar a sociedade.

Prem abandonou Bancoc e se refugiou em Kobat, onde recebeu o apoio da família real e de unidades comandadas por chefes conservadores. Em pouco tempo, recuperou o controle e voltou à capital.

A tentativa de golpe debilitou Prem, mas não lhe impediu de

continuar no cargo. No entanto, a presença de numerosos oficiais jovens descontentes introduziu um novo fator na realidade nacional.

Prem assumiu a bandeira de um retorno lento e gradual à normalidade institucional e conseguiu assim se tornar o árbitro entre militares e políticos do *establishment*.

Nas eleições de abril estava em jogo a abolição ou a ratificação dos artigos provisórios da Constituição que, sob a forma de um regime parlamentar, haviam consagrado o predomínio dos militares.

Renúncia: grande cartada

Os partidos que centraram sua campanha na “desmilitarização” ganharam terreno em 18 de abril. O Partido de Ação Social (PAS), que tinha 83 cadeiras na Assembleia Nacional, conseguiu 93. O Partido Democrático tinha 34 e obteve 56, e o *Chart Thai* (Nação Tailandesa) passou de 38 para 73 cadeiras. Os três partidos integravam a coalizão que sus-



Para os tailandeses, as eleições pouco importam

tentava Prem, e portanto o pêndulo indicava que essas forças civis — conservadoras e moderadas — estariam em condições de reduzir a influência das forças armadas.

Esse crescimento contrastou com o minguido papel dos partidos pró-militares encabeçados pelo *Prachakorn Thai*, que no to-

tal conquistaram 57 cadeiras, isto é, apenas 17% do total em disputa.

Mas a renúncia de Prem sacudiu o cenário político e fez com que se temesse uma reação golpista que acabasse com o equilíbrio e com as formas democráticas, e impusesse o poder militar direto e sem máscaras.

E foi por isso que os partidos ganhadores recuaram e, no final, se conseguiu que Prem voltasse ao governo apoiado por quatro partidos: dois da antiga coalizão, o PAS e os democratas, e dois direitistas favoráveis às forças armadas, o Partido dos Cidadãos Thai e o Partido da Democracia Nacional.

Portanto, o equilíbrio e a imobilidade política continuam.

Resta acrescentar que nesse contexto, para os tailandeses, as eleições pouco importam. O regime apresentou como uma grande vitória o aumento dos votantes em abril. De fato, o crescimento foi grande, mas dentro de um comparecimento irrisório. Nas eleições de 1979, compareceram menos de 20% dos que podiam votar e este ano se apresentaram cerca de 32%. Isto é, a maioria da população assiste com indiferença ao malabarismo do general Prem e às pequenas disputas entre militares e políticos. ●

QUE VIVA O "INDEPENDENTE" de Francisco Mario



Disco: Conversa de cordas, couros, palhetas e metais.

Músicas brasileiras para violão (chorinhos baiões, etc.)
Cr\$ 2.000,00

Disco em embalagem especial de remessa.



Livro: Painel brasileiro "...30 anos do Brasil que vivi, representado por 30 poemas..."

Cr\$ 1.000,00.

Desejo receber pelo reembolso postal:
☐ Disco — Cr\$ 2.000,00
☐ Livro — Cr\$ 1.000,00
☐ Disco-Livro — Cr\$ 3.000,00

Data

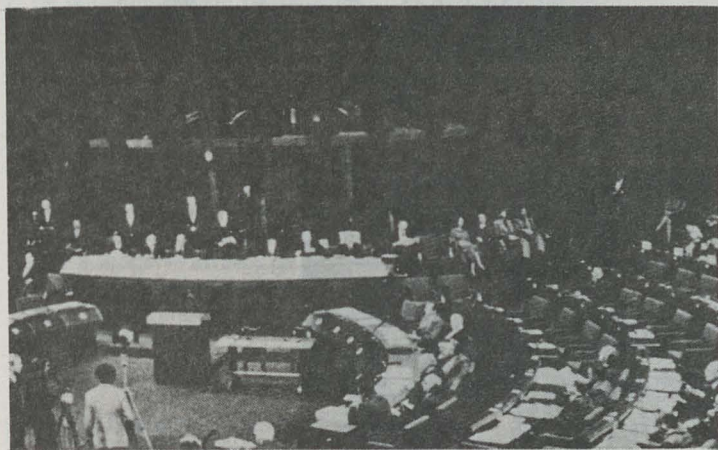
Comprador

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade:
Estado: CEP:

As transnacionais preferem guardar segredo

Até hoje atuando à margem do controle dos países em que se instalaram, as transnacionais se vêem agora às voltas com um projeto no Parlamento europeu que tenta corrigir seus abusos

Agustín Castaño



Parlamento Europeu: controlar as transnacionais

Dentro da Comunidade Econômica Européia (CEE) está tramitando um projeto que, segundo os observadores, determinará a imposição de controles e eventuais sanções às empresas transnacionais, abrindo um precedente de singular valor para o Terceiro Mundo.

A origem dessa iniciativa encontra-se na "Diretriz Vredeling" (sobrenome do parlamentar holandês que a apresentou há três anos) que se acha atualmente nos trâmites finais. De fato, os observadores de Bruxelas calculam que em poucos meses o Conselho de Ministros da CEE poderá emitir uma direttriz que imporá às empresas transnacionais uma série de obrigações de informação e de consultas com os tra-

balhadores empregados em suas filiais no velho continente.

Segundo os parlamentares que defendem a "Diretriz Vredeling", o problema não consiste na aprovação e sim no conteúdo das disposições. A maioria de centro-direita do Parlamento Europeu procura atenuar algumas proposições radicais introduzidas pelos grupos progressistas que dão impulso à diretiva. Mas em todo caso, tratar-se-ia de controles até hoje inéditos.

Um precedente dessa iniciativa tinha sido impulsionado pelos países do Terceiro Mundo, onde as empresas transnacionais exercem um domínio notório, frequentemente em detrimento das soberanias nacionais. É por isso que no seio das Nações Unidas

se discute há anos um projeto de "Código de Conduta" das transnacionais tendente a corrigir os abusos mais flagrantes.

O único antecedente que conseguiu êxito é o código de conduta para as transnacionais que operam no ramo dos substitutos do leite materno, aprovado pela Assembléia Mundial da Saúde da ONU.

Mas aqueles são códigos não-obrigatórios, e por não implicarem pressões, podem, em última instância, não serem acatados pelas grandes corporações. Em compensação, as diretrizes da CEE foram concebidas como obrigatórias e passíveis de sanções, provocando alarme e mobilização nas empresas.

Circuito fechado

Nas últimas décadas se presenciou uma expansão formidável das empresas transnacionais, cujos sistemas integrados verticalmente em numerosas nações, lhes permitem atuar à margem do controle de cada um desses países. Elas podem fixar preços, transferir capitais e lucros, investimentos e tecnologia, levando em consideração exclusivamente seus interesses. Podem, ao mesmo tempo, impor aos países subdesenvolvidos um tipo de produção contrário aos seus interesses nacionais e têm fomentado padrões de consumo deformantes.

Tudo isso foi possível graças a um sistema de comunicações, informações e decisões que se realiza num circuito fechado e secreto entre matrizes e filiais. É precisamente este segredo que as diretrizes em questão se propõem a quebrar.

Em síntese, são estas as proposições que o projeto contém em seu estágio atual:

A empresa matriz deverá for-

necer (através de cada uma de suas filiais), a cada seis meses, um quadro exato das atividades desenvolvidas por essas filiais: da estrutura internacional até a política de pessoal, da situação financeira aos programas de produção e investimentos, dos métodos de fabricação até os projetos de racionalização.

Toda medida suscetível de ter repercussões sobre os interesses dos trabalhadores deverá ser comunicada a eles 40 dias antes de ser adotada e eventualmente será submetida a consultas.

No caso das filiais não cumprirem com o dever de informar e consultar os sindicatos, que assumiriam assim funções inovadoras, tais obrigações são impostas às matrizes.

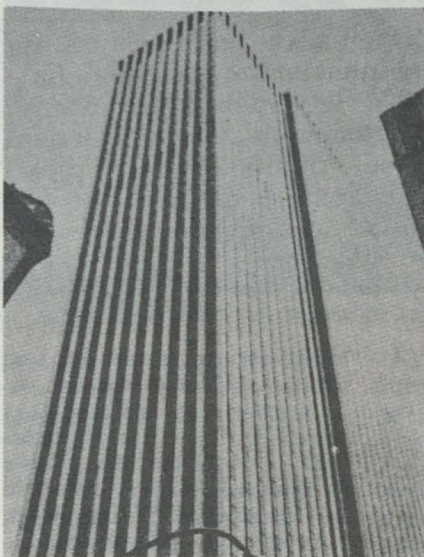
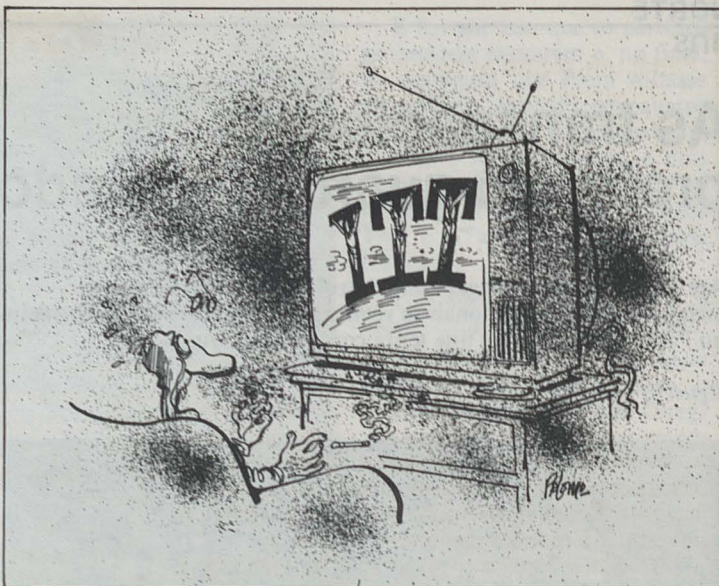
Alarme e pressões

As transnacionais norte-americanas são as mais alarmadas, o que não quer dizer que as européias estejam serenas. Mas as empresas dos Estados Unidos, favorecidas pelo "Plano Marshall" de reconstrução no pós-guerra, realizaram uma verdadeira invasão ao velho continente, onde contam com uma considerável massa de capitais (eurodivisas).

Foi precisamente essa expansão acelerada na Europa que multiplicou o campo de atuação das transnacionais (norte-americanas, seguidas das européias), que de forma sucessiva se estabeleceram virtualmente em todo o mundo, modificando em seu proveito o panorama da economia do planeta.

As empresas norte-americanas estão pressionando governos e parlamentares europeus, o Congresso e o governo dos Estados Unidos. Pretendem que o Congresso norte-americano aprove um conjunto de leis que as libertem das obrigações da "Diretriz Vredeling". Essas leis não teriam vigência sobre os territórios europeus, mas poderiam

Ilust. Palomo



As transnacionais, como a ITT e a General Motors (ao lado, a sede da GM em Nova Iorque), continuam atuando sem restrições

criar complicações jurídicas e provavelmente políticas. Simultaneamente, as transnacionais norte-americanas ameaçam retirar seus capitais do velho continente.

Mas a idéia de estabelecer algumas formas de controle tem amadurecido na CEE e é favorecida por uma circunstância: com a mudança da presidência das instituições comunitárias européias, entre 19 de julho e 31 de

dezembro desse ano, para o governo francês, e no semestre seguinte, para o grego, começa um "ano socialista" para a comunidade. Embora a presidência não seja decisiva, influi sobre as decisões do Conselho de ministros, e naturalmente os governantes socialistas de Paris e Atenas simpatizam com a idéia de que se comece a controlar as atividades das transnacionais, que até agora eram irrestritas. ●

comunicação

Pana: um sonho se torna realidade

O presidente da Organização da Unidade Africana (OUA), Daniel Arap Moi, em mensagem enviada ao diretor da Agência de Notícias Panafricana (Pana) — que começou a funcionar a 25 de maio passado — afirmou que a inauguração dessa agência é um "sonho que se tornou realidade".

A Pana é um *pool* de agências nacionais de imprensa dos Estados africanos e visa fornecer informações objetivas sobre a realidade do continente.

Diversos organismos contribuíram para que o projeto fosse levado adiante: a Unesco — 600 milhões de dólares — ajudou também na obtenção de equipamentos e na capacitação de jornalistas; o Fundo Árabe para as Nações Unidas (Agfun) comprometeu-se a contribuir com dois milhões de dólares e o governo da Alemanha Federal já investiu 2,5 milhões de dólares.

A agência deverá divulgar uma seleção diária de notícias a partir de sua sede (Dacar) e de seus cinco escritórios regionais (Cartum, Kinshasa, Lagos, Lusaca e, posteriormente, Trípoli).

O material será distribuído — em francês, inglês e árabe — através de uma estrutura de comunicações comum aos estados membros da OUA, dando-se preferência à informação sobre o contexto africano.

Chile: reabertura da revista Apsi

Com uma matéria dedicada à Nicarágua, começou a circular novamente a revista independente Apsi, cuja publicação havia sido sustada pelo Ministério do Interior chileno em setembro do ano passado.

De início, a revista tinha como objetivo a divulgação de temas internacionais, tendo ampliado sua cobertura a temas nacionais, o que provocou seu fechamento.

Seus editores assinalaram, que "para nós representa uma grave limitação não poder divulgar informações e opiniões sobre os acontecimentos nacionais, mas assumiremos transitoriamente esse obstáculo porque cumprimos um papel necessário(...)".

Seu diretor, Marcelo Contreras, manifestou que continuarão lutando para que seja levantada a interdição e que já apresentou um requerimento "para recuperar nossa seção nacional".

Caribe: reunião de ministros de Informação

Pela segunda vez, os ministros da área de Informação, além de especialistas no assunto, da

Comunidade do Caribe (Caricom) se reuniram, em fins de abril, na Guiana, para discutir os problemas da comunicação e informação no Caribe.

Ao inaugurar o encontro, o primeiro-ministro da Guiana, Ptolomy Reid, advertiu que a região caribenha deve estar atenta contra a utilização dos sistemas de informação e comunicação para minar o processo de desenvolvimento. "A informação tem sido utilizada como arma para distorcer e minar os processos do Terceiro Mundo", disse Reid.

O primeiro-ministro guianense assinalou o fato de que os países desenvolvidos dominam a ciência e a tecnologia para levar o homem à Lua, enquanto que os países do Terceiro Mundo, como os do Caribe, têm uma infra-estrutura que lhes permite, em matéria de comunicação, no máximo chegar até seus próprios povos.

Reid enfatizou que, por isso, o povo caribenho precisa cooperar no intercâmbio e na coparticipação nesse campo, para promover o desenvolvimento e estruturar o regionalismo. "A independência econômica, social e cultural exige uma mudança, mas essa mudança não pode acontecer a menos que as pessoas sejam informadas e educadas", assinalou Reid.

Durante a conferência, os ministros de Informação avaliaram os resultados dos quatro estudos que a Secretaria da Caricom tinha ficado encarregada de fazer, na primeira reunião desse tipo, realizada em 1980, em St. John's, capital da Antígua-Barbuda.

Os estudos analisaram como explorar as possibilidades de colaboração regional em matéria de comunicação, abarcando áreas como as de capacitação, intercâmbio de programas e contatos regulares entre pessoal de informação. Também se procurou avaliar o trabalho da Agência Regional Noticiosa do Caribe (Cana), criada em 1970, e formular recomendações para o problema das transmissões de rádio na região, que sofrem interferência das radioemissoras latino-americanas mais poderosas e das estações norte-americanas.

Jamaica: suspensão publicação de matutino

O segundo mais importante matutino do país, o jornal *Jamaica Daily News*, de propriedade do

comunicação

governo, foi posto fora de circulação, por tempo indeterminado, em fins de abril. Segundo o inventor do governo, Ken La Cruise, o passivo do jornal excedia consideravelmente o ativo: "Foi um milagre que ele tivesse funcionado tanto tempo".

Publicado pela primeira vez em julho de 1973, o *Jamaica Daily News* sempre enfrentou muitas dificuldades financeiras. Seus esforços para manter uma linha editorial liberal, em contraste com a forte defesa dos interesses comerciais e das causas conservadoras por parte do *Daily Gleaner*, conduziram o jornal a uma difícil situação. Passando com dificuldades os turbulentos anos do final da década de 70, em meio a intensas batalhas políticas entre o PNP e o atualmente governante Partido Trabalhista (JLP), o *Daily News* foi acusado de promover opiniões de setores esquerdistas.

Depois da subida ao poder do atual primeiro-ministro, Edward Seaga, em outubro de 1980, o governo ofereceu vender o jornal ao setor privado.

Os trabalhadores do *Daily News* formaram então uma cooperativa e se ofereceram para comprar o jornal, mas uma comissão encarregada da transação indicou que a oferta da cooperativa era muito baixa.

O partido oposicionista PNP exortou o governo a "procurar imediatamente o financiamento necessário para ajudar o *Daily News* a saldar suas dívidas pendentes". "Seria triste para o país que o governo deixasse fechar o jornal, levando o país novamente à época em que só havia um diário".

Apesar dos inúmeros apelos, o governo não voltou atrás, e o jornal permanece fora de circulação.

Alasei: mais perto de sua concretização

Com a participação de 13 países da América Latina e do Caribe, de organismos internacionais e especialistas em comunicação, foi realizada no início de maio, no Panamá a terceira reunião do Comitê de Ação do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela) para a criação da Agência Latino-Americana de Serviços Especiais Informativos (Alasei).

O projeto de criação da Alasei começou efetivamente em maio de 1981, com a formação do Comitê de Ação do Sela, embora suas origens estejam na Conferência sobre Políticas de Comunicação para a América Latina e o Caribe, promovida pela Unesco em 1976, em San José da Costa Rica.

Para o secretário-geral do Comitê de Ação, Germán Carnero Roque, o projeto da Alasei é "um ato de autêntica reafirmação da soberania da América Latina e Caribe, já que sua criação constituirá uma das mais vigorosas respostas do nosso continente à situação de dependência e dominação a que estão submetidos nossos povos e países no campo da informação". Carnero Roque disse ainda que a formação da Alasei "constitui uma ação descolonizadora, que nos permitirá alcançar um desenvolvimento autenticamente autônomo e endógeno, que permita que nós, latino-americanos e caribenhos, nos informemos em primeiro lugar sobre nós mesmos". Através da Alasei, os países da região poderão informar "os outros povos irmãos do Terceiro Mundo e dos países industrializados sobre nossa realidade e nossa problemática", enfatizou Carnero Roque.

O secretário-geral do Comitê de Ação destacou o apoio que a Alasei recebeu da terceira assembléia do *pool* de agências dos Países Não-Alinhados, realizada em Túnis, em novembro de 1982, e da reunião de responsáveis pelos escritórios de informação de organismos da América Latina, promovida em Lima, Peru, em dezembro passado. Carnero Roque ressaltou também o respaldo do último conselho intergovernamental do Programa Internacional para o Desenvolvimento das Comunicações (PIDC), que se reuniu em Paris, em dezembro de 1982.

A recente reunião do Comitê de Ação decidiu pela instalação no México da sede da futura agência informativa (o Panamá e a Venezuela também haviam se oferecido) e terminou com a entrada de dois novos membros de direitos plenos. Agora, além do México, Venezuela, Cuba, Nicarágua, Panamá, Haiti, Guiana, Granada, também o Equador e a Bolívia fazem parte do Comitê. Segundo se informou, três outros países — Argentina, República Dominicana e a Colômbia, que estavam participando na qualidade de observadores — ingressariam como membros de plenos direitos a curto prazo.

Uma das consequências mais importantes da reunião foi o fato dos países membros do Comitê de Ação terem concordado em dar uma contribuição de três milhões de dólares para colocar em funcionamento a Alasei.

Revolução na cultura

Promovida pela Cinemateca do MAM (Museu de Arte Moderna) do Rio de Janeiro, pela Caribe Comunicações, a Cinemateca Nacional de Angola e pela Universidade Federal da Bahia e com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, da Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes) e da Construtora Norberto Odebrecht, a I Mostra do Cinema Angolano percorre algumas capitais brasileiras, dando ao nosso país a oportunidade de assistir aquilo que se faz em termos de cinema nessa nação irmã. Um passo no sentido da aproximação de nossas duas culturas, que estão ancestralmente identificadas.

São 14 os filmes que compõem esta mostra: No caminho das estrelas (de A. Ole), Tempo muçulma (Festa do boi sagrado), Uma festa para viver (ambos de R. Duarte), Carnaval da vitória (A. Ole), Nascidos na luta vivendo na vitória (A. Rebelo), Leão da saudade (J. Jardim), Adeus à hora da partida (Fernando Henriques), Nelisita (R. Duarte), Um dia uma vida (A. Ole), Nós somos (C. Henriques), Agressões sul-africanas (realização coletiva TVP), Ponto da situação (Francisco Henriques), II Jogos da África Central (Beto Moura Pires), Ba-

lanço do tempo na cena de Angola (Ruy Duarte).

Em abril passado, coube ao Rio de Janeiro ver e aplaudir alguns exemplos da nova cinematografia angolana. Em maio, foi a vez da Bahia e de Brasília. Em junho, os filmes irão a Belém, Fortaleza e João Pessoa. Belo Horizonte, novamente o Rio de Janeiro e Niterói terão oportunidade de vê-los em julho. E, finalmente, em agosto, a mostra será realizada em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, dando assim oportunidade a que não só os centros culturais de maior importância do país (notadamente o eixo Rio-São Paulo) tenham a possibilidade de assistir a esse evento da mais alta importância.

Nas matérias que se seguem, uma visão mais detalhada de como esse acervo cinematográfico foi realizado ou está se realizando. Em "O pescoço da gazela" (imagem extraída de um poema de

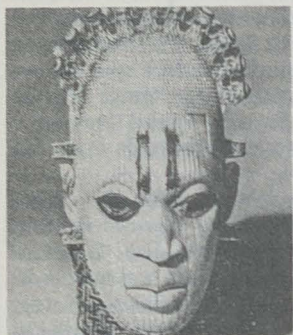
Agostinho Neto), Orlando Senna se coloca atrás das câmaras, junto com os diretores angolanos, e projeta-nos a imagem da nova Angola. Na outra, uma entrevista com Artur Pestana dos Santos — mais conhecido por Pepetela — fala-nos do atual processo cultural e revolucionário nesse país africano.



O pescoço da gazela

Numa linguagem carregada de emoção, o autor reflete suas viagens pelo país de Agostinho Neto e dá uma visão geral do que se fez e se faz em cinema, na Angola depois da libertação

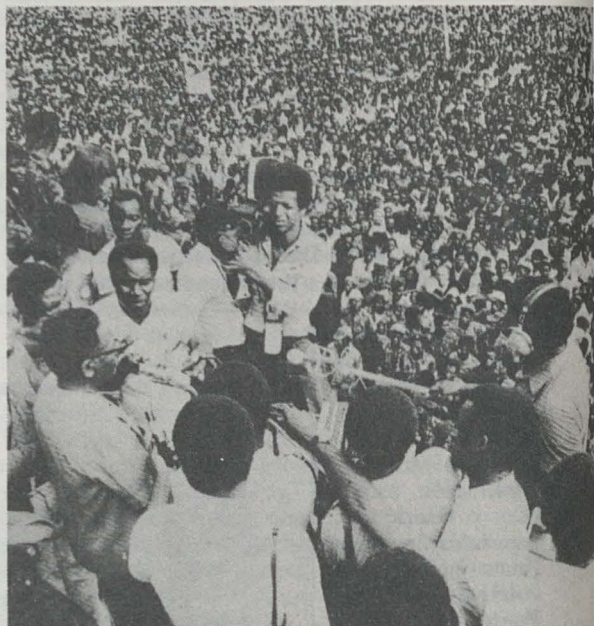
Orlando Senna



O último Festival de Figueira da Foz destinou o prêmio "Glauber Rocha" ao filme angolano *No caminho das estrelas*, poema audiovisual de Antônio Ole, cuja câmara sempre em movimento busca na realidade do país o contra-campo da vida, do pensamento e

da arte de Agostinho Neto, poeta-comandante militar que encabeçou a luta pela libertação, arquiteto da Angola independente. Uma viagem de norte a sul, de Cabinda ao Cunene, cruzando em vôo lento as savanas, florestas, rios, aldeias, num impulso pontuado pela imagem e pela voz de Neto em momentos essenciais de sua história, da história de seu povo. Imagens complementadas pelo áudio, poemas de Neto, seu discurso sobre cultura popular, fio que vai unindo um intercurso a outro, tecendo, cerzindo sobre superfície espelhada, perseguindo o ângulo onde o plano possa refletir com exatidão o contraplano. O autor me falou sobre a lírica da África: "quis encontrar em Angola o aspecto lírico de Neto, o lirismo africano; quis encontrar a resposta disso *in loco*, com as pessoas".

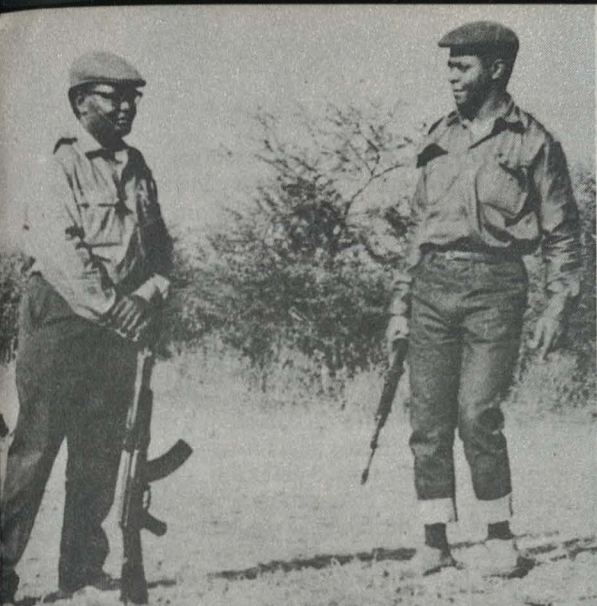
Expressão africana: buscar a posição exata, o difícil único ponto-de-vista, de onde é possível perceber o que está oculto sob as aparências, o que os olhos colonialistas não viam, impediram de ver — a lágrima no mar, o soluço no trovão. Neto teria percebido o caminho das estrelas em horizonte de luz, trilha seguindo "pela curva ágil do pescoço da gazela/sobre a onda sobre a nuvem"¹. Em *Mayombe*, obra mais recente da fecunda literatura angolana, o romancista Pepetela fala do caminho no deserto, fronteira entre a verdade e a mentira, "um caminho de areia no meio da areia".



— Um cinema que acompanha o cotidiano angolano...

O cineasta Antônio Ole, também o pintor mais importante de Angola, traz uma contribuição plástica, envolve em cores e volumes com rara sensibilidade um cinema nacional que acaba de completar 7 anos de existência, a mesma idade da República Popular de Angola, instalada em 1975. Começou a pintar muito cedo e antes de chegar aos 20 anos, no início da década de 70, enfrentou a fúria do poder colonial por causa dos seus quadros — "meu tipo de imaginário era muito ligado a uma modernidade européia, aquilo que vem de Duchamps, Picasso, Bréton, as referências do próprio colonialismo, mas eu era um pintor incômodo porque demasiado sarcástico. Meus quadros ganhavam prêmios em exposições de arte moderna e eram imediatamente proibidos, enquanto prosseguia a luta pela independência, com os artistas e intelectuais engajados na frente e na retaguarda da guerrilha ou

¹Trecho de um poema de Agostinho Neto



...na concretização do ideal de Agostinho Neto

prisioneiros em campos de concentração. Esse percurso vai até 25 de abril de 1974. Com a libertação de Angola, interroguei-me. O que vinha fazendo estava gasto, não refletia o que se passava à volta. Meti-me num estudo sobre sinalética africana, os sinais me interessavam sob o aspecto gráfico e ao mesmo tempo mitológico, sob o aspecto das respostas culturais que poderiam oferecer no contexto social, político, humano, da nova Angola. Além de pintar, eu também fotografava, e frequentava assiduamente o cineclube da Universidade de Angola. Nunca tinha pegado em câmara, a vontade de um dia experimentar foi crescendo à medida que os acontecimentos em Luanda, em todo o país, me revelavam o ritmo das grandes multidões, a dinâmica e o calor das grandes emoções populares. A possibilidade apareceu em março de 75, com um concurso para realizadores na Televisão Popular, que estava sendo organizada nessa altura pelo Luandino Vieira”.

Instrumento de libertação

Após 14 anos de luta armada o MPLA — Movimento pela Libertação de Angola — assumiu o poder em novembro de 1975, sob a liderança de Agostinho Neto. A instalação do novo Estado africano independente aconteceu em meio a sangrenta guerra intestina. Um ano depois, a ofensiva do MPLA terminava com a resistência da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e da Unita (União Nacional para a Independência Total de Angola), está última chefiada por Jonas Savimbi, apoiado pelos Estados Unidos.

Angola admitida na ONU, assina tratado de amizade e cooperação com a URSS, o movimento

guerrilheiro transforma-se em MPLA-Partido do Trabalho, são reorganizadas as Fapla-Forças Armadas para a Libertação de Angola — e tem início a reconstrução do país arrasado, cujo projeto é o socialismo. Em 1977, uma tentativa de golpe de estado, com a cisão de alguns chefes militares, um saldo de 100 mortos em Luanda. Na mesma época, com recursos da África do Sul, a Unita de Jonas Savimbi reaparece, ocupando as cidades perto da fronteira com a Namíbia.

É a chamada “Questão da Namíbia”, que incendeia toda a África Austral e explode em cima de Angola, que apóia e dá refúgio aos militantes da Swapo, organização de libertação da Namíbia. Sob a alegação de destruir bases da Swapo, a África do Sul invadiu e ocupou em 1979 parte do território de Angola — a província do Cunene, ao sul — e forneceu meios para que a Unita ocupasse a província de Huambo, o maior parque industrial do país.

Em setembro de 1979, morre Agostinho Neto, substituído pelo atual presidente José Eduardo dos Santos. Desde então, nas duas frentes de combate, a situação cresceu em violência: na frente do Huambo no centro-sul do país, frequentes massacres de aldeias pelos guerrilheiros e mercenários da Unita e bombardeios aéreos da aviação sul-africana; e a frente do Cunene, no sul, onde a mais sofisticada tecnologia de destruição é utilizada e testada. Os angolanos pretendem vencer. E desde 1975 filmam tudo, fazendo do cinema um instrumento de libertação.

Câmara/metranca

Um rolo de filme em liga de bronze, com inscrições em relevo dos últimos fotogramas. É o prêmio “Glauber Rocha” sobre a mesa de trabalho de Luandino Vieira, na sede do Instituto Angolano de Cinema, em Luanda. Primeiro reconhecimento internacional importante, que calhou como presente do sétimo aniversário desse cinema que já produziu 200 filmes curtos, médios e longos, em película ou videoteipe, agora somados aos projetos da Televisão Popular e do Laboratório de Cinema. Na milenar e jovem África, os heróis são militares e poetas, poetas-militares muitas vezes. Em Angola circulam veteranos de 100 batalhas com menos de 20 anos de idade. Os intelectuais estão no poder. Nos ombros e nas cabeças, uma pesada tarefa de criar o socialismo humanista de Neto, enquanto o mundo desaba. A fórmula encontrada foi o partido único, marxista-leninista, com liberdade de expressão. O grande desafio é equacionar o passado e o futuro, e a ideologia, num momento que o mundo ocidental franqueia as portas de seu terceiro milênio. A guerra de libertação foi um passo. Agora, o tormentoso segundo passo, ainda guerra — pé suspenso sobre minas e mísseis. O terceiro passo, a paz — uma incógnita.

Luandino Vieira, o maior nome da literatura angolana, escreveu no início dos anos 60 o seu *Luanda* nas prisões da Pide, a polícia política portuguesa, no qual fala das favelas (os *musseques*), um povo digerindo e cuspidando diferente o português europeu, engatilhando sua nova língua, o "portangolano". Diz Luandino: "a intenção era demonstrar que o nosso povo se expressava de maneira independente, que nada mais nos ligava aos portugueses". *Luanda* explodiu em Lisboa. Salazar, então no poder, fechou a Sociedade Portuguesa de Escritores. Luandino aguentou 12 anos de campo de concentração, no inferno de Tarrafal, onde escreveu outros livros, com um toco de lápis e trapo de papel, sob a luz de uma vela subversiva. Na selva, a guerrilha empurrava os "tugas" para o mar, enquanto Agostinho Neto com metranca² AKA na mão e esferográfica na outra, era a trilha de luz na luz.

Angola independente. Lúcio Lara, fundador do MPLA, encarrega Luandino de organizar a Televisão Popular. Luandino conta que lhe respondeu: "mas eu nunca entrei num estúdio de TV!" Corre a lenda que Lara teria comentado: "ótimo". O governo colonial havia montado uma telemissora. Os guerrilheiros entraram, pegaram câmaras e começaram a filmar: mar humano na entrada vitoriosa em Luanda, o povo em armas contra a FNLA e a Unita e seus mercenários. Torvelino, alegria, suor e dor sob as bombas. Os sul-africanos invadem o país.

Há um filme, *O golpe*, sobre o episódio do Fracionismo em 1977, numa tentativa de tomada do poder — a equipe de filmagem saindo da Televisão para um longo trabalho, o realizador Francisco Henriques se despedindo de Luandino na porta, quando notam a aproximação de carros blindados e uma voz no megafone gritando-lhes "rendam-se". Na confusão da surpresa, Henriques dispara a câmara, ficam sob o fogo, guardando a Televisão Popular de Angola. Fininho dispara seu fuzil. Na tela, um blindado se aproxima, aponta o canhão e se desvia. Um oficial golpista ordena a Henriques que suba no blindado e filme; na tela, o outro lado da história. Horas depois, o MPLA controla o motim, recupera o blindado. Henriques volta a filmar com seus companheiros, acompanha o desenrolar dos acontecimentos até a prisão do último implicado no interior do país. Um cinema que se faz assim, no gerúndio. A Televisão Popular funciona a toda força. Em 1979, uma nova missão para Luandino: montar o Instituto de Cinema, que desenvolve seu trabalho estribado no Laboratório (produção), na Cinemateca e em uma empresa que controla a distribuição e o mercado de compra-venda no exterior.

²Metralhadora

Ano zero

Antes de 1975, existia uma estrutura precária, um pequeno laboratório e algumas câmaras servindo à propaganda do poder colonial. Com acesso difícil a qualquer tecnologia da comunicação, os jovens angolanos eram impedidos de se aproximarem principalmente do cinema. Há casos isolados, alguns Super-8, poucos cassetes vistos em salas clandestinas. Tudo isso se perdeu completamente. O novo processo começou com a televisão popular. Antônio Ole, Francisco Henriques e seu irmão Carlos, o poeta Ruy Duarte de Carvalho, o desenhista Asdrúbal Rebelo e outros ainda mais jovens — praticamente saindo do liceu e do exílio — atenderam à convocação de um concurso para realizadores. A primeira fornada do cinema angolano nasceu ali. Para o aprendizado básico, lançaram mão da equipe francesa que cobria os acontecimentos históricos, iniciando o "beabá" das lentes, focos e plugues, absorvidos em ação, aprendendo fazendo. Sem mistério, os que se interessaram empunharam câmaras e como já tinham visto centenas de filmes norte-americanos, muitos franceses e italianos, alguns portugueses e brasileiros, já sabiam e conheciam o que era o fenômeno "ver-ouvir". O resto estava se movendo em línguas de fogo nas ruas e campos, no sangue libertário.

Foram então organizadas mini-unidades de produção com três pessoas: o câmara, o operador de som e o coordenador ou realizador. Eventualmente, um assistente, que logo depois integraria uma nova unidade. Filmaram a guerra e em torno dela, os anos de maior animação e ação do povo, na sua vontade de fazer um país. O material é vastíssimo, tanto que não houve tempo de ver tudo. Há uma sala no Instituto cheia de latas, centenas de milhares de metros de sons e imagens dessa época, ainda inéditos. Outras centenas de milhares de metros foram imediatamente veiculados pela TV ou serviram à composição de projetos orgânicos como *Angola ano zero* (do qual faz parte *O golpe*) e *Sou angolano trabalho com força*, sobre as diversas atividades produtivas, as reivindicações camponesas e operárias, a luta pela superação da crise que perdura até hoje. A série desperta no cidadão o direito de abrir a boca e o poder que advém disso. Película e teipe, duas técnicas rolando de acordo, lado a lado, colocando estoques que tinham no momento. De 1975 a 1978, o nascente cinema angolano (aqui, enfim, impossível separar o cinema da televisão) panoramiza e detalha a humanidade do novo Estado que aflora de muitas nações tribais, cinema que fala portangolano, *kimbundo*, *umbundo*, *mumuila*, *fiote* e acompanha o gesto mágico dos *kimbandas* e o bater dos pistões fábris, uma espiral de emoções no giro da sonda petrolífera deflorando o solo, rodopio dos aviões escapando do inimigo, os



"Carnaval da vitória": a reconquista pelo povo dessa festa proibida há 20 anos pelos portugueses

cornos em lira da *impala*³..

Kynocyclo, cineciclone: *Uma festa para viver, Sacode o pó da batalha, Está tudo sentado no chão, Como foi como não foi, Faz lá coragem camarada, Adeus à hora da partida, Hoje é hoje, Nós somos, Construir lutando, Terra, Resistência popular, Aprender para melhor servir, Velhos tempos novos tempos, A luta continua.* Preto-e-branco e a cores. A primeira fase também foi de agitação e propaganda, principalmente nos dias mais difíceis da agressão interna em 1976: filmes-estampidos, panfletos curtos transmitidos pela TV e exibidos no interior do país em camionetas do Cinema Volante.

Por vocação internacionalista, acompanha os movimentos de emancipação do Terceiro Mundo, observa a evolução histórica dos países vizinhos da África Austral. No Saara, em 1977, Raúl Correia Mendes fez *A coragem vem do vento*, uma guerrilha *tuareg*⁴ contra *mirages* do Marrocos, a vida nas áreas libertadas pela Frente Polisário, a juventude efervescente da República Árabe Saaraui Democrática, agora reconhecida pela ONU. *Revolução Revolução*, de Vítor Henriques, em 1978, a espantosa energia do povo palestino na sua luta cotidiana, a maneira como esse povo sonha e programa as formas futuras de um país que seja a sua pátria. Num impulso fraternal de coparticipação, o homem

novo faz do mundo a sua casa, o mundo meridional, o cinema angolano ampliando o horizonte acima dos imbondeiros⁵. Tudo indica que manterá o interesse panafricano como uma das tantas de suas vocações. Em 1980, Carlos Henriques fez *Viva Zimbábue*, a retirada dos ingleses de sua ex-colônia, a Rodésia, de onde os oficiais de *her majesty* recolhem sua bandeira cheia de encruzilhadas e onde uma outra deslisa mastro acima com suas faixas paralelas multicores e preta. Fim da Rodésia e a eclosão da República do Zimbábue, a multidão negra cantando em uníssono a alegria em desafio, dança de braços levantados, passos à frente: "vocês perderam, vocês perderam". Viva a África!

Intercâmbio

Os colonialistas construíram grandes casas de exibição ao ar livre nas maiores cidades, principalmente em Luanda. "Única coisa boa que fizeram", dizem os responsáveis pelo setor. É um tempo de guerra, cinemas cheios toda a noite, o ingresso é barato como a maioria dos produtos culturais em uma economia alucinada. O cinema nacional ganha de longe em preferência, mas não é bastante para o consumo diário. São exibidos filmes do Leste Europeu, URSS, Cuba. Alguns franceses e italianos e poucos norte-americanos, negociados com dificuldades porque Angola não compra lotes de fil-

³ Animal da mesma família do antílope

⁴ Povo nômade do Saara

⁵ Árvore africana, típica da região

mes como exige o mercado ocidental, escolhe alguns que interessem — como *Missing* (“Desaparecido”), recentemente pinçado de um pacote de baixo nível que obrigatoriamente o acompanha.

Pelos laços genéticos, históricos e culturais (reavivados no apoio material e político de Brasília ao governo de Luanda desde o primeiro dia da República Popular), o cinema brasileiro é a segunda maior preferência embora pintando eventualmente nas telas. Sabe-se que os recordes de audiência das telenovelas e das séries da rede “Globo” exibidas na Televisão Popular, despertam discussões nas festas de fim-de-semana, quando o angolano tira suas licenças da frente de combate. Também devido ao sucesso de duas mostras do cinema brasileiro nas principais cidades, na última semana de 82: multidões superlotaram o grande anfiteatro Miramar em Luanda, onde houve até intervenção policial para organizar a massa — o prazer de ver-ouvir o colorido Brasil das penúltimas produções, *Bye, bye, Brasil*, *Eles não usam black-tie*, *Gaijin* entre outros, o único cinema nacional de expressão portuguesa com idade e porte planetário, o natural mercado de intercâmbio cultural.

Música/agricultura

A partir de 1978 cada grupo de trabalho, cada cineasta da Televisão Popular começa a descobrir e revelar suas inclinações, tendências para determinados temas, abordagens, um certo jeito de filmar, suas opções artísticas. A segunda fase tem a velocidade da história, daí a necessidade de fundação do Instituto de Cinema, organismo de produção sem o imediatismo da TV. Diz Ole: “havia tudo por fazer, não só cinema informativo e político, de conscientização, mas também a coleta de toda uma tradição oral, as várias emanções culturais que estavam sujeitas a uma transformação muito brusca. Algumas pessoas optaram por um trabalho de intervenção imediata, registrando os acontecimentos com intuito de compor mais tarde um afresco histórico, a virada gradual para uma sociedade socialista”.

Ole ligou-se à cultura popular urbana. *Carnaval da vitória*, de 1978, é a reconquista pelo povo dessa festa proibida desde o início dos anos 60 pelos portugueses ao descobrirem um corrosivo humor contra o poder colonial sob as alegres fantasias, danças e cantos. Quase 20 anos depois, grupos carnavalescos conseguem se reorganizar em meio a dificuldades de toda ordem e saem às ruas saudando o novo tempo. Ole documenta, sua câmara-pincel retratando o reaproveitamento de velhas “fardas” dos carnavais dos anos 50 guardadas em baús e a utilização de qualquer coisa numa época em que não havia tecidos no país (aliás, a crise continua) para inventar novos trajes, materiais inéditos

aparecendo do nada, transmutando em cores e brilhos, imaginação e mãos hábeis fazendo estrela de uma cruz — explosão plástica, emoção da dança na avenida. Em 1979, *Ritmo do Ngola Ritmos*, o lance mesmo rumo à recuperação de manifestações culturais de massa, dessa vez o cinema como agente provocador: Ole reuniu os componentes do histórico “Ngola Ritmos”, grupo musical de imensa popularidade na década de 50, modernizador revolucionário calçado em profundas matrizes africanas, dissolvido pela Pide ao perceber, no sentido das canções em *kimbundo*, um convite de incitação ao levante popular contra o invasor. Alguns elementos foram presos, outros sumiram na clandestinidade. Sobreviveram todos e Ole os reuniu para conversar, cantar e reviver.

Em seguida, *No caminho das estrelas e Conceição Tchimbula, um dia uma vida*, já em 1982, quando abandona as cidades do litoral e mergulha território adentro, caçador de imagens. Conceição Tchimbula, mulher angolana igual a milhares de outras, agricultora, com o filho caçula ensacado às costas, dormindo ao balanço da mãe na enxada, que sobe e desce. Como milhares, enfrentando a precariedade dos serviços públicos, as dificuldades de acesso à medicina gratuita, longas caminhadas pelos afro-sertões correndo o perigo de encontrar “fantoques da Unita, cortadores de cabeça”, a enxada sobe e desce, onde todos se tratam de “camarada”. Ole inquieto, experimenta novos processos de criação coletiva, uma evolução das primeiras unidades de produção da TV: agora, coordena o grupo na realização de *Mano Dibango*, filme sobre música e revolução. Projetos para o futuro: “a aprendizagem pela vida do cinema direto foi tão importante, uma carga tão grande, que é difícil superar; mas interesse-me nesse momento pela ficção. Estou envolvido no projeto *Mayombe* (ver entrevista com Pepetela nesta edição) e penso filmar a biografia de Neto. Não tenho pressa. Pintura e cinema exigem muita energia”.

Crianças e canhões

Asdrúbal Rebelo ocupa-se da infância e da juventude, aprofunda o tema marcante de sua personalidade desde 75, quando realizava programas infantis na TV Popular e filmes como *Velhos tempos novos tempos*, que trata da relação dos “miúdos” com o espaço geográfico que habitam. *Nascidos na luta vivendo na vitória*, de 1978, relata a participação dos “pioneiros” na luta de libertação e de reconstrução nacional. “Pioneiro” é o nome dado em Angola para a criança participante, em sua decisiva atuação na guerrilha, em suas missões de espionagem e sabotagem, hoje peça fundamental no programa Edificação das Bases Materiais e Espirituais do Socialismo. A OPA (Organização dos Pio-

neiros Agostinho Neto) trabalha nos alicerces de um projeto maior ao lado dos trabalhadores da Unta (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos), das mulheres da OMA (Organização das Mulheres Angolanas), dos escritores da UEA (União dos Escritores Angolanos) e dos soldados das Fapla. Uma das tarefas hoje dos Pioneiros é recuperar, abrigar e educar milhares de crianças órfãs, desgarradas pela guerra. Sobre estes, Rebelo fez em 1981 os *Filhos da rua*, depois de buscar o olhar da infância em *O balão*.

Como Rebelo, Carlos e Francisco Henriques seguiram os primeiros impulsos de 75, em linha evolutiva. Tratam da mais-que-importante questão da defesa nacional: "é dever fundamental de toda Revolução defender-se". Das primeiras imagens, a série *Angola ano zero*, até *Agressões sul-africanas*, de 1981, uma obra coletiva, desenha-se a opção cinema/arte antiimperialista, um artefato da defesa popular. Filmam a luta direta contra os exércitos neocolonialistas em África, a câmara participa da ação: *Asas da revolução canhões da liberdade*, de Carlos, relata a batalha nos céus da Cahama em 1979. *Quero ser soldado*, de 78/79, do mesmo Carlos, acompanha e analisa a transformação do exército da guerrilha em exército nacional moderno, tudo como acontece. Como pode nascer um novo militar, guardião da paz.

Mutantes

Ruy Duarte de Carvalho investiu seu múltiplo talento no projeto documental de grande fôlego com a população da província de Huíla, onde viveu a maior parte de sua vida: *Presente angolano/Tempo mumuila*, 10 filmes totalizando cerca de seis horas de atilada observação poética desse encontro, o que sempre foi e o que será, uma interpenetração cultura-socialista-científica/cultura-tribalista-arcaica no cotidiano da comunidade que pouco a pouco assimila a presença da câmara que nunca pretende interferir.

Fala Ruy: "expor apenas, talvez, garantir ao filme uma autonomia que lhe permita simultaneamente revelar-se válido como cinema, útil como referência e fiel como testemunho. Talvez assim se consiga estabelecer uma delicada zona de compromisso entre quem fornece os meios de cinema, quem os maneja e quem depõe e se expõe perante os mesmos".

Cinema etnográfico? O próprio Ruy se pergunta, trabalhando sobre dados etno-antropológicos "mas vivos ainda e portanto atuantes no terreno do confronto cultural, social e político entre um passado cujas fórmulas se mantiveram para além e apesar da ação colonial e as propostas de futuro que o tempo e os tempos inexoravelmente im-

1983 — junho — no. 55

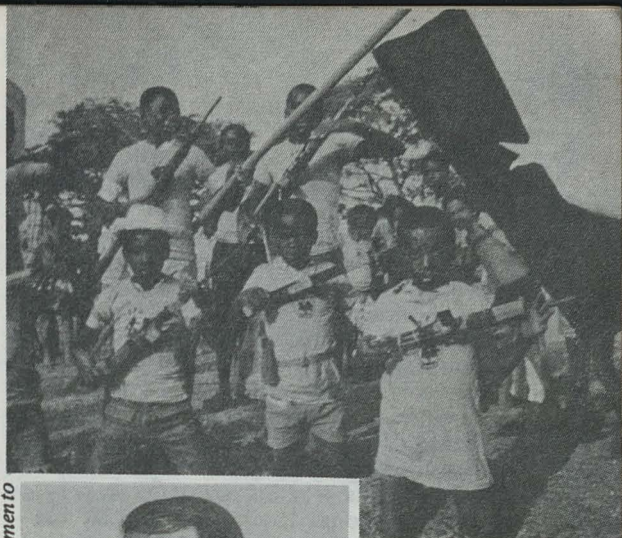
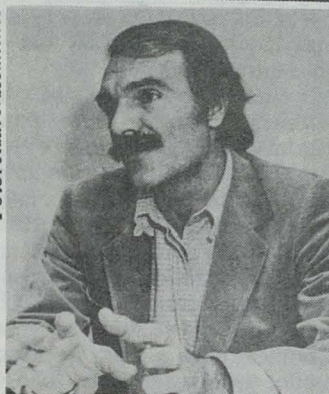


Foto: Raul Nascimento



Os pioneiros da OPA, são peças fundamentais na atual fase do processo. Ao lado, Luandino Vieira

põem". A comunidade *mumuila*, uma coesa identidade em torno do feiticeiro *kimbanda*, ritualística, coexiste próxima à Universidade em Lubango, a poucos quilômetros, e sua missão modernizadora. Kambia, um *kimbanda*, dialoga com um psiquiatra de Luanda sobre magia e medicina. Visões de mundo, a dos anciãos do antigo reino do Jau, nascimento do homem, mistério da alma e da palavra, rito de trabalho dos estudantes de Lubango, ciência, forças produtivas, conflito de gerações.

Espelho em chamas

Antônio Ole e os irmãos Henriques estão hoje com cerca de 30 anos, Asdrúbal Rebelo ainda na casa dos 30 e Ruy Duarte de Carvalho acaba de dobrar a casa dos 40 e é o mais velho, o "cota" da primeira fornada que nesse entremeio pariu uma nova geração: João Jardim saltou do programa quinzenal de TV *Tempo jovem* para recompor a história recente. Seu *Leão da saudade* traça o perfil do herói nacional Hoji Ya Henda; Carlos de Oliveira vai em close sobre a velha Vavó Fuxi, em *Drama*, sofrimento pela lembrança de filhos assassinados um a um pelo governo colonial até o dia, em 1956, em que o povo se levanta: Vavó Fuxi, a vingadora. Nas entre-imagens documentais, pouco a

terceiro mundo - 85

pouco brotam flores elásticas, sementeira do imaginário.

Salto para a ficção — dizem os angolanos hoje — na sua ânsia e necessidade de expansão da linguagem do sonho: soltar rédeas, destravar freios, histórias da história, boca do povo e literatura, negro que sai do negro brilho, comportas revolucionárias da invenção. Os jovens cineastas se exercitam, descobrem técnicas para escrever cenas e diálogos, tudo tão novo, nomeiam nova peça de *cenário*, *guião* ou *roteiro*, indefinidos entre terminologia francesa, portuguesa, brasileira. Na avaliação dos 200 filmes realizados até o momento, um registro empolgante da realidade, difícil para eles, causa efeito, sujeito/objeto, câmara na frente do espelho ardente. O cinema bebe do povo, o povo bebe do cinema, não há como dissociar em Angola, mas — o que pensam os olhos estrangeiros?

Vejo muitos filmes em Luanda, um turbilhão de imagens e sons, nascimento de uma nação, pura adrenalina. Sinto lágrimas quentes e eles me perguntam: “não dizes nada, *pá*? é bom ou ruim? por acaso o que fazemos é Cinema? Se calhar, sê impiedoso, queremos duras críticas”. Não alimento papo epistemológico diegética euro-norte-americana, regras aqui não valem, quando Cinema é reinventado sob balas: se faz, linguagem revelada. E nos pega pelo pé e pelo coração se somos sãos, se acreditamos que o homem novo é capaz de achar linha d’água no oceano, verdade no verde, tobogã no éter, montanha russa é pescoço de gazela onífrica, transorizonte. Fundo e forma, idioma universal, língua luz do homem. Câmara na mão, metranca na outra, África na cabeça.

Moviola

Em fase final, três longas, todos em preto-e-branco, este ano estarão nas telas e vídeos contanto histórias que o público reconhecerá como familiares. Opção para o claro-escuro, quando as cores já marcam a expressão do cinema angolano, as tintas de Antônio Ole, os matizes fortes dos Henriques, a sobrimpessão das nuances de Ruy Duarte de Carvalho, justamente um dos três que se lançam à aventura ficcional. Quiseram o preto-e-branco, a nitidez pela redução, avançam cautelosos por terreno desconhecido. O fictício emerge do real. Com sua gente *mumuila*, após quatro anos filmando *Presente angolano*, Ruy compôs *Nelisita* a partir da tradição oral, nascimento e militância do semideus mitológico Filho do Povo, e seu defensor, lenda que se desdobra na atualidade, a montagem — máquina do tempo — transformando carro-de-boi em caminhão, elefante em motocicleta. Pessoas da tribo encenam para a câmara e para si mesmas, atores naturais, o teatro sempre em suas vidas, repassam o exercício ritual em novo veículo: vivem e interpre-



tam Nelisita e sua mãe, espanto ao encontrar um depósito de alimentos no deserto, espanto quando o padrao tenta controlar o semideus, a maldade dos espíritos de olhos escuros que escondem comida e escravizam os homens e que são vencidos por Nelisita mas podem voltar a qualquer momento.

A fita corre na moviola: primeiro longa de Orlando Fortunato, numa reconstituição do massacre de Ícolo e Bengo em 1960, estopim de uma ofensiva guerrilheira. Fala Fortunato: “nossa equipe faz ficção documental interferente”. Vendo *Memória de um dia*, entendo a definição do âmbito e da utilidade social do cinema, não importa a época — o atemporal Nelisita ou a data do massacre em 60 — o foco está na ponte entre o hoje e o amanhã. Entendo que a guerra não acabou, o slogan a vitória é certa, que ficção/documental é cabeça de arpão que inter/fere. Em *Memória de um dia*, a ponte é Agostinho Neto, personagem que não se materializa mas está sempre presente, pois sabemos que se encontra no interior do automóvel seguido pela Pide, rolando nas estradas: Neto visita sua aldeia, onde exercera a medicina durante muitos anos e na volta a Luanda é preso. O povo da aldeia vai até o Comissariado saber da razão e é recebido à bala: mais de 50 mortos espalhados pela rua e muitos mais, todos os mártires, um longo *travelling* de mudo espanto. Alguns atores amadores, sendo que a maioria nunca viu uma câmara, fazem o povo da aldeia, os colonos portugueses, a história sendo alinhavada pelo velho Kimbinga, sobrevivente do massacre, num monólogo interior enquanto passeia pela história, Kimbinga ele mesmo e personagem.

Terceiro longa na moviola, com título em *kim-bundo*, *Kiala mukanga* (“Está à vista”), sobre o mercado paralelo que devora a economia nacional, a “candonga”. Há o mercado oficial controlado pelas leis do Comércio Interno, há salários e estabelecimentos para distribuição dos produtos bási-

cos, atingindo menos de 20% da população; e há a “candonga” descontrolada, onde a *kwanza* (moeda nacional angolana) vale no mínimo 100 vezes menos, feita abertamente em mercados populares por quitandeiras que não devolvem o dinheiro ao banco ou à circulação, mas guardam em garrações, o que gera uma inflação incalculável. Uma chaga na economia de guerra, tema de Ritz Ruivo Alves e Fininho, vistos algumas linhas atrás de fuzil na mão cobrindo a câmara de Henriques em *O golpe*. Ritz e Fininho assinam conjuntamente o *Ngenji* (andarelo), exercendo a sua liberdade de expressão, chave do socialismo humanista sonhado por Neto. Escrito direto para o cinema, com implicações políticas e ideológicas, *Kiala mukanga* vai fundo na denúncia das distorções do processo: um casal de namorados camponeses; ela sonha com grandes cidades no litoral e um dia parte; ele não pretende sair; ela se chama Mingas e em Luanda passa a viver com um cooperante estrangeiro, a semiprostituição para evitar a fome; o namorado camponês compra um caminhão e aparece em Luanda à sua procura. Mete-se na “candonga”, testemunha a corrupção dos fiscais, os trambiqueiros, as mutretas à sombra das batalhas, o país sendo corroído por dentro; encontra Mingas, já parte desse mundo, que lhe propõe um triângulo com o cooperante: o amor se desfaz em desencanto. Ele volta para o campo e fala ao amigo: “Mingas está perdida, fica com os dólares do americano”.

Expressão nacional

Ao cinema, incorporam-se o teatro e a densa literatura angolana. Cineastas se aproximam dos escritores, fazem contato com grupos teatrais amadores que mostram o dia-a-dia popular e se expressam no canto e na dança. Existe o “teatro experimental”, jovens trabalhando expressão corporal, criações coletivas, iluminação moderna — menos curtidos, pois o público acha exótico e prefere os espetáculos do tipo cotidiano da vida. Não há tradição do teatro europeu: o famoso grupo “Gesto” dos anos 50, juntamente com o “Ngola Rhythms” excluiu essa influência por definição de princípios, laborando a modernização via linha angolana. Caminho idêntico do grupo “Ngongo”, navegando nos tempos perigosos do fim dos anos 60 e começo dos 70, falando *kimbundo* para não ser destruído, um teatro vertical de resistência criado sobre formas dramáticas tribais, dançando sobre o fio da catana: “Ngongo” significa *natureza* e *sufriemento*, dependendo da acentuação: força e dor. Após a independência, surge o grupo Xilenga, com informação brechtiana, com espetáculos da atualidade africana.

Para este ano, o projeto da criação da Escola de Artes Cênicas e a produção do filme de grande fôleto 1983 — junho — no. 55



go, uma adaptação de *Mayombe* com o elenco a ser preenchido com atores de várias idades. Romance de maior evidência hoje em Angola, com personagens de forte identificação popular: a guerrilha de libertação na grande floresta do norte, em Cabinda, escrito em ação por Pepetela (ver entrevista).

“Estamos aqui investindo em uma expressão cinematográfica nacional”, diz Luandino Vieira. Quadros: a grande nação angolana e o resultado da interligação sócio-cultural em cadeia de diversas

nações tribais, oriundas principalmente das culturas *kongo*, *tchokuê* e *yaka*, numa aglutinação consolidada desde o século 17 pela rainha Jinga, líder legendaria da primeira grande ofensiva de libertação contra os colonialistas europeus. São mais de uma dezena de idiomas africanos, ditos "línguas nacionais", falados no país e no rádio, TV, filmes, geralmente legendados em português, idioma escolhido como oficial por ser estrangeiro, por ser "de fora" e servir de referência geral à sociedade poliglota. Um caminho sonoro no alarido, um inesperado contraplanos: a língua do colonizador expulso serve de instrumento de integração nacional ao ex-colonizado. Aí vem o falar do povo, aqui e ali a sintaxe *kimbundo* em cima da "última flor do Lácio", sintéticas afropalavras brotando na conversão ibérica, o *pa* dos poetas lavrando o eito da invenção, sempre citado o exemplo da língua brasileira cada vez mais distanciada e independente da *mater*

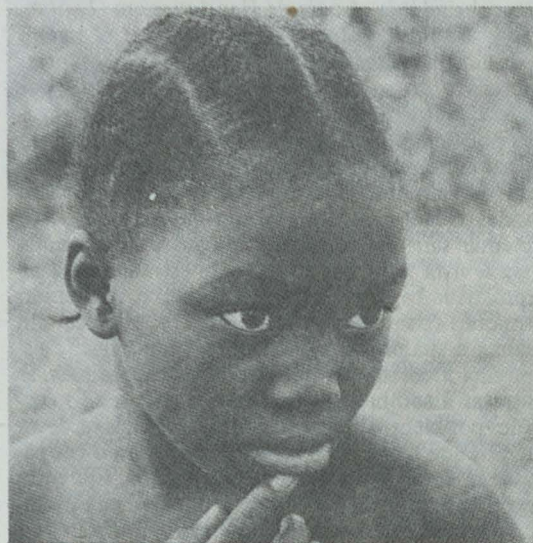
europeia. Línguas nacionais e portangolano, porto livre. Linguagem: como o povo se expressa ao nascer uma nação, ao quebrar o ovo? Como articular modernamente a sabedoria milenar africana violentada durante cinco séculos por uma brutal ocupação imperialista? Nesse contexto, nessa textura, a importância ímpar do Cinema para a nascente nação angolana, linguagem sem fronteiras, a própria solução de Babel.

8º FESTIVAL DE CINEMA AFRICANO NO ALTO VOLTA

☐ O maciço comparecimento do público e uma significativa participação de cineastas africanos marcaram a realização do 8º Festival Panafricano de Filmes (Fespaco), promovido em Uagadugu, capital do Alto Volta, de 5 a 13 de fevereiro passado.

Como era esperado, o prêmio de melhor filme coube a *Finye*, do malês Souleymane Cisse, uma dramatização da greve de estudantes no Mali, em 1979. Wend Kuuni, curta-metragem de Gaston Kabore, do Alto Volta, sobre problemas da infância em uma aldeia nos tempos pré-coloniais, foi o outro grande vencedor do festival: prêmios de melhor trabalho de câmara, melhor atriz (dado à menina Rosine Yanogo, de 11 anos de idade), prêmio especial do Júri, além do mais importante prêmio da igreja católica, pela sua sensibilidade em relação aos valores humanos. O filme tunisiano *L'Ombre de la Terre*, de Taieb Louichi, também foi muito aplaudido, tendo ganhado os prêmios de melhor roteiro e melhor montagem.

O Fespaco, que se realiza de dois em dois anos, não é um festival apenas para os profissionais de cinema, e sim um acontecimento muito popular na África. Ele reúne cineastas de todo o continente e é um evento chave para todos aqueles que buscam promover um autêntico cinema africano. Durante o evento são discutidos os diversos problemas do cinema africano, como financiamento, técnica, promoção, divulgação, criatividade, linguagem etc.



Rosine Yanogo (11 anos): melhor atriz

O desenvolvimento do Consórcio de Distribuidores de Filmes Africanos, por exemplo (órgão que acabou com o monopólio da companhia francesa Union Générale Cinématique) foi objeto de um seminário de dois dias. O crescimento desse organismo é vital para o futuro financiamento para cineastas africanos e pode servir para estimular o público do continente a ver filmes africanos. Segundo os distribuidores, os filmes africanos não alcançam sucesso com o público do próprio continente, enquanto que para os cineastas, o problema é que os filmes não têm igualdade de tratamento na bilheteria.

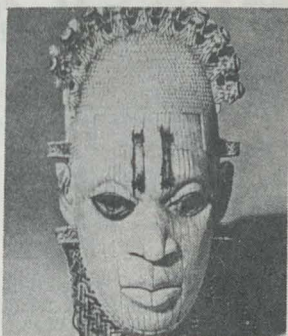
A dificuldade para obter financiamento, uma boa promoção e distribuição, desestimula os cineastas, que acabam filmando muito pouco. Os exemplos são muitos: o senegalês Sembene Ousmane, grande nome da primeira geração de diretores africanos, realizou apenas cinco filmes nos últimos vinte anos; o mauritano Med Hondo (cujos filmes foram muito aclamados no passado), há mais de quatro anos não filma e o próprio ganhador do festival, Souleymane Cisse, não filma desde 1979, quando realizou *Barra*, ganhador de muitos prêmios.

Foto: New African

Pepetela:
**“Estamos
apenas começando”**

O papel do intelectual no processo revolucionário e a busca
das raízes culturais de seu povo,
na palavra de um escritor engajado na luta pela libertação

José Carlos Gondim*

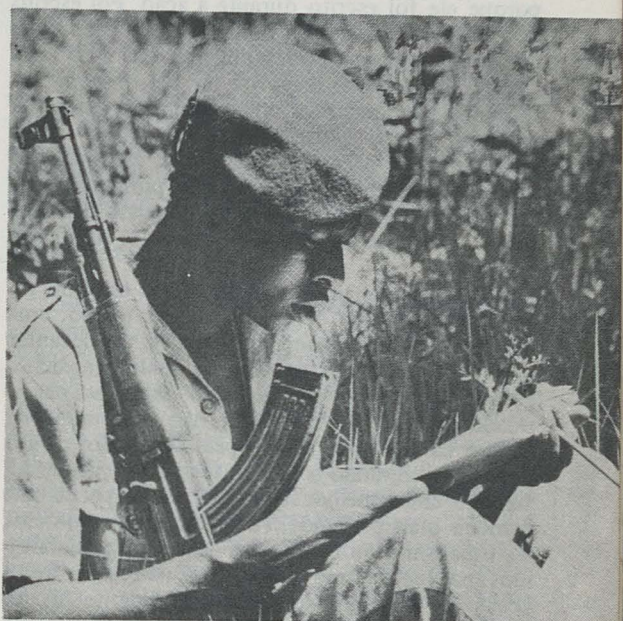


A fim de trabalhar na adaptação cinematográfica de seu romance *Mayombe*, esteve recentemente no Brasil o escritor angolano Pepetela — pseudônimo de Artur Pestana dos Santos —, antigo comandante de guerrilheiros durante a guerra de libertação e vice-

ministro do atual governo.

“Nunca uma publicação causou tanto impacto em Angola como a de *Mayombe*. Todos concordam neste país em que um tal acontecimento teria sido impossível nos anos anteriores”, foi o comentário expresso pelo diário português “O Jornal”, quando do lançamento do último livro de Pepetela.

O projeto de filmar *Mayombe* surgiu do sucesso que o livro teve em Angola. Luandino Vieira, diretor do Instituto Angolano de Cinema e Artes — e que no mês de abril passado esteve também no Brasil para assinar convênios com a Embrafilme e inaugurar a Mostra de Cinema Angolano (ver matéria) —, foi quem propôs que o livro de Pepetela fosse adaptado à tela. Como não havia a possibilidade de se encontrar um diretor angolano com a experiência necessária para tal realização, foi sugerido o nome do cineasta Ruy Guerra, junto com Antônio Ole. “Mesmo sem conhecer o Ruy — conforme frisou Pepetela —, mas atendendo ao fato de



que é um brasileiro-africano ou um africano-brasileiro com uma grande vivência da própria África, do cinema brasileiro e também do internacional.”

Como é o primeiro longa-metragem de ficção angolano, as dificuldades técnicas estão sendo solucionadas a partir da própria produção da qual deverão participar angolanos, brasileiros e cubanos. Angola sozinha não teria condições de arcar com toda a responsabilidade da proposta. Assim, para o roteiro definitivo da película foi encarregado o brasileiro Orlando Senna, que já trabalhou em Angola e em outros países africanos e, além disso, é um experiente roteirista (por exemplo, o de *Irace-*

* Participaram também da entrevista os companheiros Claudia Neiva e Mário Augusto Jakobskind.

ma, de Jorge Bodansky, premiado internacionalmente). Atores angolanos, brasileiros e cubanos formarão o elenco que vai colocar nas telas os personagens de Pepetela, cuja ação se dá na época da luta pela independência de Angola. "Portanto, é um trabalho conjunto de Angola, Brasil e Cuba", assinala Pepetela.

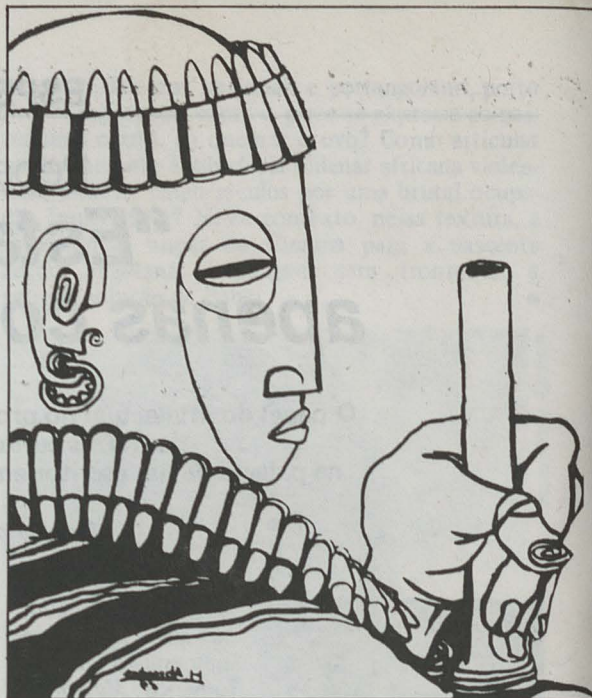
Você, Pepetela, como intelectual, participou ativamente do processo de libertação do seu povo. Conte-nos um pouco dessa sua experiência — um intelectual em armas contra o colonialismo, em defesa de sua pátria.

— É muito difícil descrever o processo, mas foi uma experiência das mais interessantes, quer dizer, o intelectual participa da ação, está com um grupo de pessoas que vem de todas as camadas sociais e como é intelectual, pode teorizar e analisar a ação. A própria experiência do livro é muito interessante porque ele foi escrito durante a ação. Foi escrito nos tempos livres que eu tinha, sobre pessoas reais, concretas, embora evidentemente alteradas pela ficção. Não se pode dizer que um personagem corresponda exatamente a uma pessoa que esteve lá, mas tem características de um e de outro e mais acréscimos de natureza ficcional. E algumas partes do livro seguem assuntos reais, principalmente a primeira, embora os personagens sejam fictícios, mas a ação se passou quase exatamente como está no livro.

É interessante porque se diz que o escritor, geralmente, tem que deixar passar um tempo, uma distância sobre o acontecimento, deixar decantar para evitar os riscos do erro da análise imediata. Para mim foi bom, porque eu não senti essa necessidade de esperar e creio que não errei muito na análise da situação. Antes, pelo contrário, o fato de estar escrevendo sobre a situação até me permitia aprofundar melhor sua análise. Participar de uma maneira mais profunda. Por exemplo, o problema do tribalismo, ou melhor, os diferentes nacionalismos (porque o termo "tribalismo" não está correto, já não há mais tribos. Aliás, o presidente Agostinho Neto chamava de ex-nações, porque realmente era um processo de transformação dessas ex-nações numa só nação. Foi essa a sua palavra-de-ordem ao seu povo e à sua nação. De qualquer forma, o termo "tribalismo" ficou na gíria política).

Bom, o fato de estar escrevendo sobre esse tema, que é fundamental em todo o livro, permitia — porque eu dava formação política aos guerrilheiros — aprofundar mais a discussão sobre o assunto. Isso ficou muito claro. Portanto, é uma outra experiência também, estar escrevendo sobre a ação do momento e depois as consequências sobre a própria ação. Dá um outro romance.

Falando em outro dos seus romances, eu li o



Ngunga, também passado na fase da guerra de libertação...

— O Ngunga tinha outra preocupação. Foi feito como textos de apoio para as escolas. Nas escolas das zonas libertadas só havia o livro de leitura (alfabetização) e mais nada, portanto as crianças não tinham o hábito da leitura e não podiam exercitar o vocabulário. É preciso ver que essas crianças da zona rural que aprendiam o português na escola, em casa não falavam português, falavam outras línguas, como o *kimbundo*, o *mumuila*, por exemplo. Portanto, tinham um português limitado. Então, eu pensei em escrever textos que eles pudessem ler fora ou dentro da escola mas que não fossem textos escolares, com a preocupação de que a linguagem fosse acessível a eles, com um mínimo de palavras já conhecidas e introduzindo cautelosamente novas palavras. E a idéia — que foi concretizada — era de que cada texto fosse imediatamente traduzido para *bundo* e publicado tanto em português como em *bundo*. Havia uma coisa que eles não compreendiam: podiam "ler" em *bundo* (embora não soubessem ler em *bundo*), porque sabiam ler português e comparavam os dois textos. Era uma experiência de aprendizagem da língua materna escrita, e aperfeiçoamento do português.

E de fato, havia um camarada professor que, à medida que eu escrevia o texto, ele traduzia para *bundo*, o que comprometia também a mim aprender o *bundo* melhor, fazer estudos sobre a gramática, porque era uma língua que não estava escrita e não havia gramática; então, também era uma descoberta das regras da gramática *bundo*.



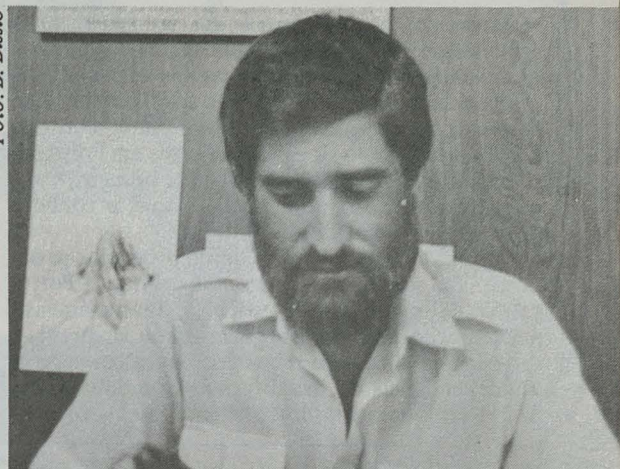
Foto: B. Bissio

Pesquisar e sintetizar as raízes nacionais...

Aí, mais ou menos quando a metade dos textos já estava escrita, eu percebi que havia uma história, e então comecei a ter uma certa preocupação literária; os textos passaram a ser mais complexos, já mais imagéticos mesmo. Depois, foi publicado tal e qual foi escrito.

Eu penso que há uma diferença entre os primeiros capítulos (agora são capítulos) e os outros. Então acharam que eu deveria modificar os primeiros capítulos, porque eram muito simples, muito diretos. Mas eu achei que seria interessante que o leitor seguisse todo o processo. E eles ficaram assim como estão. E creio que seu grande sucesso, em parte, deve-se a esse fato, porque é acessível a qualquer jovem; e quando o texto se torna mais complexo, o leitor já está "dentro" da história e é capaz de compreendê-la.

Porém, o projeto do livro ser publicado em português e em *bundo* não pôde ser realizado completamente. Eu espero que um dia, em Angola, isso aconteça, pois é muito interessante. Cada página corresponde, em tamanho e tudo, à tradução, tudo



...está entre as preocupações de Pepetela

foi planejado, todo o projeto gráfico foi pensado em função dessa tradução.

E é nisso que ele difere de *Mayombe*, onde eu não tinha essa preocupação. Além de ser para um outro público. Embora o *Ngunga* tenha sido feito para um público muito específico, ele teve grande aceitação em outros países. Por exemplo, está mais publicado fora do que dentro de Angola.

Raízes culturais

Como é que você vê as possibilidades de maior aproximação cultural entre os nossos povos que têm o mesmo tronco de formação cultural?

— É um namoro muito antigo, de séculos. Em Angola, sobretudo nas cidades, o povo é muito ligado às coisas brasileiras, ao Brasil; sentimental e culturalmente muito ligado. E isso vem de muito tempo, desde a vinda para o Brasil dos escravos oriundos de Angola, mas também não só disso. Por exemplo, as cidades angolanas eram abastecidas na época colonial por alimentos vindos do Brasil, principalmente da Bahia e do Recife. A luta contra os holandeses em Angola foi dirigida — não sei se poderia dizer por brasileiros — por portugueses que viviam no Brasil. Henrique Dias, por exemplo, deixou família em Angola. Há também um poeta do século 17 que foi desterrado do Brasil para Angola, chamado Gregório de Mattos...

O "Boca do Inferno" como era chamado pelos portugueses, por causa das críticas que ele fazia ao governo colonial..

— Ele era baiano e foi desterrado para Angola. Os primeiros poemas escritos em Angola são de Gregório de Mattos. Ele tentou uma rebelião em Angola, no seio mesmo do governo colonial, uma rebelião de soldados contra os oficiais. Aí ele foi

redesterrado para o Brasil. Lá também não o aguentaram e o mandaram de volta. Portanto, é muito antigo esse relacionamento dos nossos povos.

Há o caso do primeiro poeta angolano que é de Benguela (minha cidade, aliás), que sofria de tuberculose e veio tratar-se na Bahia, e não em Portugal. Chama-se Maia Ferreira. Teve seu primeiro livro publicado agora, o primeiro livro que se conhece feito por um angolano.

A relação Brasil/Angola, desde os séculos passados, já era muito mais forte do que Angola/Portugal. De tal modo que em 1823, há um movimento de independência em Benguela ligado ao Brasil, e uma das condições para que Portugal reconhecesse a independência do Brasil (e isso só aconteceu em 1825) era que o Brasil não encorajasse a indepen-

MAYOMBE, UM SOPRO NOVO NA LITERATURA ANGOLANA

□ A publicação de Mayombe (Ed. 70, Lisboa, 1980) agora editado também no Brasil pela Editora Ática (São Paulo, 1982), foi um evento cultural dos mais importantes nos últimos anos em Angola. Não por casualidade, a autorização pessoal dada pelo falecido ex-presidente Agostinho Neto para que esse romance — que trata da luta dos guerrilheiros contra o exército português nas matas do Mayombe, em Cabinda — viesse a público deveu-se, segundo o escritor e crítico literário angolano Rui Buéti, “a considerações próprias”, ou seja, foi “um dos numerosos indícios da sua política de ‘mudança de rumo’, no sentido de prover a sociedade civil de maior maleabilidade” a fim de evitar o sectarismo, fenômeno inerente a determinadas fases de um processo político.

Com uma temática inserida na realidade social da Angola atual, Mayombe tece considerações críticas às peripécias guerrilheiras vividas por milhares de angolanos durante o período da guerra de libertação que se iniciou em 1975. Por isso, a grande aceitação do público angolano (o romance já tem diversas edições esgotadas), que teve assim a oportunidade de ler, comentar — e, portanto, analisar de um ponto de vista já distanciado pelo tempo — tudo aquilo que faz parte de seu passado mais recente.

Duas são as questões que centralizam o debate sobre as preocupações nacionais nessa fase de consolidação da nação: a questão da unidade nacional — já que a mais ampla comunidade social possível, não só em Angola mas na África como um todo, seria a comunidade etnolinguística que, imprópriamente, os etnólogos europeus denomi-

naram de “tribo” — e a questão da direção política centralizada num partido único.

E em Mayombe, Pepetela aprofunda essas discussões, através de seus personagens criados na observação e na vivência da própria frente de batalha, onde ele exerceu papel dos mais importantes como comandante de guerrilheiros.

A história se desenrola entre os guerrilheiros de uma base do MPLA. No centro da ação, situa-se o confronto ideológico entre dois responsáveis pela base: João, o comissário político, e “Sem Medo”, o comandante militar. Sobre a questão da unidade nacional:

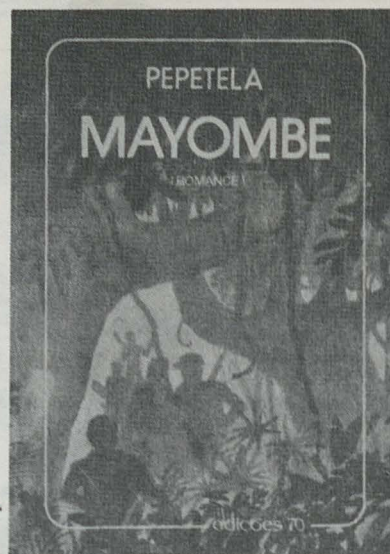
Sem Medo — Eu sou kikongo? Tu és kimbundo? Achas mesmo que sim?

João — Nós, não. Nós pertencemos à minoria que já esqueceu de que lado nasce o Sol na sua aldeia. Ou que a confunde com outras aldeias que conheceu. Mas a maioria, Comandante, a maioria?

Sem Medo — É o teu trabalho: mostrar tantas aldeias aos camaradas que eles se perderão se, um dia, voltarem à sua. A essa arte de desorientação se chama formação política.

Ou este outro trecho, quando Sem Medo diz: “Sim há homens excepcionais uma vez todas as décadas. Um só homem excepcional poderá mudar tudo? Então, repousará nele e cair-se-á no culto da personalidade, no endeusamento, que entra dentro da tradição dos povos subdesenvolvidos, tradicionalmente religiosos. O problema é esse. É que, nos nossos países, tudo repousa num núcleo restrito, porque há falta de quadros, por vezes num só homem.”

Resumindo todo o espírito do livro, a frase final de Pepetela: “Hoje sei que não há trilhos amarelos no meio do verde”. Assim, ele critica o dogmatismo e as idéias preconcebidas que acompanham os movimentos revolucionários.





Uma delegação de Cabinda desfila em Luanda (foto Arq. 1980): a caminho da integração nacional

dência de Angola e de Benguela, que nessa altura eram duas nações distintas.

E a relação das duas literaturas, a brasileira e a angolana?

— Em relação aos escritores angolanos mais recentes, os mais conhecidos, se se perguntar qual a primeira influência que tiveram, vamos ver que é do Brasil, do nordeste. Por exemplo, Agostinho Neto reconhecia a influência de Castro Alves na sua poesia. Já Luandino Vieira e outros reconhecem a influência direta de Jorge Amado. Também José Lins do Rego, porque era a literatura que chegava a Angola. É muito grande a influência do Brasil. Aliás, uma vez houve uma discussão lá em Angola sobre a influência do neo-realismo português na literatura angolana e o camarada que fez a conferência tentava colocar que nós éramos influenciados pelo neo-realismo português e aí nós discordamos. Eu, pessoalmente, não conheço o neo-realismo português, portanto não posso ter sido influenciado. Se o que ele chama de neo-realismo português é o Jorge Amado, então, muito bem. Mas há uma diferença fundamental: a literatura angolana é muito mais próxima da brasileira que da portuguesa. Talvez a fala — a língua — esteja mais próxima de Portugal, porém as bases não, são muito mais brasileiras e latino-americanas.

Seria por problemas concretos ou uma certa resistência cultural ao colonialismo, o fato de não chegarem livros portugueses a Angola?

— As duas coisas. Há uma certa resistência, pois os livros chegavam lá mas os angolanos não liam, só uma elite portuguesa ou pelo menos de formação portuguesa, porque os livros não tinham nada a ver com aquela realidade. No caso, o nordeste brasileiro tinha muito mais a ver com Angola.

Por exemplo, esse fenômeno que ocorre em Angola e que já ocorreu no Brasil, que é a deformação consciente da língua portuguesa na literatura é uma forma de resistência, é política. Uma atitude de utilizar o instrumento da língua contra o colonizador.

Também é a nossa briga...

— E de fato corresponde a posições objetivas, corresponde à influência das línguas nacionais faladas pela população, com estruturas completamente diferentes, sobre a língua portuguesa. Como aqui no Brasil, já não se fala a língua portuguesa, já é diferente. Outro exemplo: o Luandino Vieira diz que foi em Guimarães Rosa que ele aprendeu que se pode fazer de uma língua o que se quiser. Ele já tinha essa idéia, mas foi em Guimarães Rosa que ele encontrou a autoridade, a força necessária para ele realizá-la. Então, a partir daí, o Luandino começou a “esculhambar” a língua portuguesa, a abrir muito mais. Também, influência do Brasil.

E isso a nível de literatura, porque ela existe também na música.

Chegamos realmente a uma separação bem clara entre o português falado em Portugal e o do Brasil.

Por exemplo, o espanhol falado na América ainda é regido pela Real Academia Espanhola, ou seja, é a mesma língua, a mesma gramática. Já nós aqui, não. A nossa língua está em processo de formação.

— Em Angola, agora, vai haver uma conferência reunindo todos os países africanos de língua portuguesa, exatamente para discutir esse aspecto. E a nossa posição vai ser a defesa da liberdade de criação da nossa própria língua. E mesmo hoje, o português de Portugal tem influência de Angola; do Brasil, então, nem se fala. A televisão brasileira tem uma influência direta em Portugal.

E mesmo nós aqui no Brasil, temos muita influência angolana. É só pegar um dicionário...

— E não é só nos termos, no léxico. Na sintaxe, também, por exemplo. Em Angola, se fala “ele me deu”, diferente do castiço “ele deu-me”. A construção da frase angolana é esta: sujeito, complemento e verbo. E o Brasil, eu creio que sofreu influência das línguas *bantu* que ultrapassam inclusive Angola, são mais gerais. E em Angola, cada vez mais se fala assim. Quer dizer, não nos limitamos ao padrão de Portugal.

A revolução cultural

Isso é interessante. Eu sempre me preocupei com o processo de revolução cultural em Angola. Você vê, fizeram a revolução política, econômica e social. Mas em que pé está a revolução cultural?

— Estamos começando. Ainda há, a nível cultural, duas culturas. Uma, de origem européia, citadina, “crioulizada”, e outra, a cultura tradicional, oral sobretudo. Ainda há que fazer essa aproximação, essa síntese, para se chegar a alguma coisa nova. Estamos apenas no começo. Começa a haver uma busca, uma pesquisa, das raízes culturais, históricas, da nacionalidade, que possa permitir mais tarde uma síntese. Mas isso demora e está muito ligado à formação, à educação, à instrução. A grande ligação entre o campo e a cidade. Todo esse processo de modernização que tem de ser feita. Somos condenados à modernização... Mas, espero que ela se faça tendo em conta uma série de características locais, que não seja uma violência.

E como você vê a aproximação Brasil/Angola, como por exemplo, esses projetos culturais que começamos a intercambiar? Como fazer para trabalharmos juntos?

— Eu creio que há muita vontade dos dois lados. E algumas experiências já feitas tiveram êxito, quer de um lado quer do outro. No caso da música, por exemplo, tivemos aquela excursão de músicos brasileiros que foi um sucesso, o “Projeto Kalunga”. E agora, o “Canto Livre de Angola” que veio ao Brasil constituindo-se num forte exemplo

da ligação cultural. Isso prova a força da ligação entre os dois povos, e a vontade de levar adiante essa força.

Também no campo da literatura, agora há uma coleção “Autores africanos” que está sendo editada em São Paulo que é mais um fator de colaboração. E isso mostra que realmente é possível — é não só possível como necessária — essa colaboração, quer se queira quer não. Eu costumo dizer que Angola e Brasil estão condenados a andar juntos. Ninguém pode contrariar o peso da história. Eu creio que havendo ações concretas, isso tudo vai ser muito rico, para os dois lados.

Necessidade de integração

De uma certa forma, ainda apenas os movimentos de cultura negra que atuam atualmente no Brasil é que dão força a essa aproximação. Acredito que se houvesse uma política oficial, o caminho para esse diálogo seria mais fácil. Como é que você vê esse contato dos movimentos negros com a África?

— Sim, tem havido algum contato, mas ainda não é muito grande. São muito importantes para ambos os povos, porque realmente esses movimentos negros podem ganhar muito com a nossa experiência e nós com a deles também, porque na verdade se constitui numa experiência muito rica o que se está fazendo aqui no Brasil em relação a esse problema da consciência negra, da integração do negro na sociedade brasileira etc. Isso coloca problemas como o da pseudo-integração racial brasileira, que para mim é muito claro: não existe, não é verdade. E nós combatemos essa teoria, porque tem a mesma raiz de uma outra: a de que só Portugal poderia construir uma sociedade multi-racial como era o Brasil; o projeto era fazer o mesmo em Angola. E nós combatíamos, porque achamos que não há essa democracia racial no Brasil. Ainda há muito a fazer contra esse mito.

Que é a pior forma de racismo, porque não é assumido... Mas, mudando de assunto, fale-nos sobre a “Revolta da Casa dos Índios”.

— É uma peça de teatro que eu escrevi sobre o antigo reino do Congo, a chegada dos portugueses ao Congo, os primeiros contatos, as primeiras tentativas de domínio dos portugueses sobre o Congo. No fundo, já aparecem os eixos principais da estrutura colonial, fomentando a divisão e a utilização da religião como instrumento de dominação etc. Há um brasileiro que está interessado em montar essa peça aqui no Brasil, mas até agora não teve possibilidade, porque falta apoio por parte das autoridades brasileiras. Angola já deu o seu apoio na medida de suas possibilidades. Estamos com dificuldades de financiamento. ●

cultura

Chile: escritores lamentam proibição de livro

O presidente da Sociedade de Escritores do Chile (Sech), Luis Sánchez Latorre, deplorou a proibição da entrada no país do livro "Persona non grata", de Jorge Edwards, por decisão do Ministério do Interior.

Sánchez Latorre afirmou que tal situação obedece às restrições à liberdade de expressão vigentes no Chile, e que, de fato, "afetaram a imagem do governo no exterior". Um recurso de proteção, impetrado pelo autor e pela editora espanhola *Seix Barral S. A.*, que editou a obra, foi rejeitado unanimemente pela Corte de Apelações de Santiago, sob a alegação de que a atual edição é diferente da que circulou no Chile em 1978.

Argentina: auge de publicações políticas

A venda de publicações políticas, de conteúdo histórico, informativo e analítico triplicou na Argentina nos últimos meses, revelou uma pesquisa realizada pelo jornal *Clarín* entre os livreiros da capital. Os livros com testemunhos de fatos ocorridos depois do golpe militar de 1976, são literalmente arrebatados das livrarias por um público ávido. O tema da guerra das Malvinas também continua interessando muito aos leitores. À medida que se aproxima a data das eleições presidenciais (marcadas para 30 de outubro) aumenta o interesse dos jovens em conhecer e se aprofundarem na temática política.

Indonésia: restaurado o templo budista de Borobudur

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e o governo da Indonésia comemoraram recentemente o êxito da campanha mundial para restaurar o milenar templo de Borobudur. Representantes de 27 países contribuíram com recursos financeiros, técnicos ou humanos para a realização da obra, iniciada em 1972. O monumento histórico, considerado uma das jóias do patrimônio mundial, foi construído 800 anos antes de Cristo e provavelmente abandonado 50 anos depois. Seu redescobrimento só aconteceu no século passado. A operação de restauração teve um custo de 17 milhões de dólares (dois-terços dos quais fornecidos pelo governo indonésio) e nela trabalharam mais de 600 pessoas, de diferentes nacionalidades.

Foto: Unesco/Gunn

Cuba: boa fase para o cinema

Dois fatos importantes agitaram recentemente o setor cinematográfico de Cuba: primeiro, a conquista dos prêmios máximos do 20º Festival Internacional do Panamá. O filme "Cecilia" e sua protagonista, Deisy Granados, foram selecionados pelo júri como o melhor filme e a melhor atriz entre as 24 obras apresentadas. O segundo, é o anúncio da exibição, em breve, de dois filmes sobre a vida e a obra de John Reed, produzidos conjuntamente por cineastas soviéticos, italianos e mexicanos. Os filmes, "México insurgente" e "Eu vi nascer o novo mundo", fazem parte da diologia intitulada "Sinos vermelhos", do famoso diretor soviético Sergei Bondarchuk.

"Boi de Prata": cinema terceiro-mundista

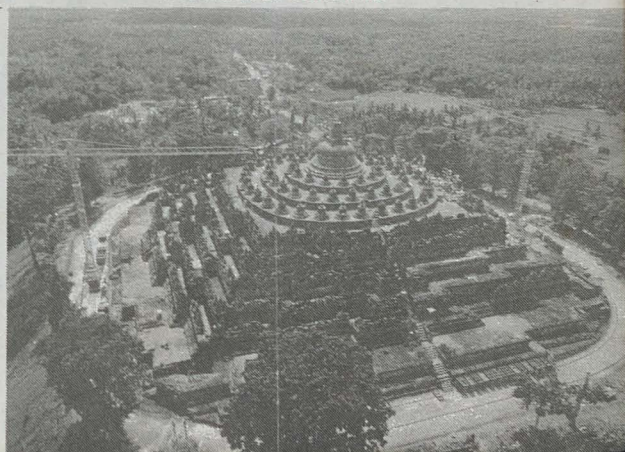
Cabocla Jurema lança olhares calmos e perdidos para a caatinga; Antonio Vaqueiro acesta sua arma contra os latifundiários; Tião Poeta está cercado e procura uma força transcendental libertadora.

Estas são faces de uma aventura terceiro-mundista que revela o poder de fogo e a magia fulgurante do Nordeste brasileiro. Estes lances fazem parte do filme de Augusto Ribeiro Júnior chamado "Boi de Prata", realizado no Nordeste e em breve nas telas do Brasil.

As contribuições para a produção vieram das mais distintas procedências. Do casal de retirantes à verba do governo do estado do Rio Grande do Norte. Do técnico que não mede fronteiras para concluir um bom trabalho às reservas de uma empresa de fundo social como a Embrafilme.

É uma realização teimosamente nacional mas com carne, osso e espírito terceiro-mundista. Um filme que é testemunha ocular da força deste bloco. (Bruno Catoni)

Vista aérea de Borobudur



POR FAVOR! POR FAVOR!
POR FAVOR! SENHORES
BANQUEIROS
OCIDENTAIS...



SOMOS NAÇÕES
POBRES QUE
PRECISAM DE
MAIS AJUDA
PARA PAGAR-
MOS NOSSAS
DÍVIDAS

NÃO HAVERÁ
MAIS AJUDA!
VOCÊS QUE
SE VIREM...



É... PARECE QUE
VAMOS TER QUE
DEIXAR DE PAGAR...



POR FAVOR! POR FAVOR!
POR FAVOR!



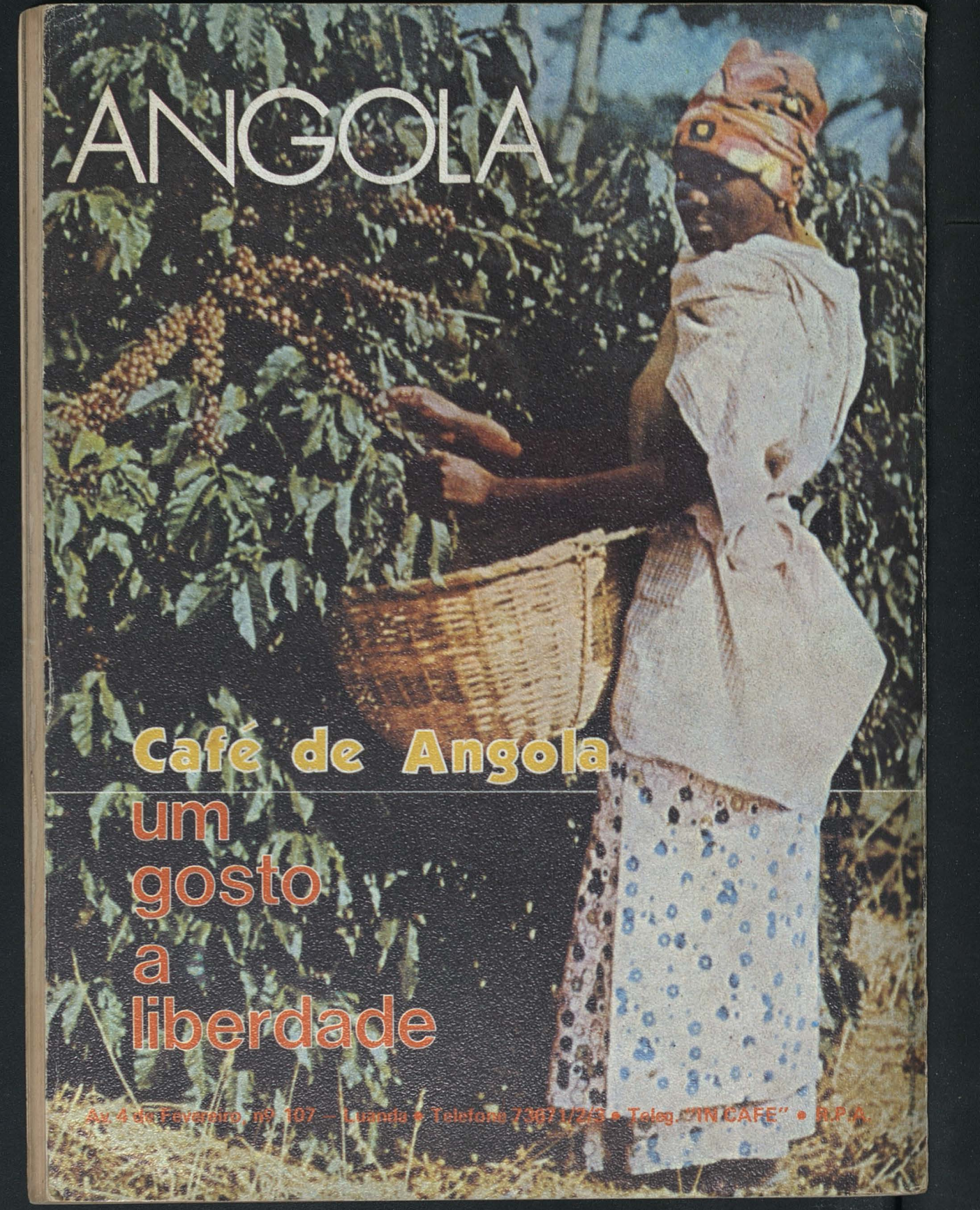
WASSERMAN

Os diamantes de Angola são mais brilhantes

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

ANGOLA

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans from a tree in a lush plantation. She is holding a large woven basket. The background is filled with green coffee leaves and clusters of ripe, dark coffee cherries.

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INCAFE" • R.P.A.